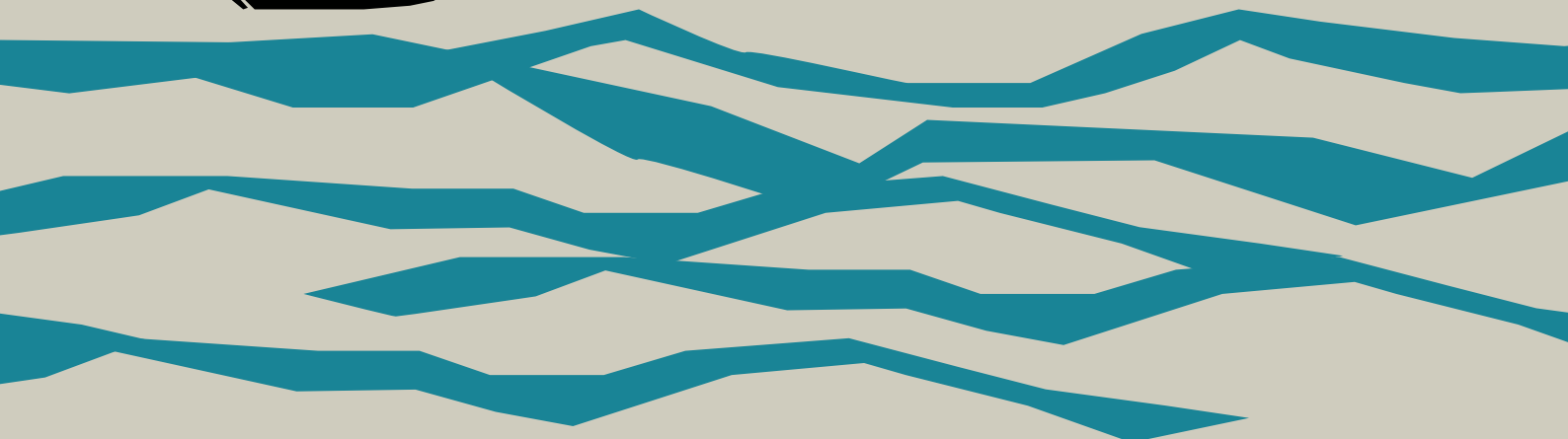
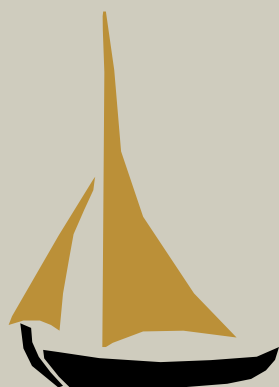
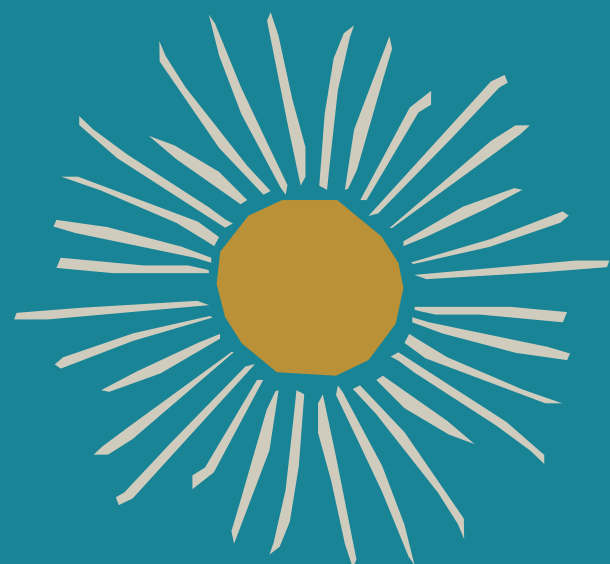


EMUSE

Anais do
I Encontro Nacional
de Educação Museal





EMUSE

Anais do
I Encontro Nacional
de Educação Museal

E56 Encontro Nacional de Educação Museal (1.: 2023 jul. 06 - 08 :
Cachoeira, BA).

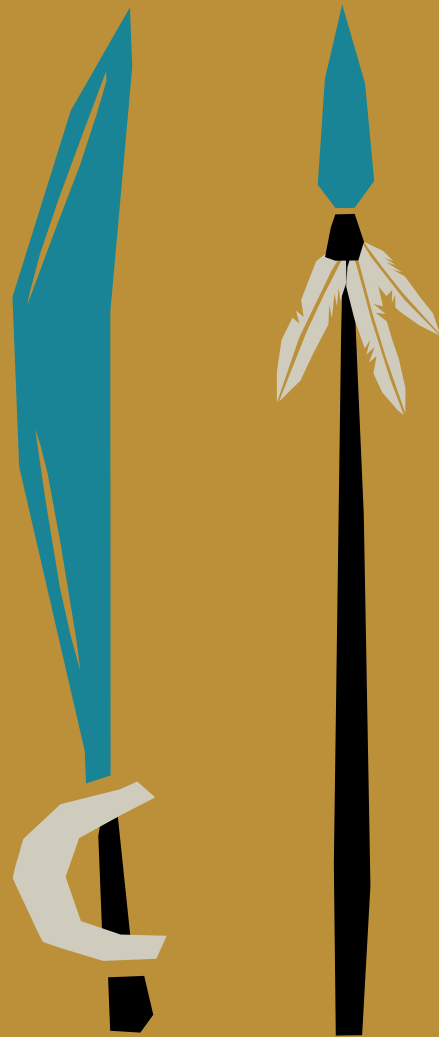
Anais do I Encontro Nacional de Educação Museal [recurso
eletrônico] / organização Marielle Costa Gonçalves, Daniele Pereira
Canedo. Dados eletrônicos. - Cachoeira, BA: Observatório da
Economia Criativa da Bahia / IBRAM, 2023.

239 p. il.
ISBN 978-65-877-438-68

1. Educação Museal - Congressos. 2. Política cultural. 3.
Museus - Congressos.
I. Gonçalves, Marielle Costa. II. Canedo, Daniele Pereira. III. Título.

CDD 069.15

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRB.
Bibliotecária: Luciana Souza Oliveira CRB5/1731.



SUMÁRIO

07 APRESENTAÇÃO

12 SAIBA +

14 NÚMEROS

30 PROGRAMAÇÃO

60 RESUMOS

62 MESA 1: Perspectivas teóricas,
epistemológicas e metodológicas
do campo da educação museal

82 MESA 2: Educação Museal, Ciências
e Tecnologias

102 MESA 3: Parcerias e Relações
Comunitárias

120 MESA 4: Patrimônios, territórios e
comunidades

140 MESA 5: Experiências Acessíveis

154 MESA 6: Gestão das Práticas
Educativas

174 REUNIÕES

180 GRUPOS DE TRABALHO

192 MESAS ESPECIAIS

224 OLHANDO PRA FRENTE: indicações
para a IV Conferência Nacional de
Cultura e Plenária Final

236 EXPEDIENTE



APRESENTAÇÃO

O I Encontro Nacional de Educação Museal (EMUSE) aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2023, na cidade de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, reunindo trabalhadores/as, estudantes, pesquisadores/as e instituições da área junto a cerca de 100 profissionais convidados/as para debater sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e os desafios e as estratégias para a sua implementação nos âmbitos federal, estadual e municipal, a partir dos resultados da PEM-Brasil – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros. Mais de 350 participantes oriundos de 23 estados de todas as regiões brasileiras compartilharam conhecimentos em 34 horas de programação durante os três dias de evento.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em cooperação com o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), através de convênio com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o evento teve suas atividades concentradas no Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, além da Estação Ferroviária de Cachoeira e espaços públicos da cidade. A programação, totalmente gratuita, contou com apresentações de trabalhos, mesas de debate, encontros de redes, grupos de trabalho, minicurso e atividades culturais.



A união do Ibram com o OBEC nesta iniciativa se dobrou da realização conjunta da PEMBrasil – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros. Desenvolvida entre 2022 e 2023 e com resultados lançados durante o EMUSE, a pesquisa produziu informações para subsidiar a efetivação e a avaliação da PNEM.

Além dos dados levantados pela PEMBrasil, foram destacados temas como o papel da educação museal na promoção da cidadania e iniciativas de museologia social que dialogam com a luta de grupos sociais minorizados e que representam a diversidade social e cultural brasileira pelo direito à memória. A proposta foi de promover a participação social concreta, com opiniões, experiências e origens diversas para um debate extenso, qualificado e comprometido com resultados.

O EMUSE também marcou o lançamento das conferências temáticas prévias à IV Conferência Nacional de

Cultura (CNC), marcada para março de 2024, em Brasília. Deste modo, as pessoas presentes puderam votar as três propostas prioritárias que serão encaminhadas ao eixo “Identidade, Patrimônio e Memória” da etapa nacional.

A escolha da cidade-sede da primeira edição do evento foi propositada. Primeiro, para enfatizar a relevância da interiorização, da desconcentração das políticas públicas federais. Segundo, o EMUSE aconteceu em meio à temporada de celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, em um dos principais cenários das lutas populares, afirmando o compromisso com a diversidade de memórias, patrimônios e histórias na educação museal.

Este Caderno de Resumos apresenta além dos resumos dos trabalhos apresentados no primeiro dia do evento, a síntese das discussões feitas nos grupos de trabalho, nas Mesas Temáticas, na Etapa Preparatória para a IV Conferência Nacional de Cultura e na Plenária Final

Que estas páginas possam remeter a esse importante momento da história da Educação Museal e da Museologia Social brasileiras, trazendo à memória de quem lá esteve todas as emoções vividas e possibilitando a quem não esteve, um pouco dessas emoções.

Equipe EMUSE



As mesas do EMUSE tiveram tradução em Libras e 16 horas de transmissão ao vivo pela TV UFRB, onde permanecem disponíveis:

https://www.youtube.com/watch?v=C1xafD_BK7I&list=PLeY6y68kYHIO6sWiwM0n2p_MP-2sKBvZ8q



O que é educação museal

A educação é uma das funções essenciais de todos os museus. Para além das atividades de preservação, conservação e comunicação de seus acervos, é por meio da ação educativa que os museus exercem seu papel na transformação social e na interpretação da cultura e da memória. Não basta saber o que são os bens musealizados do museu; é preciso compreender seu contexto social a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade. Assim, a educação museal diz respeito aos diversos processos (de ordem teórica, prática e de planejamento) que contribuem para que o museu assuma plenamente a sua tarefa de mediador e referencial para a sociedade. O seu escopo é formado pelo conjunto das abordagens, das metodologias e das ferramentas próprias ao desenvolvimento das ações educativas realizadas em museus.



O que é a PNEM

Construída por meio de amplo processo de participação social, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é uma orientação para a realização de ações que fortaleçam o campo profissional e garantam condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais. Reúne objetivos, princípios, diretrizes que foram definidos de forma colaborativa através de consulta pública online, 23 encontros regionais e debates no Fórum Nacional de Museus. O documento final foi aprovado em 2017 e a PNEM foi instituída pela Portaria nº 422/2017, que foi revogada e substituída pela Portaria Ibram nº 605/2021. A realização do EMUSE consolida o processo de construção participativa do efetivo cumprimento da PNEM no país, estados e municípios, incluindo agentes do campo na execução de políticas públicas.

Sobre o Ibram

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi criado em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. A autarquia sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus.

Acesse: www.gov.br/museus

Sobre o OBEC

O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores/as independentes e de outras instituições, públicas e privadas, para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia criativa. Os membros atuam em diversas áreas de conhecimento: artes, comunicação, economia, administração, estatística, gestão e produção cultural, entre outras. Sediado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), o OBEC foi criado em 2014, através de edital do Ministério da Cultura, como parte de uma rede de núcleos vinculados às universidades federais do Brasil que tinham o objetivo de produzir informações e conhecimento e gerar experiências e experimentações sobre a economia criativa local e estadual.

Acesse: www.obec.ufba.br

Museologia Social

A museologia social pauta-se em práticas e processos museais que têm como pressupostos o deslocamento do seu foco da preservação do objeto para as pessoas, considerando-as como protagonistas na conformação e produção de suas referências culturais e memórias coletivas. Ela está engajada nas demandas e lutas das comunidades nos territórios onde os museus e iniciativas de memória estão inseridos. Portanto, para a museologia social, as funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, devem ser executadas de forma participativa e ter os sujeitos sociais como a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos,

políticos e ambientais por eles enfrentados, com vistas à luta por justiça social, dignidade das pessoas e desenvolvimento sociocultural. Expressões dessa museologia são refletidas em diversas experiências de processos museais comunitários, como os museus de território, quilombolas, de terreiro, indígenas, de favelas, periferias urbanas, rurais, pontos de memória, entre tantos outros concebidos, pensados e geridos pelos próprios grupos e comunidades. Não obstante, práticas de museologia social também podem ser desenvolvidas por instituições museológicas tradicionalmente constituídas ou atreladas ao poder estatal.

Pontos De Memória

O Programa Pontos de Memória é uma das principais ferramentas implementadas pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram voltadas para o apoio e fomento a iniciativas de museologia social e comunitária no país. Em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Museus - PNM, seu principal objetivo é promover processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, entidades culturais, coletivos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, de modo que sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Para tanto, o Programa atende aqueles grupos que historicamente não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias e patrimônios nos museus, potencializando práticas e processos de museologia social como uma forma de promoção e difusão da memória social em sua diversidade constitutiva.





NÚMEROS



**Foram 501 inscrições
realizadas para participação
no evento**

**Durante os três dias,
382 pessoas participaram
das atividades como público**

**Participantes provenientes
de 23 estados brasileiros**

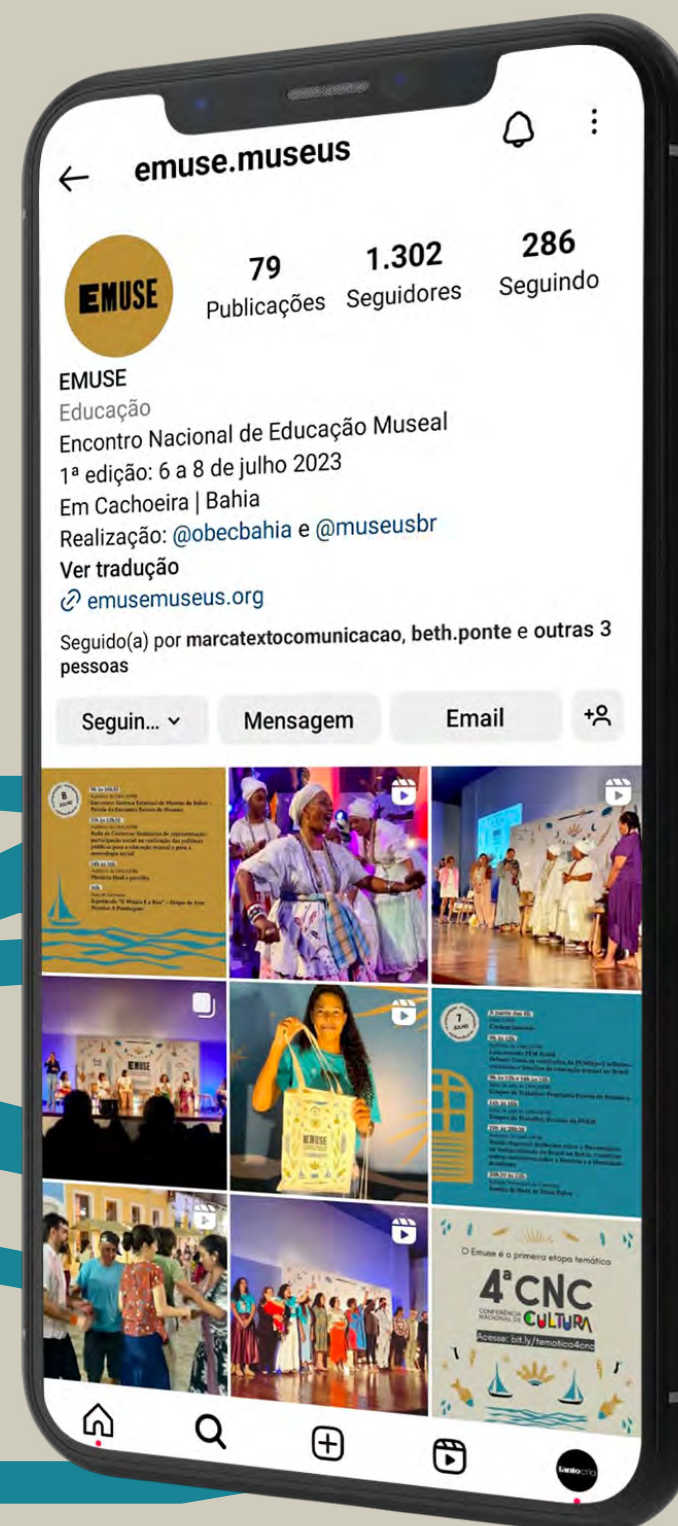
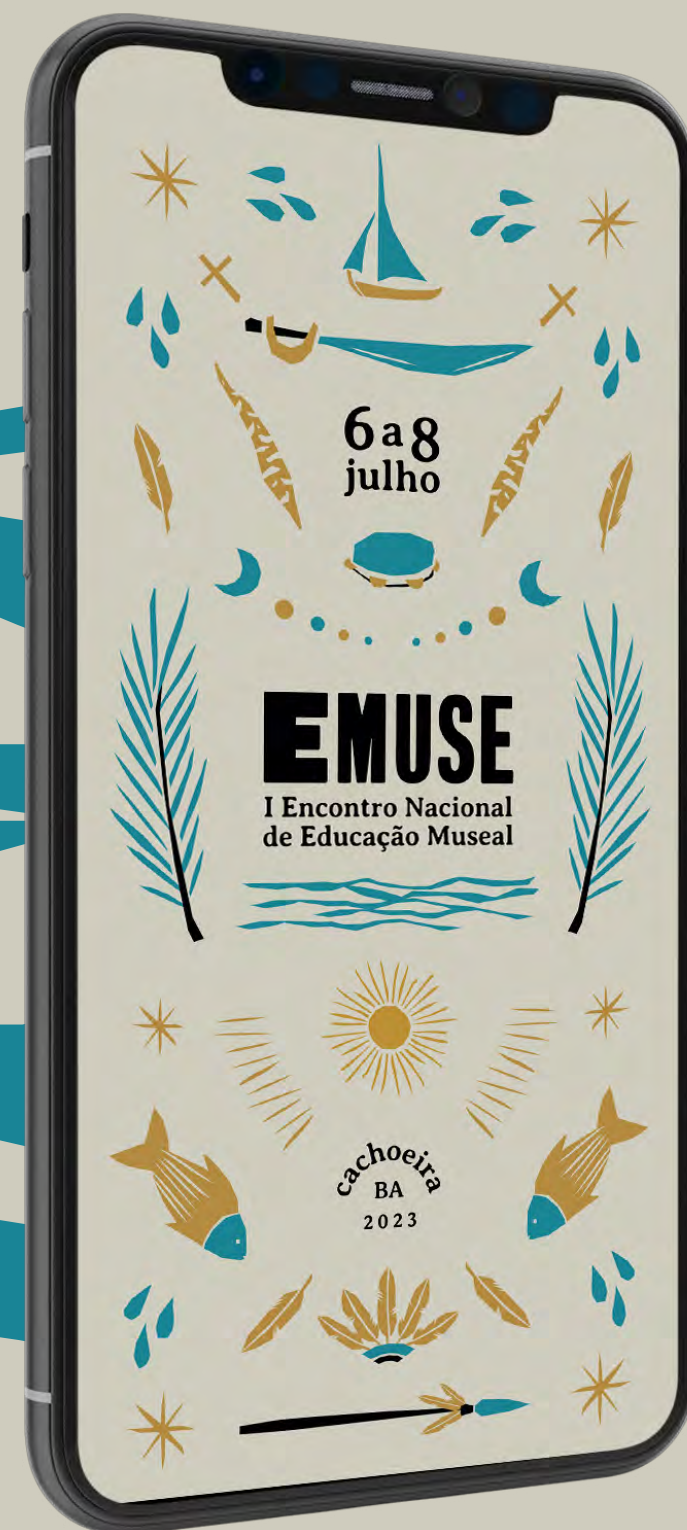


**Apresentação de mais de
40 trabalhos selecionados,
entre artigos, teses,
dissertações e relatos de
experiência**

**Mais de 50 profissionais
convidados/as para as
mesas de debate**

**34 horas de programação
e 16 horas de transmissão
online ao vivo, com
tradução em Libras**

Mais de
1.300 seguidores/as
no Instagram



Quase
300.000 contas
alcançadas

Mais de
450.000
impressões



45 artistas se apresentaram durante o evento, entre poetas, performers, forrozeiros/as, músicos/as, sambadeiras e sambadeiros

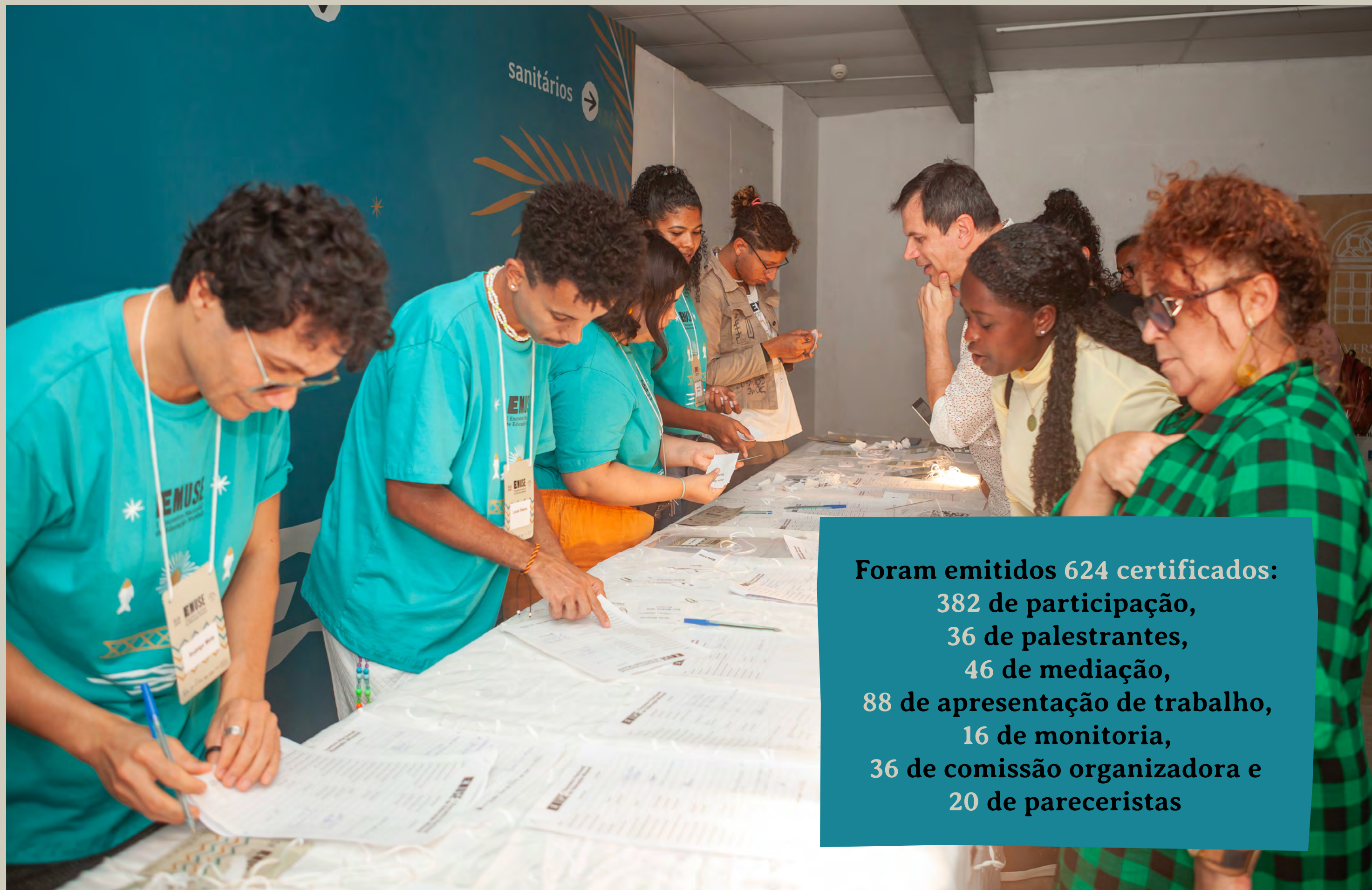
**Foram servidos
150 litros de café,
400 litros de água e
1 tonelada de comida**



A equipe direta foi formada por
16 monitores/as,
15 pessoas na equipe de produção,
10 pessoas na equipe de
comunicação e registro,
36 trabalhadores/as do Ibram,
além de colaboradores/as da
UFRB e externos

Os veículos de transporte
oficial percorreram 4.300
quilômetros entre Salvador e
cidades do Recôncavo





Foram emitidos 624 certificados:
382 de participação,
36 de palestrantes,
46 de mediação,
88 de apresentação de trabalho,
16 de monitoria,
36 de comissão organizadora e
20 de pareceristas



PROGRAMAÇÃO

MINICURSO

Educação museal: conceitos básicos e práticas em educação museal

Ministrado pelas educadoras museais Andréa Costa e Ruth Vaz, o minicurso se deu como um convite para a apropriação de elementos básicos da educação museal, estendido à rede de educação básica da região, para ampliar suas práticas, compartilhar suas experiências e recursos na educação local e, a partir de experiências educativas em museus brasileiros, desenvolver a aplicação da educação museal na prática escolar.



APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Das pesquisas recentes que vêm sendo realizadas sobre a educação museal em todo o país, o EMUSE contou com a apresentação de 41 trabalhos selecionados: artigos, teses, dissertações e relatos de experiência, divididos em seis mesas. Os resumos estão publicados no presente Caderno.

Mesa 1: Perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas do campo da educação museal

Mediação: Kamylla Passos

Discussões sobre a produção teórico-epistemológica do campo, a formação e a capacitação de profissionais, bem como estratégias de organização deste para reivindicação de seus objetivos.

Trabalhos apresentados:

- Ana Gabriela Vasconcelos Cavalcante e Vitória Maria Araújo Pessoa – História como ciência: instigando a reflexão a partir da educação museal
- Guilhermina de Melo Terra e Elie-ne Bina – Atuação dos museus enquanto sistema aberto: uma possível



realidade

- Karlla Kamylla Passos – As referências nas disciplinas de Educação nas graduações em Museologia
- Moana Campos Soto – “E o Palavra se fez Carne”: a influência de Paulo Freire nos Museus e na(s) Museologia(s)
- Suzana Gomez Pohia, Brune Ribeiro da Silva, Kamylla Passos, Mona Nascimento e Paola Maués – Educação museal, redes e profissionalização: as eleições para o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do

Brasil

- Thatiana Antunes Vieira da Silva e Ana Cristina Prado de Oliveira – A educação museal no curso de Pedagogia da Unirio: um relato sobre o estágio em gestão educacional e a importância da parceria museus-universidade
- Thiago Consiglio – Traduzindo uma Epistemologia da Educação Museal: Revolta e Resistência

Mesa 2: Educação Museal, ciências e tecnologias

Mediação: Dirceu van Lonkhuijzen

Relatos de experiências da educação museal articuladas com as ciências e tecnologias. Museus de Ciências e Ciências nos Museus como ponto de partida para reflexões destas e outras possibilidades da educação museal.

Trabalhos apresentados:

- Aires Furtado Chagas – Nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata
- Alison Diego Leajanski e Antonio Liccardo – As possibilidades do Museu de Ciências Naturais da UEPG para a alfabetização científica
- Antonio Liccardo, Carla S. Pimentel, Christopher V. Santos, Ana Paula G. Meira e Alison D. Leajanski – A implantação do Museu de Ciências Naturais da UEPG e seu impacto na Educação
- Carla Silvia Pimentel, Juliana Romanek Menon e Antonio Liccardo – A criação de um banco de dados para pesquisas e ações educativas no Museu de Ciências Naturais da UEPG
- Cauê Donato – Mediação em Museus de Ciências: Perspectivas de Reflexões Coletivas

- Danira Morais da Silva, Gerson de Melo, Larissa Altemar e Smally Rodrigues – Novos Pesquisadores: desafios e experiências em curadoria educativa no MMGV
- Janaina Cardoso de Mello e Gyamarco Pereira Nascimento Secci – SAYHIST: Inteligência Artificial e robótica no Ensino de História em Museus de Sergipe

Mesa 3: Parcerias e relações comunitárias

Mediação: Teresa Marcon

Reflexões sobre relações entre museus e comunidades, museus e escolas e outras ordens de parceria como forma de potencializar as práticas de educação museal.

Trabalhos apresentados:

- Andreza de Lima Damião, Larissa Salles Demétrio, Ana Clara Atanazio Cunha, Gabriela Nascimento dos Santos, Leandra Fernandes Lúcio e Willian Nascimento da Silva – Perspectivas educacionais: a potência da parceria entre as escolas municipais de Campos do Jordão (SP) e o Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro
- Carla Renata Antunes de Souza Gomes e Flávia Maria Franchini Ribeiro – Educação para o Patrimônio no MART: diálogos com os professores

- Fabiana Barros Pinho, Rusty de Castro Sá Barreto, Sineide Moreira Crisóstomo Sá Barreto, Celso Raley Sá Barreto de Freitas, Renan Victor Sá Barreto França, Ryan Calebe Sá Barreto França e Sandra Beltran-Pedreiros – Parcerias setor privado e terceiro setor para impulsionar a cultura ambiental – Relato de um “case” de sucesso: Rede de farmácias Pague Menos e ECOMUSEU do Mangue (Fortaleza/CE)
- Gabriela Pontin Novaes – As Fontes Históricas no Museu da Cidade de Salto-SP



- Gustavo Nalva, Juliana Freitas Gueiros e Marina Gouveia – A experiência Museando
- Maria Karla Belo da Silva Tavares, Bianca Scofano Barbosa, Pedro Paulo de Abreu Manso, Marcelo Pelajo Machado e Barbara Cristina Euzebio Pereira Dias de Oliveira – A Patologia vai à Escola: os cursos de formação continuada promovidos pelo Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro
- Yuri Sampaio Capellato Logrado – Museu de Alcântara: Consulta pública sobre uma nova expografia

Mesa 4: Patrimônios, territórios e comunidades

Mediação: Brune Ribeiro da Silva

A partir de experiências comunitárias de educação museal e patrimonial, propôs reflexões para propostas de educação baseadas nas prerrogativas da Museologia Social.

Trabalhos apresentados:

- Aline Guerra da Costa e Francislei Lima da Silva – Memórias à beira do ribeirão: as vivências de lavadeiras e carregadores de água como material educativo para uma ecologia dos saberes junto a crianças e jovens de Lambari/MG

- Anarleide Cruz Menezes – Estudo do público visitante da I Exposição de Arte Sacra da Paróquia de São Jorge dos Ilhéus-Bahia-Brasil
- Bárbara Silveira Abril – Ação Educativa Museal “Pelas Ruas de Ará”: O patrimônio arquitetônico do centro de Aracaju e a sua relação com a história da capital
- Gilma Isabel R. D’Aquino, Lúcia das Graças Santana da Silva e Maria das Graças A. Santana – Vivências, práticas, sonhos e afetos: a experiência da criação do Museu Municipal de Oriximiná/PA
- Henrique Falcão Nunes de Lima – Devolver o Ofá ao Oxossi que sempre foi: colonialidade e contra-narrativa na Oficina Francisco Brennand
- Jones da Silva Gomes – Toca Tocantins teus Museus na Amazônia: Relatos de Educação Museal
- Lucas Oliveira Fontoura Kugler e Guilherme Felipe Silva de Castro – Para uma educação patrimonial plural: Os desafios de um museu de imigração holandesa no interior do Paraná
- Suzenilson da Silva Santos – “Pesquisadores(as)” & “Animadores(as)” museais indígenas na aldeia: a experiência intergeracional do Núcleo Educativo do Museu dos Kanindé no Ceará



Mesa 5: Experiências acessíveis

Mediação: João Marcos Oliveira Mendonça

A partir de relatos de experiências acessíveis em educação museal, debateu sobre a oferta de práticas educativas considerando os mais diversos tipos de públicos.

Trabalhos apresentados:

- Ana Luísa Pinheiro Affonso, William Lourenço Simões e Hannah Fagundes Paskin – Oficina de Férias do setor Educativo do Museu de Arte Murilo Mendes – relato de experiências
- Caroline Mallmann Cruz – Uma visita guiada para pessoas com deficiência visual no Museu Municipal de Uberlândia
- Cristine Pieske, Jacqueline Prado e Leonardo Felipe Matuchaki – Arte para Maiores: Como se apaixonar por arte após os 60 anos
- Fabiana Ferreira Santos – “Puxa, ela trouxe o menino”: os museus como espaços educativos para o deficiente intelectual
- Joana Aparecida da Silveira do Amarante – Ação educativa de obras do século 19 com bebês

Mesa 6: Gestão das práticas educativas

Mediação: Paola Haber Maués

Relatos de experiência relacionados à gestão das práticas educativas, proporcionando reflexões sobre a realidade dos setores educativos dos museus brasileiros.

Trabalhos apresentados:

- Daniel Vicente Santiago – Práticas educativas de Museologia Social no Museu do Homem do Nordeste, 2015 a 2019
- Douglas Alves da Silva e Elisangela Castedo Maria Do Nascimento – Cardápio cultural: que projeto é esse?
- Hellen Tauana Silva Batista – Estratégias Educacionais: Panorama das Ações Educativas do Museu Casa Kubitschek
- Isabela Ribeiro de Arruda – O projeto de educação do novo Museu do Ipiranga
- Jamille Maria Carvalho Barros – “Só pra ver como é”: quem (se) vê no museu e o que a mediação tem a ver com isso?
- Mariana Jucá Rodrigues de Brito e Laura Rebeka Tavares de Souza – A contribuição do Setor Educativo do Memorial de Justiça para o Tribunal de Justiça de Pernambuco

- Monalysa da Silva Borel Sarmento e Guilherme Andrade – Relato do Educativo do Museu Flamengo

MESA

Abertura e Homenagem a Maria Célia Teixeira Moura Santos

Com recepção de performance poética de artistas locais do Portuário Atelier Editorial, a mesa oficial de abertura foi apresentada pelas coordenadoras gerais do evento, Marielle Costa, do Ibram, e Daniele Canedo, do OBEC – UFRB/UFBA, que receberam Fernanda Castro, presidenta do Ibram; Roberta Martins, secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura (MinC); Fabiano Piúba, secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC; João Gustavo Andrade, chefe do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Cachoeira; Luciana Mandelli, diretora geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC); Fábio Josué dos Santos, reitor da UFRB; Dyane Reis, diretora



do CAHL/UFRB; e Eliana Gonzaga, prefeita de Cachoeira. Falas contundentes exaltaram a democracia, o direito à cultura e à educação, a importância da participação social na construção de políticas públicas e a trajetória e desafios da educação museal brasileira. Este foi também o momento de reverenciar a homenageada do I EMUSE: a Professora Dra. Maria Célia Teixeira Moura Santos, museóloga e educadora, referência da educação museal no Brasil.

MESA

Políticas públicas nacionais: experiências exitosas e perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal

Com vistas a pensar as bases para um Programa Nacional de Educação Museal e o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, esta mesa reuniu diferentes experiências que apontam caminhos possíveis para estas construções, no intuito de conhecer mais de iniciativas públicas que possam

servir de referência. Estiveram presentes Luciana M. Gottschall, responsável pela Gestão Orçamentária e Financeira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Fabiano Piúba, secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC; Nide Nobre, socióloga especializada em Demografia; e Lia Calabre, pesquisadora em políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com mediação de Marielle Costa.

ATIVIDADE CULTURAL

Casa PretaHub e Tanú Forró

Participantes do EMUSE foram convidados à Praça 25 de Junho, no conjunto arquitetônico histórico e tombado de Cachoeira, para prestigiar feira de produtos, gastronomia e artesanato locais promovida pela Casa PretaHub, ali sediada, espaço de economia colaborativa de cunho econômico e cultural, de difusão e preservação artística da cultura negra. Na música, o som de Tanú Forró fez o arrasta-pé. *





LANÇAMENTO E DEBATE

PEMBrasil

O EMUSE foi local do lançamento da PEMBrasil – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros. Iniciativa do Ibram desenvolvida entre 2022 e 2023 pelo OBEC, seu objetivo geral é a produção de informações que possam subsidiar a formula-

ção, a implementação e a avaliação da PNEM e, em consequência, das políticas públicas do Ibram, a partir da perspectiva dos museus e dos/as educadores/as. No total, foram 1.153 respostas recolhidas em diferentes modalidades, de todos os estados brasileiros. As próprias pesquisadoras envolvidas, coordenadas por Daniele Canedo, subiram ao palco para mostrar os dados levantados: Amanda Hau-

bert Ferreira Coelho, Caroline Fantinel, Clarissa Narai Costa e Silva, Elizabeth Ponte de Freitas e Mona Ribeiro Nascimento.

Após a apresentação dos resultados, o debate “Como os resultados da PEMBrasil refletem contextos e desafios da educação museal no Brasil” reuniu especialistas do campo e suas análises preliminares dos dados: Frederico Barbosa, pesquisador do Instituto de Planejamento e Pesquisa (Ipea); Gabriela Aidar, coordenadora dos Programas Educativos Inclusivos da Pinacoteca de São Paulo; Kamylla Passos, museóloga, educadora museal e integrante de projeto de acessibilidade nos museus do Instituto Butantan; Luciana Conrado Martins, coordenadora de Educação e Ação Cultural do Sesi Lab; e Renata Almendra, museóloga e professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob mediação de Daniele Canedo.

[Acesse a PEMBrasil aqui](#)

MESA

Políticas públicas de fomento ao campo da museologia social

Promovendo discussões relacionadas às estratégias e alternativas de fomento ao campo da museologia social, esta mesa se propôs a pensar as bases para uma política de fomento continuada, considerando os distintos níveis da esfera governamental e agentes envolvidos na implementação do Programa Pontos de Memória. Participaram a museóloga Paula Nunes, servidora da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo desde 2011; Raimundo Melo, gestor em museologia social; e Raquel Fuscaldi, chefe da Divisão de Mu-



seologia Social da Coordenação de Museologia Social e Educação do Ibram, sob mediação de João Paulo Vieira Neto, indigenista, historiador e mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

GRUPOS DE TRABALHO

Programa Pontos de Memória

O Programa Pontos de Memória se iniciou em 2009, a partir da parceria entre o Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, com o objetivo de identificar, apoiar e difundir iniciativas de memória e museologia social pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território.

As ações desenvolvidas, pautadas no fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do país, visam a garantir que o direito à memória seja exer-

cido de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Em 2017, respondendo a uma grande expectativa do campo da museologia social brasileira, foi publicada a Portaria nº 315, de 06 de setembro de 2017, normativa que oficializou o Programa como política pública perene no âmbito de atuação do Ibram. A partir de sua revisão, impulsionada pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021, com acréscimo de novos dispositivos que buscaram abranger temas fundamentais para consolidar o compromisso institucional e assegurar a continuidade das ações desenvolvidas.

As inovações trazidas pelo texto da Portaria Ibram nº 579/2021 tiveram como principal objetivo estruturar as ações que integram os eixos de atuação do Programa Pontos de Memória e que não constavam do normativo ante-

rior, quais sejam: o orçamento do programa; as formas de fomento e de parceria; a concessão de certificação e o Cadastro Nacional de Pontos de Memória; as Teias da Memória (espaço de intercâmbio, debates metodológicos, construção de agendas e estratégias para o fortalecimento e a consolidação dos Pontos de Memória); e as ações de capacitação.

A programação dirigida aos representantes de Pontos de Memória

e do campo da museologia social no EMUSE foi pautada na análise e em contribuições para a eventual revisão da Portaria Ibram nº 579/2021 e, como uma Pré-Teia da Memória, para o levantamento de propostas para a estruturação do Plano de Ação do Programa Pontos de Memória, a serem discutidos na ocasião da Teia Nacional da Memória, no âmbito do Fórum Nacional de Museus, em 2024.



Grupos de avaliação e proposição

- GT1 – Avaliação e proposições para a revisão da Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.
- GT2 – Avaliação e proposições para a revisão da Portaria Ibram nº 633, de 31 de agosto de 2021, que aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

Grupos de debate e levantamento de propostas para o Plano de Ação Anual do Programa Pontos de Memória

- GT Fomento: ações destinadas a apoiar financeiramente os Pontos de Memória, destinando recursos para a execução de projetos culturais. Estes recursos são aportados por meio de editais e através de parcerias entre União, entes federados, instituições públicas e privadas.
- GT Capacitação: ações de capacitação e qualificação que têm como objetivo fornecer aos representantes de Pontos de Memória os referenciais conceituais e metodológicos para o desenvolvimento de projetos e ampliação de suas atividades.
- GT Articulação: ações voltadas para propiciar o contato entre Pontos de

Memória e deles com instituições afetas ao tema da museologia social, sendo um importante instrumento de difusão do conhecimento e de troca de experiências. As principais ações deste eixo são as Teias da Memória, o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória e o Cadastro Nacional de Pontos de Memória.

GRUPOS DE TRABALHO

Revisão da PNEM

À luz dos dados obtidos na PEM-Brasil – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros, foram montados quatro Grupos de Trabalho para se debruçar sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), com vistas a atualizá-la. A proposta era de estabelecer mecanismos e metodologias de trabalho para a continuidade do trabalho dos GTs ao longo do ano de 2023 e no ano de 2024, para que seja possível chegar ao delineamento preliminar de um Programa Nacional de Educação Museal, a ser discutido na ocasião do Fórum Nacional de Museus, em 2024.



GT1 Perspectivas gerais

- Atribuições nos âmbitos, federal, estadual e municipal
- PECs, entendidos com políticas educacionais

Mediação: Brune Ribeiro da Silva, Elaini Pacheco, João Andrade e representação OBEC: Beth Ponte

GT2 Gestão

- Modelos de fomento
- Abordagem de gestores de museus
- Elaboração e implementação de PECs, entendidos com políticas educacionais

Mediação: Ana Paula Zaquieu, Julia Burger, Moisés Moraes e representação OBEC: Amanda Haubert e Clarissa Narai

GT3 Profissionalização

- Formação
- Profissionalização

Mediação: Fabiana Sales, Saulo Moreno Rocha, Thiago Consiglio e representação OBEC: Mona Nascimento

GT4 Comunidades

- Parcerias

Mediação: Isabella Carvalho, Lucyvania Darc Duarte Ribeiro, Natália Maranhão e representação OBEC: Caroline Fantinel

SESSÃO ESPECIAL

Reflexões sobre o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia: visibilizar outras narrativas sobre a história e a identidade brasileira

Quais as vozes de nosso povo sobre a nossa independência? O que a história oficial insiste em apagar? Quais as memórias repassadas por gerações? O que nos contam mulheres negras e indígenas sobre este momento histórico e suas repercussões em nos-

so dias? Quantas verdades estão impregnadas nestes corpos? Que projeto de país, de democracia e de liberdade desejamos construir para os próximos 200 anos? Nesta sessão especial, cinco mulheres que constroem pontos de vista sobre a emancipação do país emocionaram a plateia: Any Manuela Freitas, sambadeira e especialista em Políticas e Gestão Cultural; Daiara Tukano, artista, ativista, educadora, comunicadora e pesquisadora do direito à memória e à verdade dos povos indígenas; Dona Dalva Damiana, sambadeira, doutora honoris causa pela UFRB, que, aos 95 anos, é símbolo da cultura de Cachoeira; Renata Bittencourt, gestora cultural, historiadora da arte que investiga a representação do negro e responsável pela área de Educação do Instituto Moreira Salles (IMS); e Wlamyra Albuquerque, professora do departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, que investiga a construção de fronteiras sociorraciais e delimitação de direitos na sociedade brasileira durante o processo abolicionista e no pós-abolição. A mediação foi de Georgina Gonçalves dos Santos, mestre em Educação e doutora em Ciências da Educação, professora da UFRB.



ATIVIDADE CULTURAL

Samba de Roda de Dona Dalva

A histórica Estação Ferroviária de Cachoeira recebeu o Samba de Roda de Dona Dalva, que mostrou aos presentes esta tradição tombada como Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil pelo Iphan e proclamada Obra-Prima e Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco. Também conhecido como Samba Suerdieck, o grupo é um dos mais belos e tradicionais dos Sambas de Roda do Recôncavo Baiano. Oriundo direto dos batuques africanos, a sua característica principal, além do pioneirismo para apresentações públicas em Cachoeira, é a performance das baianas. Fundado pela Doutora Honoris Causa Dalva Damiana de Freitas, o grupo de operárias charruteiras preserva sua performance tradicional com tocadores e sambadeiras caracteristicamente trajadas de baianas, demonstrando sua elegância em roda. A musicalidade é conduzida por Dona Dalva e Mestra Ana Olga, sambadeira, compositora e filha, apresentando o samba corrido e barravento, em que as baianas sambam o “miudinho” e convidam a próxima com uma umbigada. *





ENCONTRO

Redes de Educadores em Museus (REMs)

Espaço reservado para a organização das Redes de Educadores em Museus brasileiras, sob a coordenação da Rede de Educadores em Museus do Brasil. Na ocasião, o Comitê Gestor da REM Brasil apresentou seu modelo de gestão para votação em assembleia, bem como para construir colaborativamente seu plano de ação para a atual gestão. A mediação foi de Mona Nascimento.

ENCONTRO

GT Educação Museal do Ibram

O Grupo de Trabalho de Educação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituído em 2021, objetiva reunir representantes de todas as equipes das áreas educativas dos Museus Ibram, para realização de trabalhos colaborativos, capacitações e estudos integrados sobre Educação Museal, sendo uma iniciativa inédita no Ibram, voltada especialmente para o desenvolvimento das práticas educativas envolvendo as 31 unidades museológicas do Insti-



tuto. Na ocasião do Encontro do GT Educação Museal no EMUSE, houve troca de experiências e apresentação de materiais, práticas e projetos educativos realizados pelos Museus Ibram durante o Triênio 2021-2023, identificados com os temas norteadores do Mapeamento Temático das Práticas Educativas dos Museus Ibram – Triênio 2019-2021, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e com potencial de intercâmbio entre os museus. Foi ainda analisada a minuta de Edital de Intercâmbio entre Museus Ibram. A mediação foi de Joana Regattieri Adam.

ENCONTRO

Sistema Estadual de Museus da Bahia

Numa reunião preparatória para o V Encontro Baiano de Museus, o EMUSE acolheu encontro sobre o Sistema Estadual de Museus, para conhecer a estrutura e propostas de trabalho da Diretoria de Museus (DIMUS) do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da

Bahia (IPAC). Pola Ribeiro, diretor da unidade, esteve ao lado de membros de sua equipe, Daniel Rangel, Isabel Gouvêa e Sandra Regina Rosa, tratando de pautas como a estrutura dos museus estaduais, acervos, acessibilidade, Comitê Gestor de Museus do IPAC e implantação do Museu de Arte Contemporânea da Bahia. A mediação foi de Mona Nascimento.





RODA DE CONVERSA

Instâncias de representação: participação social na realização das políticas públicas para a educação museal e para a museologia social

Reunindo diferentes atores sociais presentes nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas para os campos da Educação Museal e da Museologia Social, a conversa propôs pensar caminhos possíveis para a ampliar e qualificar a participação social nestes processos, reafirmando a importância de estabelecer instâncias de escuta e real intervenção coletiva para a construção, desenvolvimento e qualificação de ações dos poderes públicos, em suas diversas esferas. Lindivaldo Júnior, gestor da IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) e do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC); Marjorie de Almeida Botelho, gestora do Instituto de Imagem e Cidadania; e Mona Nascimento, museóloga, educadora museal e pesquisadora do OBEC, foram mediados pela presidenta do Ibram, Fernanda Castro.



Destaque para o fato de que o EMUSE se configurou também como conferência temática prévia à IV CNC. Deste modo, as pessoas presentes puderam votar, dentre as proposições apresentadas, nas três propostas prioritárias que serão encaminhadas ao eixo “Identidade, Patrimônio e Memória” da etapa nacional.

A presidenta do Ibram, Fernanda Castro, e o diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Márcio Rangel, assinaram juntos um protocolo de intenções para promover esforços necessários para o desenvolvimento, planejamento, realização e avaliação de projeto de educação museal sobre memória climática, a ser concebido em conjunto com entidades e coletivos culturais do Programa Pontos de Memória. O MAST é uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como missão pesquisar a história do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, realizar a alfabetização científica em espaços não formais de educação, além de preservar e socializar acervos científicos e tecnológicos.



PLENÁRIA FINAL

No momento de finalização do EMUSE, foram apresentados os resultados dos Grupos de Trabalhos e feitos os encaminhamentos gerais do evento.

ATIVIDADE CULTURAL

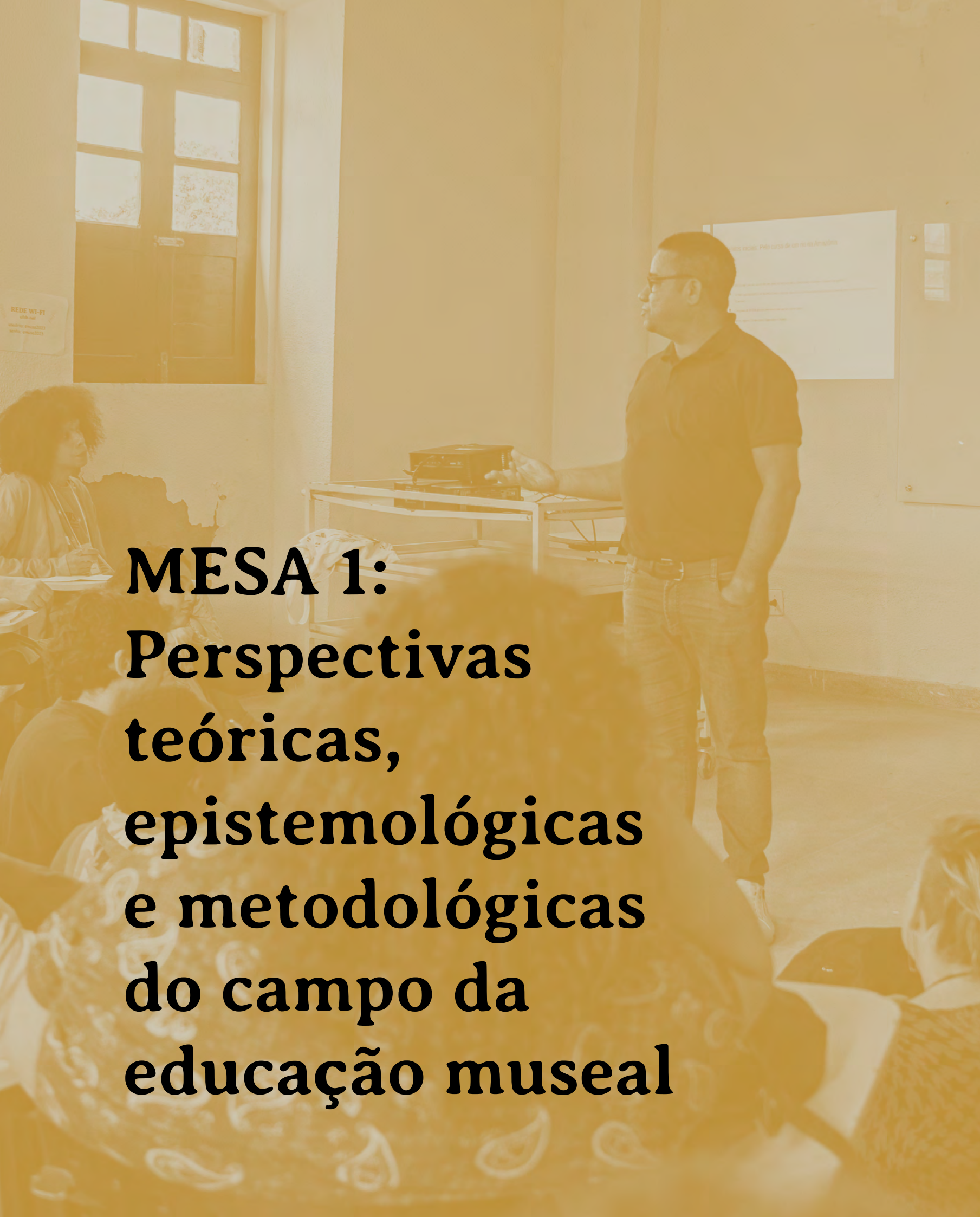
O Museu É a Rua

Fechando a grade de atividades do EMUSE, o Grupo de Arte Popular A Pombagem abriu cortejo pelas ruas de Cachoeira, levando participantes do evento e a comunidade local em seu caminho, circulando por cenários históricos da cidade. Por fim, na Praça da Aclamação, defronte e interagindo com a Câmara Municipal, foi encenado o espetáculo a céu aberto “O Museu É a Rua”, defendendo o museu que acontece para além dos muros dos edifícios museais, questionando o paradigma museológico tradicional e apresentando o referencial afro-diaspórico como uma proposta de museu de rua. *





RESUMOS

A photograph of a man in a dark shirt and jeans standing and presenting to a group of people seated at tables in a room. A whiteboard and a projector screen are visible in the background. The image is overlaid with a semi-transparent orange filter.

MESA 1: Perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas do campo da educação museal

- 64 **História como ciência: Instigando a Reflexão a partir da Educação Museal**
*Ana Gabriela Vasconcelos Cavalcante e
Vitória Maria Araújo Pessoa*
- 66 **Atuação dos museus enquanto sistema aberto: uma possível realidade**
Guilhermina de Melo Terra e Eliene Bina
- 68 **As referências nas disciplinas de Educação nas graduações em Museologia**
Karlla Kamylla Passos
- 71 **“E a Palavra se fez Carne”: a influência de Paulo Freire nos Museus e na(s) Museologia(s).**
Moana Campos Soto
- 74 **Educação museal, redes e profissionalização: as eleições para o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil.**
*Suzana Gomez Pohia, Brune Ribeiro da Silva,
Kamylla Passos, Mona Nascimento e Paola Maués*
- 77 **A Educação Museal no Curso de Pedagogia da Unirio: um relato sobre o estágio em Gestão Educacional e a importância da parceria Museus-Universidade**
*Thatiana Antunes Vieira da Silva e
Ana Cristina Prado de Oliveira*
- 79 **Traduzindo uma Epistemologia da Educação Museal: Revolta e Resistência**
Thiago Consiglio

HISTÓRIA COMO CIÊNCIA: INSTIGANDO A REFLEXÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO MUSEAL

Ana Gabriela Vasconcelos Cavalcante¹
Vitória Maria Araújo Pessoa²

Introdução

Segundo Marc Bloch (2011), a História é a ciência que estuda a vivência dos seres humanos no tempo, traçando uma relação entre passado e presente. Tudo o que o ser humano diz, escreve, fabrica e toca informa sobre ele e pode ser considerado fonte para a construção da História. Embora seja uma área científica, recorrentemente a História é excluída desse patamar; essa desvalorização se dá, principalmente, pelo desconhecimento do modo como historiadores trabalham, teórica e metodologicamente. Partindo dessa problemática, a pesquisa desenvolvida através da oficina ‘Da escrita cuneiforme aos emojis: investigando a História’, realizada no dia do historiador (19 de agosto) no Museu Espaço Ciência, objetivou construir um novo olhar sobre a História, demonstrando que ela é produzida a partir de uma investigação criteriosa e metodológica de vestígios do passado. Para tornar a abordagem didática, foram utilizados como exemplos de fontes os diferentes símbolos usados ao longo da História como forma de comunicação, como as pinturas rupestres presentes na área Terra do Museu Espaço Ciência.

Desenvolvimento

A oficina consistiu em um jogo realizado em grupos, cujo principal objetivo era simular uma investigação histórica a partir da decifração de frases escritas em um alfabeto simbólico. O jogo tinha caráter investigativo; para entrelaçar a investigação ao modus operandi do cientista, as frases estavam relacionadas ao ofício do historiador, à importância de compreender a História como ciência e ao potencial libertador do conhecimento; para decifrá-las, os participantes podiam consultar um “dicionário” com o significado de cada símbolo, correspondente a uma letra do alfabeto. A cada rodada, o grupo que primeiro decifrasse as frases ganhava o jogo. Para realização da atividade, foi confeccionado um alfabeto simbólico em placa de madeira (em alusão às placas de escrita cuneiforme da Suméria). As frases simbólicas foram impressas e entregues aos participantes.

¹ Discente do Dep. de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife/PE, Monitora de História do Espaço Ciência, Olinda/PE; gabrielavascav@gmail.com

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco – UPE, Recife/PE, Coordenadora do Núcleo de Ciências Sociais e Humanas do Espaço Ciência, Olinda/PE; vmariapessoa@gmail.com

O momento de investigação e descoberta do significado foi cronometrado para dinamizar a disputa, remetendo também ao tempo empregado para se trabalhar com as fontes históricas. A oficina foi realizada com estudantes do ensino fundamental II. Compreendendo a oficina como campo de pesquisa, foi possível observar, a partir das falas dos participantes, que persiste a ideia da História como uma simples contação de fatos que ocorreram no passado e que parte dessas narrativas são inventadas pelos profissionais. Portanto, simular uma investigação em fontes históricas e dialogar sobre o ofício do historiador e a importância científica da história foi um caminho para construir, juntamente com os estudantes, um novo olhar sobre essa ciência.

Conclusões

As historiadoras Juniele Rabêlo e Marta Rovai (2011) defendem que publicizar a História e seu método de construção é um meio para valorizar a ciência para além da academia e democratizar o conhecimento. Considerando que os espaços museais são ideias para democratização da educação, da ciência e da cultura, realizar tal atividade no Espaço Ciência no dia em que se comemora o ofício do historiador foi certamente uma forma de tornar a História acessível e mais próxima do cotidiano. Além disso, trabalhar temáticas reflexivas de um modo mais leve, didático e divertido acaba favorecendo a aprendizagem e a identificação com os conhecimentos apreendidos. Como afirma a educadora Madalena Freire (2017), educadores e educadoras que brincam e riem enquanto ensinam favorecem o lidar com as tensões de todo o processo de aprendizagem.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. de O. (org.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011. BLOCH, M. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. FREIRE, M. Educador, educador, educador. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

ATUAÇÃO DOS MUSEUS ENQUANTO SISTEMA ABERTO: UMA POSSÍVEL REALIDADE

Guilhermina de Melo Terra¹

Eliene Dourado Bina²

Essa investigação estudou o funcionamento do Museu Eugênio Teixeira Leal-METL – localizado no Pelourinho, Salvador Bahia – que, desde 2001, iniciou processo de mudanças internas, com objetivo de se aproximar da freguesia do Pelourinho, especificamente, dos moradores da Comunidade Nova Esperança. Tal comportamento é sustentado numa filosofia que associa a sustentabilidade do Museu, à atuação que este tem junto da sociedade. Tal facto ficou explícito durante o processo de recolha de dados, com a equipa de colaboradores do Museu e grupos de 277 visitantes que fizeram uso do espaço museológico, critério que levou à escolha dos mesmos para serem atores sociais alvo da investigação. A nível interno, percebeu-se que a freguesia do Pelourinho vem sendo considerada como o principal alvo de todo trabalho das ações educativas do METL. Por meio de projetos desenvolvidos ao longo do ano, o Museu procurava envolver grupos de visitantes específicos, durante períodos especiais, não se esquecendo das demais ações básicas da Museologia. O que se verificou é que o METL está a tentar contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos

¹ Guilhermina de Melo Terra. Pós-doutora em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutora em Museologia, pela mesma Faculdade. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Amazonas. Registrada no Conselho de Biblioteconomia - 11ª Região (CRB-11) e no Conselho Regional de Museologia - 1ª Região (COREM-1R). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas, pertencente ao Curso de Biblioteconomia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFAL), na linha de pesquisa Produção, Mediação e Gestão da Informação. Coordenadora Acadêmica da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC). Membro aderente do MINOM-ICOM. Líder do Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação (GRUPIC). Avaliadora externa do Conselho Estadual de Ensino do Amazonas. Parecerista das revistas: RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação e MAN-DUARISAWA: Revista Discente do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bem como Membro do Comitê Científico da Coleção Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação da Appris Editora. Ex-Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA). Ex-Presidente da Associação dos Profissionais e Acadêmicos de Biblioteconomia do Amazonas (APABAM). Tesoureira do Conselho Regional de Museologia - 1ª Região (COREM 1R).

² Eliene Dourado Bina. Museóloga e pedagoga. Doutora em Estudos do Patrimônio, Universidade do Porto, Portugal (2017); mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB. Diretora executiva do Museu Eugênio Teixeira Leal. Laudista de obras de arte, Conselheira do Conselho Federal de Museologia, Membro do Conselho Internacional de Museus - ICOM. Produção e execução de projetos culturais e educativos. Atuou como Professora visitante da Pós-Graduação em Museologia, pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Oficineira de Expografia, IBRAM/MINC; treinamento dos recepcionistas dos postos de informações turísticas da Bahiatursa; membro do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museu; Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, ambos do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MINC; Assistente do Cadastro Nacional de Museus, DEMU/IPHAN/MINC; conselheira efetiva e vice-presidente do Conselho Federal de Museologia - COFEM; perita em Pareceres em Projetos Culturais, MINC, membro do Cluster de Entretenimento Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Tem experiência na produção e execução de projetos culturais e na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: museus, comunicação, ação educativa, desenvolvimento da comunidade e inclusão social, sobre os quais produziu diversos artigos, comunicações e palestras.

moradores da Comunidade Nova Esperança, sobretudo das crianças, adolescentes e jovens. Os reflexos de suas ações puderam ser constatados nos discursos apresentados, não só pelos participantes presentes nas ações museológicas, mas também pelos seus familiares. Outro aspecto relevante é o Museu manter, por muitos anos, acompanhamento dos jovens que participam nos seus projetos de formação. Com isso, conseguiu ingresso destes jovens no mercado de trabalho e em cursos superiores, um diferencial nas suas vidas. A nível de representatividade, o Museu foi aceito pelas crianças como um ponto de encontro, utilizado independentemente do horário dos projetos oferecidos. Tal vantagem tornou-se sinónimo de tranquilidade para as mães pois, anteriormente, essas crianças ficavam à mercê dos vários perigos urbanos. Para os jovens que passaram pelo museu como participantes dos projetos de formação ou como estagiários, o METL constituiu um instrumento que contribuiu de forma significativa para a formação pessoal, académica e profissional de cada um deles. Dinamizar e apoiar este processo de desenvolvimento dos jovens e da comunidade, foi o meio que o Museu encontrou para melhorar a qualidade de vida dos moradores da comunidade do Pelourinho. Realidade altamente apoiada pelos colaboradores voluntários, que referem unanimemente, que a escolha do METL como ambiente de trabalho se deveu à forma como o referido espaço museal desenvolve os projetos socioeducativos junto à freguesia. Para os demais grupos sociais que também desenvolviam atividades no Museu, o espaço foi concebido como um ambiente de formação que oferecia cultura e interação, a partir de uma atuação pedagógica capaz de ampliar o universo de ação dos visitantes pela construção de novos saberes. Ao nível do funcionamento, o METL apresentava pontos positivos e negativos, e não estava isento de conflitos internos, pois fruindo de uma gestão participativa é natural o confronto entre os membros da equipa do Museu na discussão do processo produtivo. Todavia, é de destacar a capacidade mediadora de conflitos do METL, promovendo um denominador comum em prol do benefício da comunidade. Fomentando a educação museal, as tarefas realizadas foram assentes em compromisso e dedicação, levando-nos a concluir que os museus, para o cumprimento da sua utilidade social, não dependem de recursos financeiros, mas sim, do compromisso de cada colaborador que atua nesses espaços. Por mais elitista que seja o edifício, por mais espaçoso e grandioso que seja o seu interior, por mais majestoso que seja seu mobiliário e por mais inibidora que seja sua imagem, quem transforma o espaço museal em património local da comunidade são as pessoas que lá atuam e que acreditam que a ação museológica só atingirá o sucesso esperado, na medida em que o envolvimento com a comunidade passe a ser uma realidade.

AS REFERÊNCIAS NAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO NAS GRADUAÇÕES EM MUSEOLOGIA

Karlla Kamylla Passos

Resumo

O objetivo do presente texto é evidenciar que as graduações em Museologia têm disciplinas obrigatórias de Educação, a partir dos Projetos Político Pedagógicos. Buscamos uma metodologia que fosse adequada para analisar de maneira quantitativa e qualitativa as referências das disciplinas de Educação, obrigatórias das graduações em Museologia, dessa forma, usei a bibliometria. Os resultados mostram que as autoras são maioria mulheres brancas e do Sudeste, quando de fora do Brasil há um predomínio da Europa. Embora São Paulo não tenha graduação em Museologia e a graduação do Rio de Janeiro não tenha disciplina obrigatória de Educação, a maior parte das autoras é do eixo Rio-São Paulo. Se trata de um estudo importante para trazer em números as desigualdades nas escolhas de autoras/es para os Projetos Político Pedagógicos das graduações em Museologia pelo país. Escolhas essas que perpassam o racismo estrutural e a colonialidade interna, por exemplo, dentre outros fatores amplamente discutidos no resumo. A pesquisa também se mostra importante ao revelar isolamento de algumas universidades devido às escolhas teóricas e outras universidades que optaram por não trabalhar com Educação dentro das formações em Museologia.

Museologia; Educação; Marcadores sociais da diferença.

Introdução

O objetivo do presente texto é evidenciar que as graduações em Museologia têm disciplinas obrigatórias de Educação, a partir dos Projetos Político Pedagógicos. Usei da bibliometria para análise. As Universidades e disciplinas que entraram na pesquisa são: UFBa – ‘Ação Cultural e Educativa com Patrimônios’. UFRB – ‘Ação Educativa nos museus’ e ‘Educação Patrimonial’. UFPel – ‘Ação Cultural e Educação em Museus’ I e II. UFOP – ‘Museologia e Educação’. UFRGS – ‘Educação em Museus’. UFPA – ‘Educação Patrimonial’. UFG – ‘Comunicação Patrimonial I - Ação Educativo-cultural’ e ‘Comunicação Patrimonial III - Práticas de Educação Não-formal em Museus’. UFSC – ‘Ação Cultural e Educativa em Espaços Museológicos’ e ‘Educação Museal’. UFPE – ‘Educação e Museus’. UNESPAR – ‘Educação em Museus’.

A graduação da UnB tem disciplina obrigatória sobre Educação, mas sem esse nome, por isso não entrou na análise. Da UNIRIO e da UFMG são as únicas que não têm disciplina obrigatória de Educação, apenas optativas. A UFS tem três disciplinas obrigatórias, contudo, não conseguimos acesso às bibliografias sugeridas das disciplinas.

Para a pesquisa sobre os marcadores sociais da diferença, analisamos 98 referências. A diferença entre graduações que não têm disciplinas obrigatórias, para outras que têm duas, mostra a disparidade entre os cursos no país: cada um depende de vários fatores subjetivos, como diferenças geracionais e conceituais, por exemplo.

Resultados e discussão

A graduação da UFPE é a mais isolada, visto que a maioria das referências é internacional e de outros campos das humanidades, sem uma presença acentuada de autorias do campo museológico. Maria Célia Santos, museóloga, se repete cerca de 10 vezes nas referências das disciplinas. Depois dela, Francisco Ramos, historiador, se repete cerca de seis vezes, seguidos por Paulo Freire, educador, que se repete cinco vezes, todos do Nordeste.

Iniciando as análises dos marcadores sociais da diferença, gênero foi quantificado a partir dos nomes das autoras. A maioria (57%), são mulheres, e os homens correspondem a 43%. Sobre a cor das autoras, analisada por meio da heteroidentificação, pautada nas categorias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo indicado como “não identificado”, quando não encontramos fotos das pessoas. A maioria foi considerada branca (66%), não identificada (26%), e negras apenas 8%. Sobre as formações de graduação, grande concentração de História, Museologia e Pedagogia.

A maioria das referências é brasileira. Das autoras de outros países, dessas uma grande concentração na Europa, especialmente sete autoras/es da França. Para as análises de estados do Brasil foram consideradas apenas as referências brasileiras. Somente o litoral está envolvido, e com predominância do Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul.

As graduações, são apenas três no interior (Pelotas-RS, Cachoeira-BA e Ouro Preto-MG). Fiorela Isolan (2017, p. 92 e 93) analisou a distribuição da oferta formativa em Museologia do país: 29% no Sul e Nordeste. No Sudeste, 21%. No Centro-Oeste, 14%, e apenas 7% para o Norte. Cabe salientar ainda o predomínio dos olhares acadêmicos e de profissionais do Sudeste na produção discursiva da Educação Museal, o que não deixa de significar uma alteridade regional (CESARINO, 2017).

Considerações finais

Os dados mostrados aqui evidenciam que é importante e urgente iniciar uma mudança. No entanto, temos uma predominância de graduações em Museologia com disciplinas obrigatórias de Educação. Embora as mulheres sejam maioria, quando brasileiras, são brancas, do Sudeste, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi possível perceber nas reflexões sobre regionalidade, autoras desses estados são fortemente citadas nos outros. Uma evidente inversão: onde se pensa menos a Educação na formação em graduação na Museologia, com disciplinas obrigatórias, é de onde vem as referências mais citadas. Quando internacionais, essas referências são europeias.

Referências

CESARINO, L. Colonialidade Interna, Cultura e Mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. Ilha. v. 19, n. 2, 2017, p. 73-105.

ISOLAN, F. A formação em museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. 2017.

“E O PALAVRA SE FEZ CARNE”: A INFLUÊNCIA DE PAULO FREIRE NOS MUSEUS E NA(S) MUSEOLOGIA(S)

Moana Soto¹

Este trabalho se inicia com uma breve discussão sobre a práxis educativa e suas múltiplas determinações como compromisso político, tendo como foco a obra do educador brasileiro Paulo Freire. O debate, contextualizando a práxis educativa no contexto dos museus e na relação com a sociedade, continua a abordar as possibilidades de integração na ação museológica. Buscamos identificar o papel de Paulo Freire no campo dos museus, estabelecendo influências e reconhecendo diretrizes socioeducativas para a construção de uma teoria e prática museológicas voltadas para o exercício consciente da cidadania. Possibilidades que todos os dias se afirmam e se confirmam, com destaque para a função educativa dos museus e do patrimônio, onde esta é cada vez menos uma atividade exclusiva de um setor específico destas instituições, mas potencialmente integrada em todas as atividades museológicas. A educação não é mais apenas um instrumento auxiliar da educação formal, mas um espaço de educação permanente, ao longo da vida, com foco na cidadania e no respeito à diversidade cultural. Abordamos também as redes de interação de vários setores sociais, incluindo aquelas que permitem a articulação entre os diferentes centros educativos, de forma a museológica numa perspectiva de construção e reconstrução de identidades, num desenvolvimento museológico centrado no desenvolvimento social, envolvendo toda a comunidade.

O principal objetivo desta pesquisa teórica é reconhecer e sistematizar a influência de Paulo Freire na transformação do modo de fazer e pensar nos museus e na Museologia. Nosso objetivo secundário é trabalhar as possibilidades do pensamento de Freire, que ainda podem ser exploradas no campo museológico. A pesquisa de campo é realizada por meio de encontros do grupo Sociomuseologia + Paulo Freire. Um grupo de investigadores dos cursos de Mestrado e Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. A pesquisa indica que ainda há espaço para aprofundar e intensificar a utilização da obra de Freire, especialmente no campo da Sociomuseologia. Possibilidades que se afirmam e se confirmam dia a dia, com o crescente destaque para a função educativa dos museus, onde esta é cada vez menos uma atividade exclusiva de um setor específico destas instituições, mas potencialmente integrada em todas as suas atividades, deixando de ser apenas um instrumento auxiliar da educação formal, mas um espaço de educação permanente, voltado para a cidadania, a igualdade social e o respeito à diversidade cultural.

¹ moanasoto@gmail.com - Cátedra UNESCO-ULHT em Educação, Cidadania e Diversidade Cultural

A bibliografia de base deste trabalho é a obra de Paulo Freire, bem como o que já foi produzido sobre sua obra. Existem literalmente milhares de publicações que falam sobre o pensamento de Freire ou seu impacto em diferentes setores da sociedade. Mas também pelo seu alastramento a outras áreas, como a museológica, onde teve uma influência decisiva no processo de renovação museológica, e que teve como marco central a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, na qual sintomaticamente foi convidado a presidir, mas foi impedido pelo veto da ditadura militar brasileira. Não é por acaso que Paulo Freire é o terceiro autor mais citado na área de Ciências Humanas e Sociais em todo mundo. Portanto, nossa seleção é central a esse respeito. E, além da obra de Freire, analisaremos publicações no campo da Museologia que, fundamentalmente, apresentam as bases da Sociomuseologia. Buscamos nos autores museológicos o referencial bibliográfico para a construção deste trabalho, a fim de encontrar a face museal de Paulo Freire.

Com este trabalho, não estamos apenas tentando realizar uma ‘arqueologia’ ou uma ‘genealogia’ do pensamento museal e patrimonial em sua relação com o pensamento de Freire. Isso por si só seria importante, pois daria um estatuto acadêmico ao reconhecimento não sistemático que as figuras centrais deste processo de renovação museológica têm dado à influência de Freire. Acreditamos, porém, que além de justamente promover o reconhecimento do papel de Paulo Freire em nosso campo, o que se abre a partir daí é a possibilidade de retornar, de forma sistemática e aprofundada, às suas reflexões. Assim poderemos constatar como o seu fecundo trabalho ainda nos pode ajudar a ultrapassar alguns obstáculos que se encontram na prática cotidiana da educação patrimonial, sobretudo no contexto dos museus, e vislumbramos as possibilidades de abrir tantos outros caminhos para uma educação progressista e humanista. Uma necessidade imperiosa em tempos críticos, em que os avanços civilizacionais que julgávamos já garantidos se veem cada vez mais ameaçados pelas sombras de velhas e novas ameaças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, Valério. (s.d.). Um processo revolucionário mundial na forma de ondas sincronizadas, as cinco ondas revolucionárias do século XX. Acessado em agosto de 2010, em <http://www.cefetsp.br/>

BRASIL. (1986). Museu Educação: ação educativo-cultural nos museus. Alguns aspectos teóricos e práticos. Ministério da Cultura. Fundação Pró-Memória. Programa Museu Nacional. Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. (1980). Cidade, democracia e socialismo. Trad.: Gloria Rodriguez. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CHAGAS, Mário. (2004). Os museus na sociedade contemporânea: um olhar poético. III Encontro Regional da América Latina e Caribe-CECA/ICOM Museus e Patrimônio Imaterial - ou patrimônio imaterial como veículo de ação educativa e cultural. São Paulo, FAAP.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: Dois Movimentos. (2002) Em. Cadernos de Sociomuseologia, nº 19 – 2002. Lisboa, ULHT.

DANILO, Streck (org.). (1999). Paulo Freire: Ética, Utopia e Educação. Petrópolis, Vozes.

DESVALLEES, André & MAIRESSE, François. (2013). Conceitos-chave da Museologia. Tradução. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo, Secretário de Estado da Cultura.

FREIRE, Paulo & GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. (1985). Pedagogia: Diálogo e Conflito. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo, Cortez.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. (2000). Nos fazemos o Caminho Caminhando. Petrópolis, Vozes.

FREIRE, Paulo. (1963). Alfabetização e Consciência. Porto Alegre, Emma.

FREIRE, Paulo. (1967). Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (1970). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (1984). Cartas à Guiné-Bissau. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. 1979). Educação e Movimento. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

FREIRE, Paulo; BETO, Frei. (1985). Essa Escola Chamada Vida: Depósitos ao Repórter Ricardo Kotscho. São Paulo, Ática.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. (1990) Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; GERALDI, João Wanderley. (1990). Paulo Freire: Trabalho, Comentário, Reflexão. Petrópolis, RJ, Vozes.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora, (org.). (1986) Fazer Escola Conhecendo a Vida. Coleção Krisis. Campinas, SP, Papirus.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora, (org.). (1988). Na Escola que realizamos... uma Reflexão Interdisciplinar em Educação Popular. Petrópolis: Vozes.

FREIRE, Paulo; Nogueira, Adriano; Mazza. (1989). O Que Fazer: Teoria e Prática na Educação Popular. Petrópolis: Vozes.

FREIRE, Paulo; PASSETI, E. (1998). Conversa Libertária. São Paulo, Imaginário.

FREIRE, Paulo; SCHOR, Ira. (1987). Medo e Ousadia: o Cotidiano do Professor. Educação e Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir. (1996). Paulo Freire, uma Biobibliografia. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire.

GRAMASCI, Antonio. (1982). Vocês Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOMS, Maria Imaculada Pastora. (2004). Pedagogia Museística: Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales. Barcelona, Ariel Heritage.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. (1999). Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília, IPHAN, Museu Imperial.

JORGE, Simões J. (1979). A ideologia de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana E. (orgs.). (2005). Museu, educação e cultura: encontros dos professores com a arte. Campinas, Papiro.

INSTITUT ECUMENIQUE AU SERVICE DU DÉVELOPPEMENT DES PEUPLES. (1971) Consciência: Pesquisa de Paulo Freire; documento de trabalho. INODEP, Paris.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mario Canova. (2002). O Ecomuseu da Murtosa In Patrimónios, ano XXIII 2ª Série, AEDPNCRA, nº 2, 2002, Aveiro.

PRIMO, Judite S. Pensar a Museologia Contemporânea. (1999). Lisboa, Cadernos de Socio-Museologia 16, ULHT.

PRIOSTI, Odalice Miranda; PRIOSTI, Walter Vieira (sd). Os ecomuseus são patrimônio da liberdade de ação comunitária. Acessado em fevereiro de 2017, em <http://www.abremc.com.br/>

RIVIÈRE, Georges Henri. (1980). "Definição evolutiva de l'écomusée". Museu, vol. XXXVII, nº 4.

SALVAR. (1979). Os Museus do Mundo. Salvat Biblioteca de Temas Principais. v.26. Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. (2008). Encontros Museológicos. Acervo Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, MinC/IPHAN/DEMU.

SAVIANI, Demerval. (2008). História das ideias pedagógicas no Brasil. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados.

SCOCUGLIA, Afonso C. (1999). A História das Idéias de Paulo Freire e a Crise Atual de Paradigmas. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB.

STRECK, Danilo (org.). (2008). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte, Autêntica.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; MADCHE, Flávia; KEIL, Yvete M.; GAIGER, Luiz I. (1999). Paulo Freire: Ética, Utopia e Educação. Petrópolis, Vozes.

TORRES, Carlos Alberto (1981). Leitura crítica de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Edições Loyola.

UNESCO. (1958) Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus do Rio de Janeiro. Tradução: M. Cristina O. Bruno e M. Pierina F. Camargo. Rio de Janeiro, UNESCO.

VARINE-BOHAN, Hughes de. (1987). O Tempo Social. Rio de Janeiro, Eça Editora.

VARINE-BOHAN, Hughes de. (1992). "L'écomusée (1978)". In: DESVALLÉES, André. DE BARRY, Marie Odile & WASSERMAN, Françoise (coord.). Vagues: uma antologia da Nouvelle Muséologie (vol. 1). Museologia do acervo. Savigny-le-Temple : Edições WM.NES

VARINE-BOHAN, Hughes de. (2000). Uma nova museologia: Ficção ou Realidade. In: Museologia Social. Porto Alegre, Unidade Editorial/Secretaria Municipal de Cultura.

VARINE-BOHAN, Hughes de. (2005). O museu comunitário é herético? Acessado em fevereiro de 2016, em <http://www.abremc.com.br/>

VARINE-BOHAN, Hughes de. (2007). Patrimônio e educação popular. Acesso em Fevereiro de 2007, em <http://www.direitodeaprender.com.pt/>

VARINE-BOHAN, Hughes de. (2012). As raízes do futuro: o património ao serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz.

EDUCAÇÃO MUSEAL, REDES E PROFISSIONALIZAÇÃO: AS ELEIÇÕES PARA O COMITÊ GESTOR DA REDE DE EDUCADORES EM MUSEUS DO BRASIL

Suzana Pohia

Brune Ribeiro da Silva

Kamylla Passos

Mona Nascimento

Paola Maués

A Rede de Educadores em Museus do Brasil - REM Brasil, nasceu em 2014 no Encontro do Programa Nacional de Educação Museal, no 6o Fórum Nacional de Museus, em Belém-PA. Criado numa reunião presencial entre profissionais da educação museal, atuantes em outras redes ou não, o coletivo passou a se articular em grupos virtuais no Facebook e Whatsapp. Na ocasião da criação não foram estabelecidas funções para os membros, apenas um Grupo de Trabalho de Comunicação, responsável por criar as redes sociais citadas. Deste modo, toda a organização da REM Brasil se deu a partir de demandas levantadas de forma espontânea por quaisquer membros. É possível identificar membros mais frequentes nestas provocações, porém até 2018 não havia uma atribuição específica para ninguém.

No ínterim de pleitear participação junto ao IBRAM para a organização do I Encontro Nacional de Educação Museal, previsto para acontecer no 8o Fórum Nacional de Museus, foi criado, por aclamação no grupo do Whatsapp, um Comitê Gestor Provisório formado por Fernanda Castro (RJ), Lucinha Santana (PA) e Mona Nascimento (BA). Este Comitê deveria existir até a realização do referido Fórum, em Fortaleza, em 2019, onde, no Encontro Nacional, esperava-se realizar a eleição do Comitê Gestor.

Entretanto, o Fórum não foi realizado e, no contexto da organização da REM Brasil durante a pandemia, diante da necessidade de organização interna do coletivo, foi criado, entre outros Grupos de Trabalho, o GT Eleições. Em reunião geral da REM Brasil, no dia 19 de julho de 2020, cinco integrantes se voluntariaram a compor o GT resultando na coincidente formação de uma pessoa por região brasileira. Assim, o grupo foi formado por Brune Ribeiro da Silva (RJ), Kamylla Passos (GO), Mona Nascimento (BA), Paola Maués (PA) e Suzana Pohia (RS).

Após a 1a reunião do GT Eleições, ocorrida em 04 de agosto de 2020, a partir resultados de pesquisa realizada pela REM Brasil e CECA BR/ICOM (MORTARA et al, 2021), que apontou para a dificuldade de diálogo com instituições localizadas fora dos grandes centros, foi elencada como prioridade a busca pela representatividade regional do coletivo.

Em 03 de setembro de 2020, houve reunião aberta com os demais membros da Rede, realizada com o objetivo de estabelecer uma escuta ativa das pessoas e, a partir daí, propor um formato de gestão e desenhar o processo eleitoral. O momento reuniu 50 pessoas, destas apenas duas da região Norte. Na ocasião, o colega Saulo Moreno propôs um modelo de gestão representativo de todo o território nacional que rapidamente foi acolhido pelo coletivo. Deste modo, foi escrita uma carta aberta publicada em 18 de setembro de 2020, onde o GT informa a demanda por mais articulação e informa a prorrogação do tempo de trabalho.

Para melhor compreender as lacunas de representação nacional, foi feito um levantamento da situação das Redes de Educadores em Museus estaduais e locais: na região Norte, dos sete estados, apenas um, o Pará, possuía uma Rede de Educadores em Museus. Na região Nordeste, dos nove estados, quatro deles possuíam REMs ativas (Ceará, Bahia, Paraíba e Maranhão), dois com redes que encontravam-se inativas (Pernambuco e Sergipe) e três ainda não possuíam REM (Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte). Na região Sul, os três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) já possuíam REMs. Na região Sudeste, dos quatro estados, três possuíam REM, com exceção do Espírito Santo. Por fim, na região Centro-Oeste, composta por três estados mais o Distrito Federal, todos possuíam REM.

Com vistas à articulação e mobilização, foram feitas reuniões para apresentar o modelo de gestão às cinco regiões. Não houve objeções. E, em reunião aberta da REM Brasil do dia 18 de agosto de 2022, o GT Eleições foi convertido em Comissão Eleitoral.

Segundo o referido modelo, os estados, com autonomia para definir seus processos eleitorais, devem indicar dois representantes (titular e suplente) para composição do Conselho Nacional das REMs, de caráter deliberativo. Caberia então a este Conselho, indicar a composição do Comitê Gestor a ser validada em Assembleia Geral. Porém, dada a excepcionalidade da agravada situação de desarticulação, o modelo não pôde ser seguido na íntegra e o GT orientou a formação do Comitê Gestor para que, após eleito, este organizasse a composição do Conselho.

Desta forma, cada região se reuniu, ao seu modo, e indicou representantes para o Comitê Gestor da REM Brasil. Espera-se que a partir da eleição seguinte, o Conselho possa cumprir o papel ao qual foi destinado. Após a realização das eleições regionais, em 25 de janeiro de 2023, em live transmitida pelo canal da REM Brasil no Instagram tomou posse o primeiro Comitê Gestor Eleito da Rede de Educadores em Museus do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Mortara et al. (2021). Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST* – vol.14, no 2.

A EDUCAÇÃO MUSEAL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO: UM RELATO SOBRE O ESTÁGIO EM GESTÃO EDUCACIONAL E A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA MUSEUS-UNIVERSIDADE

Thatiana Antunes Vieira da Silva
Ana Cristina Prado de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo relatar parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia de uma das autoras, que, desde 2019 vem promovendo parcerias Museu-Universidade para a inserção da temática da educação museal no curso de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), através do estágio em Gestão Educacional. Tendo as parcerias como ponto de partida, o TCC pretende, através da análise dos relatórios de estágio e de questionário futuro, a ser respondido pelos atores envolvidos no processo, ampliar a compreensão das possibilidades/campos de atuação do profissional pedagogo, apresentando os museus e sua função educativa como espaço efetivo de formação e atuação. Também pretendemos propor uma aproximação entre as temáticas da gestão educacional e da educação museal, no sentido da compreensão dos conceitos e práticas de gestão educacional para além de contextos escolares, sendo aplicados nas ações educativas nos museus, promovendo assim, o fortalecimento da relação Museu-Universidade como estratégia para formação, e, conseqüentemente, fortalecimento do campo da educação museal.

DESENVOLVIMENTO

O campo da Educação Museal vem se consolidando desde 2017, com a publicação da Política Nacional de Educação Museal (BRASIL, 2017). Um de seus eixos, o II, aborda as temáticas dos “Profissionais, Formação e Pesquisa”, com foco no desenvolvimento do campo, tanto do ponto de vista profissional, como acadêmico” (Brasil, 2017). No sentido das ações que podemos propor para a implementação deste eixo, a diretriz 5 da Política, dialoga diretamente com o que apresentamos, ao fomentar a parceria Museus-Universidade e as experiências que serão analisadas no TCC. Devido à proximidade de uma das autoras com a temática, em especial de Museus de Ciência no Rio de Janeiro, foram promovidas, com o auxílio da professora/orientadora, e de outros educadores, parcerias com estes entes museais para execução de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, de alunos interessados em vivenciar esta possibilidade. Até o momento temos um total de 14 estágios já concluídos em Museus e Centros de Ciências parceiros, em um total de 5 alunos já encaminhados para Estágio no período de 2023.1. O trabalho é de natureza qualitativa do tipo descritiva,

e, além de envolver análise documental dos relatórios e questionários, traz as experiências de estágio como principal fenômeno para análise, tendo como inspiração, a estratégia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

CONCLUSÃO

A pesquisa segue em fase de desenvolvimento, já tendo sido estruturados a parte introdutória e o referencial teórico. Está sendo iniciada a análise dos relatórios e, posteriormente, será aplicado o questionário individual, para que tenhamos 3 diferentes olhares acerca da experiência, o olhar dos alunos estagiários, o olhar do museu através do supervisor de campo, e o olhar docente, especialmente da professora responsável, que é co-autora neste trabalho, convergindo assim, para alcançar nossos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 15 Abr. 2023. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

TRADUZINDO UMA EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO MUSEAL: REVOLTA E RESISTÊNCIA

Thiago Consiglio

Este trabalho se mobiliza através da Educação Museal enquanto campo em consolidação e objetiva fortalecê-lo através do debate epistemológico em direção de seu reconhecimento.

Como desafio, reconheço barreiras dentro e fora das instituições. De um lado, há o rebaixamento dos educadores e a dificuldade dos museus em considerar a função educativa como essencial no trabalho institucional (BARBOSA, 2009). De outro, há a condição de classe trabalhadora de uma área precarizada e sequer regulamentada (SILVA, 2017).

Para a investigação, utilizo a metodologia da tradução em suas dimensões literária e intercultural. A tradução como procedimento é uma leitura de apropriação radical da tradição (LAGES, 2007) ao mesmo tempo em que possibilita articular saberes em multiplicidade (SANTOS, 2010).

O termo “Educação Museal” é aqui traduzido em duas direções complementares: 1) A partir da Resistência, ele é unificação de uma causa – fazendo coro ao marco da Política Nacional de Educação Museal, PNEM (IBRAM, 2018) – em que um território é demarcado como “Reexistência” do campo. 2) A partir da Revolta, ele é abertura e instabilidade onde a falta de consenso pode ser estratégica para projetar uma concepção emergente.

Contra a ideia de uma teoria geral, parto do “anarquismo epistemológico” como fundamento para uma “metodologia pluralista” (FEYERABEND, 2011) que põe em diálogo, perspectivas múltiplas de conhecimento. Em articulação, a ideia filosófica de “dissenso” (RANCIÈRE, 2012) ganha potência em sua dimensão insurgente para que uma teoria para a Educação Museal tenha condição de aparição através da imaginação epistemológica.

A partir da situação subalterna dos agentes da Educação Museal proponho uma articulação teórica entre 3 pontos de vista metodológicos que partem do problema de conhecimentos considerados como ausentes. São eles: as “epistemologias do Sul” (SANTOS, 2019), a “teoria do Ator-Rede” (LATOUR, 2012) e o “perspectivismo xamânico ameríndio” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

Aqui defendo uma Educação Museal que não seja genérica porque tem um viés político – ao partir de sujeitos anteriormente inexistentes – e situada historicamente no espaço – neste caso, na América Latina: Brasil, que representa o sul anti-imperial, geográfico e epistêmico.

Portanto, a tarefa de traduzir uma Educação Museal brasileira passa por uma dimensão histórica e epistemológica. Em um sentido contra-hegemônico, a tradução alimenta a imaginação epistemológica em direções imprevistas. É aprendendo a habitar esta incerteza que o campo da Educação Museal pode agir em estado de Resistência e de Revolta em busca de seu reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, Ana Mae e COUTINHO, Rejane Galvão (orgs.). Arte/educação como mediação cultural e social. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 13-22.

BRASIL, Portaria n. 422 de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Caderno da Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Brasília, DF: 2018.

FEYERABEND, Paul K. Contra o método. 2a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LAGES, Susana Kampff. Walter Benjamin: Tradução e Melancolia. São Paulo: Editora USP, 2007.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Re-de. Salvador: EDUFBA, 2012.


RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVIA, Cintia Maria da. Mediador cultural: profissionalização e precarização das condições de trabalho. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes da UNESP, São Paulo, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu editora, n-1 edições, 2018.



MESA 2: Educação Museal, Ciências e Tecnologias

- 84 **Nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos Mata**
Aires Furtado Chagas
- 89 **As possibilidades do Museu de Ciências Naturais da UEPG para a Alfabetização Científica**
Alison Diego Leajanski e Antonio Liccardo
- 92 **A implantação do Museu de Ciências Naturais da UEPG e seu impacto na Educação**
Antonio Liccardo, Carla S. Pimentel, Christopher V. Santos, Ana Paula G. Meira e Alison D. Leajanski
- 94 **A criação de um banco de dados para Pesquisas e Ações Educativas no Museu de Ciências Naturais da UEPG**
Carla Silvia Pimentel, Juliana Romanek Menon e Antonio Liccardo
- 96 **Mediação em Museus de Ciências - Perspectivas de Reflexões Coletivas**
Cauê Donato
- 98 **Novos Pesquisadores: desafios e experiências em curadoria educativa no MMGV**
Danira Moraes da Silva, Gerson de Melo, Larissa Altemar e Smally Rodrigues
- 100 **SAYHIST - Inteligência Artificial e robótica no Ensino de História em Museus de Sergipe**
Janaina Cardoso de Mello e Gyamarco Pereira Nascimento Secci

NUTRINDO O APOCALIPSE DO MUNDO DE QUEM NOS MATA

Aires Furtado Chagas

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossas mortas amontoadas, chamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares. Nós estamos aqui e elas estão conosco, ouvindo esta conversa e nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata.

Jota Mombaça

1. Exercício constante de negociação e contradição.

“Nós”, pessoas trans, travestis e não binários enfrentamos desafios diários para viver/sobreviver nesse país, e convivemos com uma sentença de morte refletida a partir de altos índices de violência, discriminação e acesso limitado à saúde. Segundo estudo¹ da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a expectativa de vida das mulheres trans e travestis no Brasil é de apenas 35 anos, ante a média nacional de 76 anos.

Nos primeiros 12 dias do mês de março de 2023, foram registrados 08 assassinatos de mulheres trans/travestis no Brasil. Os estados do Ceará e Rondônia apresentaram os maiores números de casos, seguidos pelos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Infelizmente, desde o início de 2023, já foram contabilizados mais de 30 assassinatos, evidenciando a transfobia explícita presente no país. É importante ressaltar que o Brasil ocupa há 14 anos o primeiro lugar em mortalidade de pessoas trans, travestis e não binárias, o que evidencia a urgência de políticas públicas e ações efetivas para garantir a proteção e a dignidade dessas pessoas.

Hoje, segundo pesquisas², o Ceará é o terceiro lugar no mundo onde corpos como o meu são mais assassinados. Tenho desde o início do meu processo de transição tentando encontrar na área cultural brechas para subverter esses índices, realizando produções transcitradas, tentando criar espaços de segurança e potência de vida para corpos t's.

Desde a minha entrada no Museu da Imagem e Som em outubro de 2022, a pergunta “como transicionar um museu?” tem sido uma grande disparadora para entender meu corpo travesti dentro de uma instituição, e como cada vez mais essa pergunta é de ordem coletiva. E nesse exercício de coletividade, a palavra museu vem se modificando em outras, e percebo assim na palavra Transição um estado de movimento, em mim e naquilo que me cerca.

¹ Dados retirados do “ Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022” link - <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

² Dados retirados do “ Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022” link - <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

Talvez eu não queira encontrar resposta para esta pergunta disparadora, pois ela me motiva a perscrutar o infinito. Não existe lugar de comodidade e assentamento para aquelas(es/us) que entendem a transição como modo de entender o mundo, é um exercício de eterna busca e descoberta. A certeza de uma investigação infinita daquilo que pode vir a ser um museu e o que pode vir a ser uma travesti trabalhando em um museu.

2. A Transição como estado

Porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho.

Jota Mombaça

Quando fui convidada a escrever essas poucas linhas, desejava em alguma medida deflagrar a (re)existência trans, travesti e não-binária nesse primeiro ateliê, e dizer que dez pessoas trans, travestis e não-binárias entre artistas e mediadoras passaram por essa experiência. E que nesses quatro meses juntas exercitamos possibilidades de transicionar o Museu da Imagem e do Som do Ceará Chico Albuquerque. Mas me dei conta que, apesar desses dados positivos da nossa presença, precisava em alguma medida discutir cenários mais amplos a partir das poucas pesquisas voltadas para essa população.

Hoje no Ceará temos unicamente a presença de dois artistas trans dentro dos acervos dos equipamentos museais do estado³: Lina Acácio⁴ e Ingra Rabelo⁵ – dados esses não muito diferentes de todo o território nacional. A falta de representação e presença de pessoas trans, travestis e não binárias nos acervos de museus no Brasil é uma questão importante que precisa ser discutida. Historicamente, essas comunidades têm sido marginalizadas e invisibilizadas em diversas áreas, incluindo as artes.

É importante que haja um compromisso real com a inclusão e presença dessas comunidades nas artes e nos museus. Dados analisados a partir de pesquisa realizada nas organizações sociais da área da cultura no estado do Ceará nos apontam estatísticas não muito diferentes quando falamos de processo de contratação de pessoas trans, travestis e não-binárias.

³ Dados colhidos por mim a partir de diálogos com artistas e trabalhadoras de espaços museais do estado.

⁴ Artista e curadora cearense. Pesquisa, escreve e produz conhecimentos que se contaminam entre a performance, interseccionalidade, desobediência anticolonial e virologia.

⁵ Produtor, Diretor de Arte e Artista Visual. Suas experimentações transitam entre o desenho, a arte digital e o audiovisual, investigando relações de rupturas e transmutação do corpo.

Em dados⁶ analisados a partir do perfil de gênero des(as/os) trabalhadores(as/os) CLT no Instituto Dragão do Mar e Instituto Mirante, vemos que no Instituto Mirante há a presença total de 6,9% de travestis, mulheres trans e pessoas não-binárias, não tendo pessoas transmasculines contratadas. Já no Instituto Dragão do Mar, temos 3% de pessoas transmasculines e pessoas não-binárias contratadas, não havendo nenhuma travesti ou mulher trans. Vale salientar que nenhum destes poucos cargos é de gestão.

Como redesenhar esses dados na área cultural? Quais as ações hoje adotadas pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e pelas Organizações Sociais responsáveis pela gestão dos equipamentos de cultura do estado que possam ter reais impactos perante esses dados alarmantes? Lembro-me há poucos dias, em diálogo com um gestor, de dizer que o Ceará não está preparado para ter pessoas trans em cargos de gestão. A área cultural estaria pronta para transicionar seus modos de agir e pensar? Quais políticas estão hoje sendo adotadas para a população trans, travesti e não binária em consonância com a lei no 16.026/16 que estabelece o Plano Estadual de Cultura, que tem como objetivo a garantia da diversidade étnica, artística e cultural, bem como democratizar o acesso aos bens e serviços culturais.

Ao ocupar cargos em equipamentos culturais, pessoas trans, travestis e não-binárias podem trazer novas perspectivas e experiências, além de poderem trabalhar para garantir uma maior acesso e valorização dessas comunidades dentro desses espaços. Descobri muito cedo no meu processo de transição que eu não transiciono sozinha, mas também mudo o meio onde convivo. O espaço e as pessoas não vão se modificar repentinamente, mas terão que se adequar cada vez que um grupo dito “minoritário” falar.

Hoje existem poucas ações nos equipamentos culturais do estado que garantam o acesso e permanência dessa população. Infelizmente ainda são comuns o desrespeito a leis criadas no próprio estado e país, como as leis LEI 7716/89, Lei Caó, que tipifica os crimes de racismo e LGBTFOBIA; e LEI N.º 16.946, que assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará.

3. Armada pelo impossível

“Eu estou bem armada pra lutar, Minha arma é o meu corpo e eu vou me atirar”

Getúlio Abelha

Ao longo desta escrita me dei conta que falava da presença trans nesse ateliê de criação à medida que falava dos processos de exclusão dessa população na área cul-

⁶ Dados disponibilizados pelos dois institutos a partir de uma análise do perfil de gênero des(as/os) trabalhadores(as/os) contratados via CLT no ano de 2022.

tural. Falar da ausência em alguma medida seja nomear a norma como nos propõe Jota Mombaça em seu texto “Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!”

Olhar esses dados aqui dispostos ao longo do texto é perceber a real ausência das poucas políticas públicas pensadas para essa população. Hoje a Secretaria de Cultura adota nos seus equipamentos e editais de chamada pública algumas ações que vêm em alguma medida ajudando a redesenhar essas lógicas de exclusão, e é justamente através delas que percebemos tamanha presença trans nesse ateliê.

Durante o processo de seleção do edital “Ocupa MIS”, edital esse que tinha como uma das ações esse Ateliê de Criação, eram reservadas 30% (trinta por cento) das vagas para a seleção de propostas de proponentes autodeclaradas pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, travestis, transexuais, transgêneros e pessoas com deficiência em todo o edital.

Lembro ainda hoje do dia que Lana Soares⁸ me convidou para acompanhar o ateliê, e da alegria de ter uma travesti abrindo esse processo educativo e de criação e a quantidade numerosa de pessoas trans na turma.

Durante o módulo Laboratório dos projetos impossíveis, primeiro módulo desse ateliê, Ana Raylander Martis dos Anjos⁹ nos convidou a pensar na potência do impossível.

Olhar para o possível nos faz notar a presença do abismo gerado pelo o impossível, que pode ser intimidatório quando confrontado. Talvez em alguma medida a presença trans nesse ateliê seja esse confrontar o abismo. Em um mundo que nos quer mortas(os/es) o impossível se torna arma de enfrentamento e criação, feitiço para criar apocalipses. Me encontro nas presenças de Alian¹⁰, Criznada¹¹, Danz¹², Edu

⁷ Texto disponível em https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi

⁸ Coordenadora de Formação e Educação do Museu da Imagem e do Som do Ceará

⁹ É artista e pesquisadora, sua produção se concentra em atividades de longa duração, podendo envolver grupos de pessoas para colaboração e experiências de ajuntamentos.

¹⁰ Estudante de Cinema e Audiovisual, na Universidade de Fortaleza. Fotógrafo independente.

¹¹ 31 anos, natural de Cariri, realizador audiovisual, investiga as questões de comunicação, territorialidade, tecnologia, dissidências sexuais e de gênero. Atua nas áreas de pós-produção audiovisual com destaque no desenvolvimento de Efeitos Visuais e Edição.

¹² Metades. Celta & Mediterrâneo & Persa. É na fronteira da água salgada, do deserto e das montanhas rochosas que me vi vir a ser artista. Graduando em Artes Visuais pelo IFCE e habilitado no curso The Power of Podcasting for StoryTelling by UOW.

Moreira¹³, Jeff Santos¹⁴, Sid¹⁵, Tea Marcelo¹⁶ e zwanga adjoa nyack¹⁷, nos olhamos e nos reconhecemos em alguma medida uns(mas/mes) nos outros(as/es). Com o olhar, conspiramos e nutrimos o apocalipse do mundo de quem nos mata, afirmando na potência do impossível a rede invisível de afeto e cuidado entre nós . E no impossível somos convocadas a imaginarmos e confabularmos dias melhores e juntas(os/es) enfeitiçamos o futuro, passado e presente na esperança do apocalipse desse projeto colonial .

“Eu determino que termine aqui e agora, Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo Determino que termine em nós e desate, E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas, Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções, E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias” Linn da Quebrada

¹³ Formado em Audiovisual pela Vila das Artes, Graduando em Artes Visuais IFCE. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Teoria da Imagem, Ensino de Artes, Vídeo, Fotografia, Curadoria, Decolonialidade, Arte e Tecnologia e Arte e Vida.

¹⁴ É do Ser-Tão de Madalena no Siará. Minhas poéticas de encruzilhadas se atravessam y geram vários bugs na sociedade, atíçando instabilidade no corpo, tempo y espaço. Feito ginga, giras epistemológicas, memórias em movimento a cada performance que realizo

¹⁵ É artista visual , vive e trabalha transitando entre sua cidade e Fortaleza-CE. A artista costura narrativas que perpassam o real e o ficcional, atravessando corpo, memória e palavra que estão em fluxo na sua transição. Durante esse processo, se apropria de várias linguagens, como desenho, escultura, pintura, fotografia e videoarte.

¹⁶ Escrevinte-sobrevivente, hoje, retirante na capital, sou professore de língua e literaturas brasileiras, poeta, cineclubista, fazedore de arte com forte identidade criativa e produtor cultural. cê me ouce cantar por aí?

¹⁷ maraKanauense, antropóloga, professora e artista multilinguagem com ênfase na performance-ritualística, aparição, artes visuais e escrita. trabalho a valorização de minha ancestralidade afrikana e indígena, esta última sendo retomada a partir da ave marakanã.

AS POSSIBILIDADES DO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UEPG PARA A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

Alison Diego Leajanski

Antonio Liccardo

INTRODUÇÃO

O Museu de Ciências Naturais (MCN) da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi inaugurado em junho de 2022, desde então, recebe diferentes públicos, como estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, pesquisadores da própria e de outras instituições e estudantes da educação básica e comunidade em geral.

Os museus de ciências são espaços que apresentam acervos sobre diferentes assuntos relacionados aos variados campos da ciência. Nesses locais, os visitantes podem aprender sobre diferentes assuntos, promovendo a curiosidade e o interesse do público.

Dessa forma, podem contribuir na aproximação entre o público e a ciência e para que as pessoas percebam a influência do conhecimento científico no seu cotidiano, o que tem sido discutido no âmbito da alfabetização científica. A partir disso, o trabalho tem por objetivo discutir as possibilidades do Museu de Ciências Naturais da UEPG para a alfabetização científica dos seus visitantes.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Studart (2012), os museus são espaços simbólicos e de diálogo, pois são capazes de proporcionar aos visitantes uma experiência educativa e de lazer, através de vivências, observação, interação e aprendizagem sobre cultura e ciência.

Esse conjunto de práticas e reflexões concernentes ao ato educativo e suas interfaces no âmbito dos museus faz parte da educação museal (PEREIRA, 2010; CASTRO, 2013; MATOS, 2014; MELO, 2015). Marques e Marandino (2018) discutem a contribuição da educação museal e afirmam que o museu promove uma reflexão crítica e instiga uma nova forma de pensar e agir.

Dessa forma, as ações educativas desenvolvidas no âmbito da educação museal, também podem contribuir para a alfabetização científica. A alfabetização científica é considerada como um conjunto de conhecimentos que possibilita a compreensão de conceitos científicos fundamentais, e de como ocorre o processo de produção do conhecimento científico e suas implicações para a sociedade (CHASSOT, 2016; SASERON E CARVALHO, 2011).

O MCN apresenta-se como um espaço de produção e de divulgação de conheci-

mento científico. As temáticas apresentadas, relacionadas à geodiversidade e biodiversidade, balizadas nos fundamentos da educação museal e da Política Nacional de Educação Museal, possibilitam a transmissão de conhecimentos científicos, a interação e o lazer do público quando visita o museu.

As exposições apresentam coleções científicas relevantes distribuídas em vitrines, comunicação visual digital e física, planejadas e dispostas com a finalidade de levar o público à compreensão dos temas apresentados, de maneira interativa e reflexiva. Além disso, também são realizadas oficinas pontuais no museu, que visam propiciar uma experiência dinâmica e interativa aos visitantes. Também ocorrem as visitas mediadas que proporcionam a aproximação entre o público e o acervo exposto.

Por isso, é possível considerar o MCN como um importante espaço de produção e de divulgação da ciência, de acesso aos objetos, descobertas e conhecimento científico. O desenvolvimento de ações educativas e a museografia do espaço possibilitam a aproximação entre as pessoas e a ciência, contribuindo no processo de alfabetização científica em seus visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus apresentam-se com relevante potencial para a educação, esses espaços com suas funções educativas permitem que as pessoas aprendam em ambientes diferentes do ambiente escolar. A educação museal com suas abordagens e objetivos próprios, possui grande potencial de avanço e contribuições nos museus, inclusive no MCN.

Além disso, percebe-se que a alfabetização científica pode ser desenvolvida em diferentes contextos e que os museus de ciências apresentam-se como um deles. A alfabetização científica é importante, pois proporciona uma visão mais crítica sobre a realidade, possibilitando que as pessoas possam assumir seu papel de cidadãos reflexivos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Fernanda. O que o museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de Educação Museal na atualidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 7. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; MARANDINO, Martha. Alfabetização científica, criança e espaços de educação não formal: diálogos possíveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 1-19, 2018.

MATOS, Isla Andrade Pereira de. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2014.

MELO, Manuela Dias de. Educação Museal: reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PEREIRA, Marcelle Regina Nogueira. Educação Museal. Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5a Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SASSERON, Lúcia. Helena; CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p. 59-72, 2011.

STUDART, Denise C. Museus e Centros de Ciência na esteira da Diversidade e da Cidadania. Museologia e interdisciplinaridade, v. 1, n. 1, p. 32-48, jan./jul. 2012.

IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UEPG E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO

Antonio Liccardo
Carla S. Pimentel
Christopher V. Santos
Ana Paula G. Meira
Alison D. Lejanski

INTRODUÇÃO

Em 2018 foi iniciada a montagem do Museu de Ciências Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (MCN), dentro do campus desta instituição, e sua inauguração ocorreu em 2022. Sua proposta é a sensibilização para conservação da natureza e educação patrimonial, integrando geodiversidade e biodiversidade no entendimento do impacto do ser humano sobre o planeta. A Política Nacional de Educação Museal no Brasil, de 2017, propõe diretrizes sobre práticas educacionais realizadas em museus, o que vem norteando as ações do MCN desde seu início. Também a indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão na UEPG permite a esse museu universitário perseguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, proposta pela ONU.

Santos (2022) defendeu uma análise do MCN quanto à Agenda 2030, em que ações do museu impactam o município e região em diferentes esferas (ambiental, social, econômica e cultural) dos ODS, mas com especial intensidade no objetivo Educação de Qualidade. Os resultados deste estudo apontaram que o MCN entra no cenário cultural do município com estratégia ativa de desenvolvimento territorial sustentável. Para o Instituto Brasileiro de Museus a educação museal envolve “ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos” (IBRAM, 2018, p.74) e, para Marandino (2012) e Bruno (2020), os museus tornaram-se lugares privilegiados de educação, cultura, pesquisa e divulgação científica.

DESENVOLVIMENTO

Pesquisas realizadas na universidade sobre o acervo ou sobre diferentes aspectos da educação museal apontam diferentes níveis de aprofundamento (iniciações científicas, TCCs, mestrados e doutorados), o que fortaleceu a educação formal em áreas correlatas, como Geografia, Biologia, Paleontologia ou Arqueologia. Entre 2019 e 2023, concomitante à montagem e depois ao funcionamento do MCN, 14 docentes e 35 alunos de diferentes cursos da universidade se envolveram em projetos de pesquisa, extensão ou monitoria, resultando em 3 trabalhos de conclusão de curso (TCC) e 2 dissertações de mestrado defendidas, além de publicações como: 1 livro, 3 artigos em periódicos, 10 capítulos de livro e 6 publicações em eventos científicos.

Ações de aproximação do MCN com os professores das escolas de Ensino Básico foram realizadas presencialmente em 2022, alcançando 18 instituições do município e região. A partir da inauguração a visita ocorre de maneira espontânea (registro em livro de visitantes com preenchimento voluntário) ou por agendamento, em caso de grupos (escolas). Entre junho e dezembro de 2022 um total de 49 instituições com 2580 alunos estiveram no MCN em visitas guiadas. Visitantes espontâneos não foram contabilizados.

CONCLUSÕES

Os dados analisados apontaram um impacto do MCN na educação que ocorre hoje em Ponta Grossa e região. A educação formal teve um ganho qualitativo, à medida que aproxima a pesquisa universitária das escolas do ensino básico. O agendamento continuado destas escolas indica que a oferta do MCN funciona e complementa os conteúdos trabalhados em sala de aula. A educação não formal, apesar de não quantificada, reflete o importante papel do MCN para a sociedade. Os impactos qualitativos e quantitativos na educação do público visitante sintonizam plenamente com os ODS da Agenda 2030 (ONU), especialmente na Educação de Qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRUNO, M.C.O. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. 9, no17, Jan./Jul. de 2020.
- IBRAM. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, 2018.
- MARANDINO, M. Por uma didática museal: propondo bases sociológicas e epistemológicas para a análise da educação em museus. 2012. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SANTOS, C.V. Potencial do Museu de Ciências Naturais da UEPG no desenvolvimento sustentável do município e região dos Campos Gerais do Paraná. Dissertação de Mestrado. UEPG, Ponta Grossa, 2022.

A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA PESQUISAS E AÇÕES EDUCATIVAS NO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS¹ DA UEPG

Carla Silvia Pimentel²

Juliana Romanek Menon³

Antonio Liccardo⁴

INTRODUÇÃO

A criação do Museu de Ciências Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (MCN-UEPG) em 2022, trouxe demandas para a pesquisa, o ensino e a extensão. Dentre elas destaca-se a proposição de ações educativas no museu, considerando a organização e comunicação do conteúdo expositivo e a formação de monitores.

O MCN agrega acervos de elementos da geodiversidade e da biodiversidade com destaque para aspectos regionais e locais. Além do compromisso com a preservação e exposição do patrimônio museal, a narrativa pretendida pelo museu é a sensibilização para conservação do patrimônio natural.

O papel educativo dos museus se consolidou no século XX, assumindo uma função social e de superação de uma cultura de produção e circulação voltada para as elites (CARVALHO; LIMA, 2017). Os museus tornaram-se lugares privilegiados de educação, cultura, pesquisa e divulgação científica. Ganham destaque para o compromisso com ações educativas e culturais, que vêm se tornando cada vez mais relevantes nas últimas décadas (MARANDINO, 2012; BRUNO, 2020). Considerando a importância dos projetos educativos, o IBRAM aponta elementos e procedimentos que caracterizam a educação museal, indicando que a mesma envolve “uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos (IBRAM, 2018, p.74).

DESENVOLVIMENTO

O propósito desta pesquisa é identificar referenciais teóricos da educação museal para, então, organizar um banco de dados no MCN que subsidie o projeto educativo do museu e pesquisas correlatas.

¹ O MCN é um museu universitário, vinculado à PROEX-Pró-Reitoria de extensão e assuntos culturais da UEPG.

² Professora do Departamento de Geociências/UEPG e integrante do projeto Museu de Ciências Naturais. E-mail: cpimentel@uepg.br

³ Aluna do curso de licenciatura em Geografia. Bolsista de iniciação científica (BIC/UEPG) – CNPq. E-mail: julianameno@gmail.com

⁴ Coordenador do MCN. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UEPG) Ponta Grossa, PR. Coordenador do Projeto Museu de Ciências Naturais da UEPG- PROEX/UEPG e Projeto Ampliação do MCN-UEPG (CNPq – Processo 407132/2022-8). E-mail: aliccardo@uepg.br

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e de caráter exploratório-descritivo. A coleta de documentos (fontes primárias) está sendo feita nas seguintes bases de dados digitais: CAPES, SciELO, base de teses (USP e UNICAMP) e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave: educação em museus e educação museal. Foram levantadas fontes ligadas à legislação e fontes primárias disponíveis nas bases digitais.

A seleção das teses e dissertações, passou pela leitura do resumo, sumário e considerações finais para organização de uma síntese contendo: objetivos, metodologia e resultados. Na sequência as obras serão categorizadas, tendo como diretriz seu objetivo principal. Na terceira fase será organizado o banco de dados.

CONCLUSÕES

Os trabalhos identificados fornecem elementos conceituais, históricos e teórico-práticos capazes de embasar as ações didáticas de museus.

Na seleção da legislação deu-se destaque às discussões que resultaram na PNEM. A consulta identificou dezessete dissertações de mestrado e quatorze teses de doutorado. Em uma primeira categorização foram identificados quinze trabalhos que analisam ações educativas, doze trabalhos com ênfase em conceitos e epistemologias do campo da educação museal, cinco pesquisas tratando da legislação, sete abordando mediação e formação de educadores. O número apontado aqui é superior ao número de obras encontrada, pois algumas pesquisas trazem em seus objetivos dois desses eixos.

Considera-se que as pesquisas trazem contributos significativos para o campo da educação museal, fortalecendo o papel dos museus como espaços educativos.

REFERÊNCIAS

BRUNO, M.C.O. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. 9, nº17, Jan./Jul. de 2020.

CARVALHO, C. LIMA, I. V. D. L. Formação inicial de professores no diálogo com espaços não formais de educação: os museus como espaço para a formação. In: SHIGUNOV NETO, A; FORTUNATO, I; LÓPEZ, J. M. T. (org.). *Educação não formal e museus: aspectos históricos, tendências e perspectivas*. São Paulo: Hipóteses, 2017.

IBRAM. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília-DF: IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

MARANDINO, M. Por uma didática museal: propondo bases sociológicas e epistemológicas para a análise da educação em museus. 2012. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEDIAÇÃO EM MUSEUS DE CIÊNCIAS - PERSPECTIVAS DE REFLEXÕES COLETIVAS

Cauê Donato

Introdução

O Museu Catavento está em um momento de renovação. Reafirmada a parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura e a OS Catavento Cultural e Educacional para a gestão da instituição para os próximos cinco anos. Uma das novas perspectivas para o Programa de Acervos e, especialmente, o Centro de Referência Museu Catavento é qualificar suas linhas de pesquisa e congregar o quadro técnico da instituição em prol de estudos aprofundados sobre temas transversais e essenciais ao museu.

Diante disso, nos pareceu fundamental afirmar a importância conceitual da Educação Museal e da mediação em um museu de ciências. Uma das estratégias pensadas para alcançar tal objetivo é a formação de um grupo de pesquisa sobre mediação em museus de ciências. A proposta de construir um espaço coletivo de escuta e reflexão sobre conceitos, além de debater como um museu ciências, como o Museu Catavento, desenvolve suas práticas.

Desenvolvimento

Os museus são lugares de encontro. Seja do visitante com os objetos, obras de arte e acervos pela exposição ou outros ambientes, ou ainda, entre pessoas. Na perspectiva do encontro entre pessoas, a troca que pode acontecer entre o público e o educador é um dos mais interessantes processos museológicos.

Essa relação que tem diferentes possibilidades e caminhos é pautada por uma preocupação metodológica. É através da mediação que o museu pode acessar processos de construção de sentidos dos públicos. Aqui entendemos a mediação como um agir, com e por meio de. Ações que se realizam na esfera pública, mas que possibilitam interpretações e construções singulares, conectando as ações sociais e representações. Diante disso, a mediação ocorre no espaço simbólico que organiza a relação dos sujeitos, dos símbolos e suas interações.

Organizar aqui não deve ser entendido como consenso integral. Muitas vezes em mediação cultural as trocas ocorrem no dissenso. E eis a grande articulação da mediação, amalgamar aproximações ou distâncias, no aqui e agora, convergindo seres para a circulação de sentidos em sistemas culturais.

A partir das premissas apresentadas acima, podemos refletir sobre a mediação em espaços museológicos dedicados à difusão científica, como é o caso do Museu Catavento.

Durante muito tempo os museus de ciências eram entendidos como braços da educação escolar, vinculados ao ensino formal e laboratórios de vivência científica que não poderiam ser acessados em instituições de ensino. Não queremos aqui negar as grandes contribuições dos museus para a alfabetização científica. Pelo contrário, o conhecimento no museu deve ser entendido como elemento dinâmico e as práticas pedagógicas como específicas, movidas pelas perspectivas museológicas.

Para que a qualidade na mediação aconteça, o seu entendimento deve ser mais profundo que apenas um recurso de comunicação, tradução ou decodificação da exposição ou do acervo. Essa realização é possível através principalmente da reflexão e, também, da pesquisa.

A pesquisa e a reflexão são fundamentais no cotidiano dos educadores museais. As práticas da mediação são construídas pautadas em processos frequentes de pesquisa, que alimentam propostas, que colocadas em ação retroalimentam a reflexão.

Nesse sentido, colocamos o processo de pesquisa como central na formação das equipes técnicas, com especial atenção à formação do corpo educativo. Isso se dá através da criação de um grupo de pesquisa em mediação em museus de ciências (GPMMC).

Conclusão

A criação do GPMMC é uma possibilidade de formação contínua da equipe do Programa Educativo ao que tange a educação museal e as práticas dos educadores. Os temas norteadores das leituras, referências e produções que o grupo de pesquisa desenvolve estão ligadas às temáticas anuais propostas pelo museu.

O material digital que o grupo de pesquisa produzirá, mais que divulgar as ações de pesquisa, podem ser base de formações para professores, atendimentos especializados e para participação em congressos ou seminários. Ao trazer materialidade ao que se debate e reflete, o programa de acervos visa desenvolver a prática escrita e documental como fundamental para registro de rotinas e vivências dentro das operações museológicas.

Referências

BURHAM, Rika; KAI-KEE, Elliot. A Arte de ensinar no Museu. In: Pedagogia no campo expandido. Fundação Bienal do Mercosul. 2011.

HANSEN, Tage Hoer. El museo educador. In: Museum. No 144. UNESCO. Paris, 1984.

HOMES, Inmaculada Pastor. La pedagogía museística antes los retos de una sociedad en cambio. Fundamentos teórico-prácticos. AABADOM. Espanha. 2002.

NOVOS PESQUISADORES: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS EM CURADORIA EDUCATIVA NO MMGV

Danira Silva¹

Gerson de Melo²

Larissa Altemar³

Smally Rodrigues⁴

O Novos Pesquisadores transforma dissertações e teses em exposições temporárias no Memorial Minas Gerais Vale (MMGV)⁵. O projeto foi idealizado no Educativo em 2019, porém, identificamos que, o envolvimento com práticas de curadoria educativa⁶ vem de experiências anteriores. O Educativo realizou exposições ocupando o museu, fazendo pesquisas e produzindo materiais. Além disso, a participação de educadoras na seleção do edital Novos Artistas, voltado para a produção de artistas visuais, ampliou essa experiência influenciando na criação do projeto que falaremos neste texto.

Os objetivos são: ampliar o diálogo com o acervo de longa duração; trazer discursos e vozes não contemplados no Memorial; auxiliar nas pesquisas desenvolvidas pelo Educativo. Os pesquisadores inscrevem propostas que trazem suas dissertações e teses em diálogo com o acervo do Memorial, os percursos temáticos e as diretrizes do Plano Educativo⁷. Atualmente, no processo de seleção das pesquisas participam 5 integrantes do Educativo, 1 curadora e 2 museólogas. De 2019 a 2022 o MMGV selecionou 11 pesquisas.

Após a seleção começa o trabalho de elaborar a exposição. É o momento de revisitar o texto da pesquisa e alinhar as expectativas da equipe curatorial. Essa equipe pensará como traduzir a dissertação ou a tese de modo acessível para públicos diversos.

Essa reunião de desejos e possibilidades é o primeiro passo para apresentação do projeto de exposição. Após essa etapa a curadora e a pesquisadora ficam responsá-

¹ Mestra em Ciências Sociais pelo PPGCSO – UFJF e educadora no Memorial de Minas Gerais Vale.

² Mestre em Artes pelo PPGArtes – UEMG e Educador Bilíngue do Memorial Minas Gerais Vale.

³ Mestra em Educação pela UFMG e Assistente Pedagógico do Memorial Minas Gerais Vale.

⁴ Licenciado em História pelo UNI-BH e Assistente Pedagógico do Memorial Minas Gerais Vale.

⁵ O Memorial Minas Gerais Vale é um espaço museal que ocupa o prédio da antiga sede da Secretaria da Fazenda, fica situado na Praça da Liberdade na cidade de Belo Horizonte.

⁶ Termo cunhado por Luiz Guilherme Vergara. Curadoria educativa: percepção imaginativa/consciência do olhar. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/93593842/LuizGuilherme-Vergara-VERGARA-Luiz-Guilherme-Curadorias-educativas-a-conscienciado-olhar-percepcao-imaginativa>>. Acesso em abril de 2023.

⁷ BRASIL, Ministério da Cultura. Vale. Plano Educativo Memorial Minas Gerais Vale. Belo Horizonte, [2014]. Disponível em: <https://memorialvale.com.br/pt/educativo/educativo-mmgv/>

veis por escolher os conceitos norteadores, o conteúdo e a materialidade. O projeto inicial é apresentado e debatido, o objetivo é pensar a exequibilidade, solucionando os problemas conceituais ou práticos que possam surgir.

Durante o período de isolamento social na pandemia de COVID (entre 2020 e 2022) duas edições foram feitas⁸ de forma virtual, em consequência do fechamento do museu. Em ambas as edições a equipe contou com um design para construir o espaço que abrigaria a exposição. Essa situação foi excepcional e não tivemos encontros ou mediação com o público.

Após a montagem da exposição, encontros são promovidos entre a equipe do Educativo e as pesquisadoras, a fim de dialogar sobre a pesquisa e a exposição. Elementos com materialidade são agregados à exposição para torná-la atraente. A partir das exposições as pesquisas tornam-se acessíveis a públicos não acadêmicos. As visitas mediadas, em parte voltadas para o público escolar, propagam a ciência e promovem a pesquisa de forma indireta a estudantes da educação básica de idades e perfis variados. Ao longo das quatro edições realizadas, estando a quarta em processo, consideramos que a chegada gradativa de profissionais de fora do setor Educativo à equipe curatorial foi positivo para o desenvolvimento do projeto. Hoje, a equipe conta com novos desafios para tornar as exposições acessíveis para públicos com deficiência. Seguir nessa direção é uma demanda do projeto e se alinha ao trabalho desenvolvido no Educativo do MMGV.

⁸ As exposições podem ser acessadas em: <https://memorialvale.com.br/pt/educativo/projetos-e-acoaes/>

SAYHIST - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ROBÓTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS DE SERGIPE

Janaina Cardoso de Mello¹

Gyamarco Pereira Nascimento Secci²

Introdução

McCarty e pesquisadores da Darmouth, em 1956, entendiam a IA como “a ciência e a engenharia de fazer máquinas inteligentes”, mas aqui usamos Russel e Norvig (2013, p.7) que definem a “IA como o estudo de agentes que recebem percepções do ambiente e executam ações”. Nas competências gerais da BNCC estão: compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluso escolar) para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p.9). Os professores de História devem usar de inventividade na criação de tecnologias. O papel da robótica enquanto “um ramo da tecnologia que engloba mecânica, eletrônica e computação” (CAMPOS, 2019, p. 13) na Educação favorece o desenvolvimento de metodologias ativas e do construcionismo distribuído (VYGOTSKY, 2001). Esse trabalho objetiva apresentar os resultados da pesquisa em Inovação e Transferência Tecnológica no desenvolvimento de um Chatbot com Application Programming Interface (API), acoplado a um hardware robótico que funciona como um “assistente virtual” no ensino do Museu da Gente Sergipana e suas exposições, em Aracaju. Corroborando com Silva e Melo (2021, p. 168) fazemos a indagação: Como poderíamos compreender a “incorporação” dos espaços museológicos e de patrimônio cultural, modelados pela (ciber)tecnologia digital, nos seres imersos na cultura digital?

Desenvolvimento

Após pesquisas teóricas em bases de dados sobre tecnologias digitais disruptivas, a metodologia experimental desenvolveu um chatbot, enquanto “um software que pode converse com pessoas usando inteligência artificial” (ALBAYRAK; ÖZDEMİR; ZEYDAN, 2018) mediado por robótica, IA e Internet das Coisas (IoT) em modelagem tutorial com “concepção, contexto, problematização, banco de dados [input e output], experimentação” (KUMPS; FLOQUET; DE LIEVRE, 2022). Se adotou o micro-

controlador Arduino AVR, com recursos a terminais E/S, antena para conexões Wifi e micromotor de 5V (WARREN; ADAMS; MOLLE, 2019) para movimentação do robô físico interativo com as crianças nas aulas de História e Educação Patrimonial.

Afiançaram Silva e Oliveira (2022, p.11): “a Robótica Educacional aplica-se na interatividade com um instrumento mecânico e eletrônico com o propósito de aperfeiçoar os processos cognitivos, ligando deste modo o concreto e o abstrato no alcance da solução do problema”. Para o robô de Ensino em Museu, foram elaboradas perguntas e respostas sobre a história do museu, interfaces tecnológicas e exposições de longa e curta durações.

Conclusão

No robô “SayHist” verificamos a capacidade de compartilhamento de informações programáveis e processamento de linguagem natural nas perguntas, respostas e a atratividade, pois diferente de SIRI e ALEXA, se movimenta e aguça a curiosidade das crianças. Como ressaltaram Silva e Melo (2021, p. 77) “o dinamismo dos museus também se reforça na reinvenção, ao perceberem as transformações na sociedade, absorva nos fluidos espaços-tempos, e em nós, que cotidianamente tornamo-nos mais digitais, reconfigurando a memória e remodelando a cultura”. O robô contém ainda os dados do Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, e prevê nos próximos anos a incorporação do Museu Afrobrasileiro e da Casa Museu João Ribeiro, em Laranjeiras/SE.

Referências bibliográficas

ALBAYRAK, N.; ÖZDEMİR, A.; ZEYDAN, Z. An Overview of Artificial Intelligence Based Chatbots and An Example Chatbot Application. Signal Processing and Communications Applications Conference (SIU), Izmir, Turkey, 2018, pp. 1-4.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC; CONSED; UNDIME, 2017.

CAMPOS, F. R. A robótica para uso educacional. São Paulo: SENAC, 2019.

KUMPS, A.; FLOQUET, C.; DE LIEVRE, B. Intelligence artificielle: un chatbot comme tuteur. In: https://orbi.umons.ac.be/bitstream/20.500.12907/42665/1/Journee_enseignant.pdf, Acesso em: 20/01/2023.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. Inteligência Artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SILVA, L. S.; OLIVEIRA, R.N. Robótica Educacional: perspectivas e desafios no Ensino de Ciências e Matemática. TCC Bacharelado em Engenharia Elétrica. Jataí: IFG, 2022.

SILVA, C. L. S.; MELO, A. C. C. Museus e Patrimônio: Pensamento Cibertecnológico e Cultura Digital. Museologia & Interdisciplinaridade, Vol. 10, no Especial, 2021, pp. 164-178.

WARREN, J-D.; ADAMS, J.; MOLLE, H. Arduino para robótica. São Paulo: Blucher, 2019.

VYGOTSKY, L. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹ Professora Doutora do Departamento de História e dos Mestrados em Ensino de História (ProfHistória) e em História (PROHIS) Universidade Federal de Sergipe (UFS) Pós-Doutoranda (UFRJ/UFF) janainamello.ufs@gmail.com

² Graduando em História Bolsista de PIBITI/CNPq Universidade Federal de Sergipe (UFS) gyamarco@gmail.com



MESA 3: Parcerias e Relações Comunitárias

- 104 **Perspectivas educacionais: a potência da parceria entre as escolas municipais de Campos do Jordão (SP) e o Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro**
Andreza de Lima Damião, Larissa Salles Demétrio, Ana Clara Atanazio Cunha, Gabriela Nascimento dos Santos, Leandra Fernandes Lúcio e Willian Nascimento da Silva
- 107 **Educação para o Patrimônio no MART: diálogos com os professores**
Carla Renata Antunes de Souza Gomes e Flávia Maria Franchini Ribeiro
- 110 **Parcerias setor privado e terceiro setor para impulsionar a cultura ambiental – Relato de um “Case” de sucesso: Rede de farmácias “Pague Menos” e ECOMUSEU do Manguê (Fortaleza – CE)**
Fabiana Barros Pinho, Rusty de Castro Sá Barreto, Sineide Moreira Crisóstomo Sá Barreto, Celso Raley Sá Barreto de Freitas, Renan Victor Sá Barreto França, Ryan Calebe Sá Barreto França e Sandra Beltran-Pedrerros
- 112 **As Fontes Históricas no Museu da Cidade de Salto-SP**
Gabriela Pontin Novaes
- 114 **A experiência Museando**
Gustavo Nalva, Juliana Freitas Gueiros e Marina Gouveia
- 116 **A Patologia vai à Escola: os cursos de formação continuada promovidos pelo Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro**
Maria Karla Belo da Silva Tavares, Bianca Scofano Barbosa, Pedro Paulo de Abreu Manso, Marcelo Pelajo Machado e Barbara Cristina Euzebio Pereira Dias de Oliveira
- 118 **Museu de Alcântara: consulta pública sobre uma nova expografia**
Yuri Sampaio Capellato Logrado

PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS: A POTÊNCIA DA PARCERIA ENTRE AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPOS DO JORDÃO (SP) E O MUSEU FELÍCIA LEIRNER E AUDITÓRIO CLÁUDIO SANTORO

Andreza de Lima Damião

Larissa Salles Demétrio e

Núcleo Educativo do Museu Felícia Leirner e Auditório

Cláudio Santoro

Como (re)aproximar o público escolar para o museu enquanto também espaço de educação no momento pós-pandemia? Foi dentro deste questionamento que o Núcleo Educativo do Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro, localizados em Campos do Jordão, interior de São Paulo, trabalhou para resgatar a parceria entre os equipamentos culturais e as escolas municipais da cidade, que ocorriam desde 2013. No início de 2023, foi construído um novo portfólio de atividades¹ a fim de apresentar as oficinas e ações oferecidas pelo setor. O mesmo foi inicialmente apresentado, em fevereiro, para a Secretaria de Educação Municipal de Campos do Jordão, e em seguida, levado até as 15 escolas municipais de Ensino Fundamental I e II² nos períodos de Trabalho Docente Coletivo dos professores.

As ações oferecidas no material consistem em oficinas abordando os três eixos temáticos dos equipamentos culturais: Artes Visuais, Música e Meio Ambiente. Nele, os professores podem escolher a melhor atividade a ser desenvolvida com seus alunos utilizando-as como complemento às temáticas abordadas na sala de aula. As páginas desse material trazem de forma exemplificada como são as atividades, em que momento elas podem ser trabalhadas e qual a faixa etária adequada. Essas oficinas podem ser realizadas tanto no espaço da instituição escolar quanto como um complemento da visita educativa nos espaços culturais.

“Ao compreender suas potencialidades educadoras, o museu não assumirá o papel da escola, mas, antes, assumirá o seu próprio lugar, que é de estímulo à sensibilidade para a compreensão e valorização dos registros culturais pelos alunos, de maneira dialogada com a escola, mas também a partir das demandas que a escola oferece, mas fundamentalmente a partir da compreensão de seu papel como educador social.” (PEREIRA et al., 2007, p. 39)

¹ Portfólio de Atividades do Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-K8RQXWxoziwQ3EM4PFm1cynUrjGr2jc/view?usp=sharing>

² Lista das escolas municipais de Ensino Fundamental I e II de Campos do Jordão (SP). Disponível em: <https://www.educacamposdojordao.com.br/ensino-fundamental-ii/>

Com a proposta do novo dossiê e a presença dos educadores nas escolas, foi novamente fortalecida a ponte entre estes espaços de educação, formais e não formais, visando trazer a população jordanense para o Museu e Auditório, para não só se apropriarem quanto usufruírem e desenvolverem o sentimento de pertencimento e acolhimento nos mesmos, uma vez que houve o resgate de professores parceiros anteriores e a criação dessa relação com novos profissionais da rede, que por sua vez desconheciam a possibilidade de trabalharem em parceria com museus e suas vantagens para ambos. E muitos alunos nunca tinham estado nesses espaços, essa nova combinação de ambientes de educação enriquece o ensino para os estudantes permitindo um novo olhar e uma oportunidade de desenvolverem atividades práticas e visitas educativas em áreas externas despertando um olhar curioso e motivando a participação dentro do ambiente escolar, amplia as perspectivas e possibilidades de práticas pedagógicas para os professores contando com o auxílio dos educadores, e para estes, essa troca possibilita o desenvolvimento de uma maior flexibilização das propostas educativas.

Como resultados desta iniciativa, o Núcleo Educativo fechou suas semanas de agendamentos em março, majoritariamente com escolas do município, com ações realizadas nas escolas e visitas educativas. Devido ao retorno rápido e positivo, será realizada a atualização e reformulação do portfólio, ações essas que serão remodeladas com o andamento dos semestres. A criação de novas atividades e abordagens educativas é algo rotineiro dentro do espaço cultural e necessário para uma boa abordagem com os diferentes públicos escolares.

Os frutos desta parceria com as escolas do município de Campos do Jordão, na realidade, são sementes plantadas, que começam a criar essas raízes de pertencimento com a cultura local e estes espaços de fomento, no caso, o Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro. O setor educativo tem como expectativa estender este contato com as demais escolas do Vale do Paraíba, do estado de São Paulo, e futuramente, do Brasil inteiro.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Luciana Conrado et al.. Que público é esse? Formação de públicos de museus e centros culturais. São Paulo: Percebe, 2013.

MUSEU FELÍCIA LEIRNER, 2023. Disponível em: <https://www.museufelicia-leirner.org.br/>. Acesso: 09/04/2023.

_____; 2018. Educação Patrimonial: Um caminho para valorização do indivíduo e suas heranças culturais. Disponível em: <https://www.museufelicialeirner.org.br/mflcpjd-content/uploads/2019/02/boletim-1-mfl-2018.pdf>. Acesso em: 14/04/2023.

_____; 2017. Escola vem ao Museu: Uma oportunidade de interação e um convite ao professor. Disponível em: <https://www.museufelicialeirner.org.br/mflcpjd-content/uploads/2020/02/boletim-mfl-4-2017.pdf>. Acesso em: 14/03/2023.

_____; 2016. Ações Educativas como mecanismo de diálogos com os mais diversos públicos. Disponível em: <https://www.museufelicialeirner.org.br/mflcpjd-content/uploads/2019/02/boletim-2-mfl-2016.pdf>.

pdf . Acesso em: 14/03/2023.

_____; 2016. O Museu para além dos seus muros: uma maneira legítima de dialogar com as pessoas. Disponível em: <https://www.museufeliciaeirner.org.br/mflcpjd-content/uploads/2019/02/boletim-4-m-fl-2016.pdf> . Acesso em: 14/03/2023.

_____; 2015. Educadores no Museu: Um diálogo franco com a comunidade e um olhar especial para a coleção. Disponível em: <https://www.museufeliciaeirner.org.br/mflcpjd-content/uploads/2020/02/boletim-mfl-01-2015.pdf> . Acesso em: 14/04/2023.

PEREIRA, Júnia Sales et al.. Escola e museu - Diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Cefor, 2007.

PINTO, Júlia Rocha; COUTINHO, Rejane Galvão. Arte-educação em instituições culturais: O ensino não formal em museus de arte. S/d. Disponível em: http://www.nupea.fafcs.ufu.br/pdf/10eraea/relatos_pesquisa/arte_educacao_em_instituicoes_culturais.pdf . Acesso em: 09/04/2023.

PORTINARI. Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de. Plano Educativo - Museu Felícia Leirner/Auditório Cláudio Santoro. São Paulo. 2021

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO NO MART: DIÁLOGOS COM OS PROFESSORES

Carla Renata Antunes de Souza Gomes

Flávia Maria Franchini Ribeiro

Introdução:

A terminologia “educação patrimonial” foi introduzida no Brasil a partir da transposição do termo inglês Heritage Education, na década de 1980, por Maria de Lourdes Parreira Horta. Por sua vez, Denise Grinspum ampliou seu alcance com metodologias que ultrapassam a abordagem contemplativa, com a “educação para o patrimônio”. Este conceito inspira o projeto Educação para o Patrimônio no Mart.

Por meio do qual busca-se estabelecer uma rede de conexões com os docentes da rede municipal de Cabo Frio (RJ), onde está sediado o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Mart/Ibram). O Projeto objetiva consolidar o Mart como referência junto aos professores enquanto espaço e recurso para trabalhar o patrimônio histórico cultural da região dos Lagos, fortalecendo a relação dos estudantes com o lugar onde vivem a partir de uma percepção atualizada de “valor cultural”.

A intenção é inverter o processo da visita educativa que concentra o saber no especialista vinculado à instituição, deixando o professor como espectador apartado do processo. Ao contrário, devem ser os professores protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, que utilizam as visitas aos equipamentos culturais como extensão da sala de aula, o Museu oferece aos alunos a materialidade necessária ao diálogo com as memórias, a história e o patrimônio. Esta questão foi discutida por Alexandre Pena Matos, em 2017, ao tratar o processo educativo em visitas a sítios arqueológicos.

Desenvolvimento:

A proposta foi apresentada no Plano de Trabalho para a Direção do Mart na seleção pública de 2019 baseada na experiência educativa do Arquivo Histórico de Joinville e na metodologia do Museu Arqueológico de Sambaqui, da mesma cidade, implementado pela professora Elizabete Tamanini. Para a efetivação da proposta no Mart, houve uma reformulação nos setores do Museu, com a construção do Plano Museológico 2020 – 2023, quando o Núcleo de Biblioteca e Arquivo Histórico (NBEAHR) se uniu ao Setor Educativo e Cultural.

O Mart realizou contatos de sensibilização com representantes da área de formação continuada para professores da Secretaria de Educação de Cabo Frio para investir na sensibilização dos docentes. A proposta também foi levada ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria de Educação do Rio de Janeiro – Diretoria Regional Baixadas Litorâneas. Ao mesmo tempo, uma consulta pública mobilizou as redes municipal, estadual e particular de Cabo Frio para se conhecer as principais demandas dos docentes da cidade com relação a seu patrimônio cultural.

A metodologia do Projeto consiste em realizar palestras com especialistas, Colóquios no Mart, nas quais são apresentadas as pesquisas sobre a região e, após, ocorrem as Oficinas no Mart, quando os temas desenvolvidos nas palestras são adaptados didaticamente para serem trabalhados em sala de aula. Há também um trabalho focado na sede do Mart, o antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, a atividade Mart: Encontro com Professores, uma demanda apresentada na consulta pública. O projeto prevê ainda a confecção de materiais paradidáticos para os segmentos das redes de ensino, recentemente foi produzido o Mapa Educativo para o Ensino Fundamental.

Conclusão:

Educadores e gestores da área, como também os profissionais do Turismo na cidade, recepcionam bem o projeto. A maior dificuldade é a mobilização de públicos para participarem, presencialmente, das atividades. Entre as razões: a localização do Mart (no centro de Cabo Frio, mas distante dos bairros); seus horários de funcionamento; e, novos hábitos, criados com a pandemia de Covid-19. O Mart adotou alternativas para a mobilização em 2023: consulta pública sobre os períodos mais viáveis para as atividades; encontros híbridos; e, incursão em escolas para a sensibilização junto às escolas da oportunidade do projeto.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Cristina. Quando a escola vai ao museu. Campinas: Papius, 2016.

DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. Formação de Professores Caminhos e Descaminhos da Prática. Brasília: LíberLivro, 2008.

GRINSPUM, Denise. Educação para o patrimônio: museus de arte e escola, responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial Museu Imperial Iphan. Brasília: Iphan, 1999.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Educação Patrimonial: Orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Liv.&Ed., 2004.

MATOS, Alexandre Pena. Educação Patrimonial no contexto arqueológico: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasileiense, 2009.

TAMANINI, Elizabete. Museu e Educação: reflexões Acerca da Experiência no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Pasos (El Sauzal) , v. 1, p. 79-84, 2003.

_____. Vidas Transplantadas: Museu, Educação e a Cultura Material na (Re)construção do Passado. 2001. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

_____. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Um olhar necessário. 1994. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Gestão de Projetos de Museus e Exposições. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2013.

PARCERIAS SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR PARA IMPULSIONAR A CULTURA AMBIENTAL – RELATO DE UM “CASE” DE SUCESSO: REDE DE FARMÁCIAS “PAGUE MENOS” E ECOMUSEU DO MANGUE (FORTALEZA – CE)

Autoria: Fabiana Barros Pinho

Co-autores: Rusty de Castro Sá Barreto, Sineide Moreira Crisóstomo Sá Barreto, Celso Raley Sá Barreto de Freitas, Renan Victor Sá Barreto França, Ryan Calebe Sá Barreto França; Sandra Beltran-Pedrerros

Introdução

O Artigo 225 de CF88 afirma que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” A partir deste a sociedade civil deve buscar propor e desenvolver ações que permitam formar cidadãos que participam ativamente da manutenção e da recomposição de ambientes saudáveis, que saibam buscar alternativas e soluções para a melhoria da sua qualidade de vida.

Sabendo que toda ação social é cultural, e que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação (Hall, 1997), vemos que para o sucesso na realização das ações, as parcerias entre empresas privadas e o terceiro setor são fundamentais, uma vez que o setor privado pode contribuir com recursos financeiros e capacidade técnica, enquanto o terceiro setor contribui com conhecimento local e experiência em projetos sociais.

Material e métodos

Apresentação das partes envolvidas

A Rede de Farmácias “Pague Menos” está presente nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, totalizando mais de 320 municípios e possuindo mais de 20 mil colaboradores.

O Ecomuseu Natural do Mangue (ONG), trabalha com a preservação do ecossistema manguezal, valorizando a cultura tradicional e seus aspectos socioambientais. Atividade principal, aulas de campo, levando os visitantes para uma imersão no manguezal e os sensibilizando para a importância de cuidar do “berçário da vida marinha”. Nas aulas também é realizado o plantio de “sementes do mangue” carregando este momento do simbolismo da perpetuação deste sistema.

Em 2019 nasce a parceria entre a rede de farmácias e o Ecomuseu. A empresa busca uma inserção mais sustentável e, após criar linha de produtos ecológicos a “Linha ECO”, estabeleceu a parceria para o desenvolvimento de ações culturais e socioambientais, escolhendo o ecossistema Manguezal como seu foco de ação.

Ações desenvolvidas

A empresa passa a doar parte das vendas para o ECOMUSEU, possibilitando maior impacto nas suas ações, projetos e atividades, atuando, através do plantio e acompanhamento, na ampliação das áreas de florestas de mangue, no apoio ao desenvolvimento de pesquisa científica e nas atividades de sensibilização de alunos e professores da rede pública e particular em todos os níveis.

As aulas de campo e as exposições interativas constituem em uma metodologia de ensino que permite a participação ativa do aluno e contribuem para a aprendizagem. Além disso, desenvolve o senso crítico por proporcionar o contato direto com o objeto do conhecimento. Além das atividades desenvolvidas na base o projeto conta ainda com o “Museu Itinerante” – um pequeno caminhão que leva parte do acervo e membros do ECOMUSEU para ministrar palestras em eventos externos. Esta atividade está sendo ampliada através da “Expedição Mundo Mangue”, que percorre o litoral brasileiro, interagindo com outras instituições e pessoas que trabalham a mesma temática, na perspectiva de levar cultura e promover a educação ambiental para a população em geral.

Resultados

Entre os anos de 2019 e 2023, mesmo com o distanciamento social provocado pela pandemia de COVID-19, a equipe recebeu 154 turmas de escolas e universidades, perfazendo um público de 4.039 estudantes, além de turistas. Foram plantadas cerca de 3.000 mudas com alunos, além de 220 mudas, utilizando as campanhas do “Bosque da Memória” e “Semana Estadual de Proteção aos Manguezais”. O Museu Itinerante possibilitou acesso às manifestações culturais e atividades de EA, entre os anos de 2020 até 2022, para cerca de 46 mil visitantes, tendo apresentado 27 exposições itinerantes. Para a empresa a repercussão destas ações gera aumento na satisfação dos clientes e um engajamento maior dos funcionários no negócio.

Conclusão

Podemos concluir que, como neste caso, a relação existente entre as ONGs e as empresas pode sustentar uma rede de colaboração, cooperação e auxílio, capaz de proporcionar às parceiras benefícios mútuos

Bibliografia

- Torres, Francielle Stano Sociedade e meio ambiente / Francielle Stano Torres; Leila Carla Flohr. Indaial : Uniasselvi, 2013.
- Um olhar sobre a cultura - Elenilton Vieira Godoy ; Vinício de Macedo Santos - Educação em Revista- 2014
- Pinho, Fabiana Barros - Panorama resultados Ecomunan 2001/2022

AS FONTES HISTÓRICAS NO MUSEU DA CIDADE DE SALTO-SP

Gabriela Pontin Novaes

Esta atividade educativa é uma iniciativa realizada frequentemente pelo Museu da Cidade de Salto “Ettore Liberalesso”, em que os alunos da rede de ensino de Salto-SP e região, tem a oportunidade de entrar em contato com diversas fontes históricas e, a partir disso, entender um pouco mais como é o trabalho de um Historiador. Alguns itens das coleções existentes no museu são apresentados, como documentos em papel, fotografias, mapas, depoimentos e fontes materiais que podem ser manuseadas com acompanhamento e orientação de profissionais.

Esta ação tem como objetivo discutir a importância das fontes para o trabalho do historiador, sensibilizar para o patrimônio histórico local, dialogar sobre o papel dos museus para a memória da cidade e estimular o espírito investigativo, observador e crítico.

A atividade “Fontes Históricas” tem como base o Currículo do Estado de São Paulo, na área de Ciências Humanas, disciplina de história, conteúdo para 5ª série, 6º ano do Ensino Fundamental. O conteúdo “As linguagens das fontes históricas” é trabalhado de uma maneira prática, dialogando com o conceito de patrimônio, material e imaterial.

Os documentos, os objetos, as imagens, as fontes orais, são diferentes formas de linguagens que representam períodos históricos, são os vestígios deixados pelo homem. A relação entre historiadores e as fontes documentais se transformou ao longo do tempo, atualmente não são tratados como fontes de verdade ou testemunhos neutros do passado. A partir de uma mudança de paradigmas que ocorreu após a escola dos Annales os discursos são analisados, interpretados e problematizados.

As exposições museológicas são discursos criados com a intenção de comunicar ideias, conceitos e informações ao público, tendo como veículo as fontes históricas. A ação educativa em museus visa ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos.

Segundo Maria de Lourdes Horta (1999), metodologicamente a Educação Patrimonial propõe três etapas: identificação do bem cultural (observação e análise), registro do bem cultural e valorização (interpretação e comunicação do observado e registrado).

Uma visita ao museu pode proporcionar aprendizagem tanto de elementos cognitivos, como afetivos, gerando um entusiasmo e interesse pela ciência (Almeida, 1997). Sendo um espaço não formal de educação, os museus tem o papel de dialogar com os currículos escolares, formando cidadãos participativos, críticos e que se vejam como agentes transformadores da história.

Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli . – 1. ed. atual. – São Paulo : SE, 2011. 152 p.

ALMEIDA, Adriana Mortara. Desafios da Relação Museu-Escola. Comunicação & Educação, São Paulo, (10): 50-56, São Paulo, Set/Dez. 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2a. Ed. São Paulo, Contexto, 2008.

A EXPERIÊNCIA MUSEANDO

Gustavo Nalva
Juliana Gueiros
Marina Gouveia

Resumo

O projeto Museando Clio é um coletivo de técnicos em museologia, criado em 2019, cujo objetivo é comunicar, difundir, democratizar e refletir sobre museologia, cultura, patrimônio e educação museal através da mídia podcast.

Palavras-chaves: Podcast, Comunicação, Museologia, Diálogo.

Introdução

Sob a influência do coletivo de historiadores Clio História e Literatura, em outubro de 2019, a Museando Clio foi criada a partir da percepção da necessidade de haver mais meios de comunicação acessíveis que discutissem e refletissem sobre a atuação prática e produção teórica na área da museologia e suas transversalidades.

A Museando escolheu o modelo podcast por ser um formato popular atualmente: os episódios podem ser ouvidos durante atividades simples do cotidiano da classe trabalhadora. Em termos técnicos, criar conteúdos nesse formato é um modo barato de produção, o arquivo em áudio é mais “leve” em relação ao formato vídeo, é de fácil reprodução e não depende de apenas uma plataforma de edição e de reprodução. A atual bancada fixa é composta por Gustavo Nalva, Juliana Gueiros e Marina Gouveia, formados pelo curso técnico em museologia da Escola Técnica Estadual (ETEC) Parque da Juventude. A equipe divide a responsabilidade de conduzir e produzir os episódios. Em formato de “mesa-redonda”, a equipe dialoga sobre o tema escolhido, ou indicado pelos ouvintes, sempre à luz do pensamento do convidado. Iniciamos os episódios com a seguinte frase “A museologia é o estudo do fato museológico, que nada mais é que a relação entre os seres, os patrimônios e os meios”, que é uma “livre adaptação” do pensamento de Waldisa Russio e em sequência a pessoa responsável por mediar a conversa relaciona a museologia com o assunto que vamos tratar. Os convidados são profissionais e pesquisadores da área e participam voluntariamente das gravações. O processo de gravação é virtual: a chamada de vídeo é feita através do Google Meet e o áudio é captado pelo aplicativo OBS. O podcast Museando já alcançou diversos espaços, estados, pessoas e ideias e também criamos um espaço de vendas das nossas “Camuseutas” online.

Desenvolvimento

É na perspectiva das comunicações inovadoras na museologia que o Podcast Museando se insere no campo exploratório da comunicação museológica. (CANTISANTI,

NAKANO, VICENTINI, 2021). Em diálogo com os pensamentos da Nova Museologia e Museologia Social, enquanto veículo de extroversão de conteúdos, acreditamos que a museologia é uma ciência fluida e um campo de atuação profissional transdisciplinar, que não se restringe às quatro paredes de uma instituição e pode estar tramada no cotidiano da sociedade.

Segundo Cury (2004), a vertente da comunicação museológica que compreende a comunicação como um componente da dinâmica cultural e como interação dentro e fora dos museus, está em ascensão. Dentro desse “processo comunicacional”, a construção dos episódios do podcast atuam sob a interação no “espaço de estruturação do significado da mensagem”, a partir da resignificação coletiva dos conhecimentos compartilhados ao longo do processo. (CURY, 2004)

A mediação e o diálogo tem a potência de construir conhecimentos em conjunto, a partir das reflexões que fazemos ao longo da conversa com os convidados; e o que motiva a produção de conteúdos é o princípio da democratização dos saberes e práticas do campo. Falar sobre museologia com linguagem facilitada e de forma que todos possam compreender e participar das discussões é a principal diretriz do podcast. A gravação em formato de conversa permite que os assuntos sejam trazidos de forma prática, espontânea, leve e sob de formatos diversificados, a depender do convidado e da fluidez da conversa. É uma forma não institucionalizada, humana, orgânica e “acessável” de se pensar museologia. A audiência está crescendo e percebe-se a presença significativa de profissionais da área e também de diversas outras vivências. Assim, nos cabe a responsabilidade de promover discussões e conexões coerentes, com o intuito de expandir nosso alcance e nossas conectividades.

Conclusão

Acreditamos que a nossa responsabilidade sobre essa forma inovadora de fazer museologia só tem a contribuir para o campo na atualidade, e assim, a museologia poderá seguir viva. A museologia é discutida e repensada de várias formas em cada episódio, com cada contribuição. Acreditando que o projeto é um constante fazer de novas experiências, podemos entender que ele é uma fonte de contribuição à área e pode ser acessado por todes que queiram também pensar os possíveis processos de fazer e pensar a(s) museologia(s).

Bibliografia

CANTISANTI, Mariana Padua; NAKANO, Natalia; VICENTINI, Maria José (2021). Explorando projetos de inovação em comunicação museológica. Revista Interamericana de Bibliotecología, 44(1), eRf1. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v44n1eRv1>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CURY, Marília Xavier. Comunicação Museológica – Uma Perspectiva Teórico-Metodológica de Recepção. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. NP 01 – Teorias da Comunicação, 2004. disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/163205860055902573219461744573043611838.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

A PATOLOGIA VAI À ESCOLA: OS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PROMOVIDOS PELO MUSEU DA PATOLOGIA DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ NO RIO DE JANEIRO

Maria Karla Belo da Silva Tavares

Bianca Scofano Barbosa

Pedro Paulo de Abreu Manso

Marcelo Pelajo Machado

Barbara Cristina Euzebio Pereira Dias de Oliveira

do Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Os museus de ciência são por excelência considerados como espaços educacionais em que as dinâmicas e os conteúdos trabalhados reverberam para além do deleite e lazer. Essa noção ganha amplitude, em especial no século XX, a partir das discussões contemporâneas acerca da sua função social e o seu papel como agente mobilizador de mudanças. Dessa maneira, o museu passa a ser compreendido como espaço de debate no qual as narrativas passadas e presentes são problematizadas a partir de suas coleções (MARANDINO, 2005; BRAGA, 2017).

Ao considerar os museus enquanto espaços não formais de ensino (FRANCO, 2008), as ações educativas exploram os conhecimentos e conexões com os acervos de maneira dinâmica, integrada e multidisciplinar. Rocha e Fachín-Terán (2010) corroboram para a importância desses espaços para o ensino de ciências e destacam os benefícios em torno da aprendizagem entre instituições museais, professores e escolas.

Se pensarmos em uma aprendizagem significativa, essa parceria é uma condição interessante para nortear as melhores atividades para cada tipo de público, uma vez que os alunos precisam ter conceitos previamente adquiridos em sala de aula para que estes possam ser reforçados ou confrontados, o que torna a atuação do professor um elo imprescindível (MOREIRA E MASINI, 2006). Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância da formação continuada para docentes tanto do ponto de vista do aprimoramento e reciclagem de seus conhecimentos, quanto do uso de ferramentas e novas formas de aprendizagem que aproximem os alunos e auxiliem na contextualização científica, ou seja, na compreensão dos assuntos trabalhados em aula no cotidiano bem como as conexões entre ciência e as diversas transformações histórico-culturais da sociedade (GIBBONS et al, 1994).

Assim, o Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz (1903), que busca a promoção de uma experiência imersiva em sua trajetória, na atuação entre cientistas e patologistas no Instituto Oswaldo Cruz bem como a relação intrínseca entre ciência e arte, elaborou em 2009 um curso de formação continuada de professores de Ciências e Biologia de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Os cursos foram fomentados pela FAPERJ em todas as edições, estando atualmente em sua quinta, denominada “O câncer e as epidemias como temas centrais de estudo” tratando de questões eminentes do debate público, como a Pandemia de COVID-19. A estruturação se baseou em aulas teórico-práticas em que há a distribuição de kits, contando com microscópio e lâminas com material histopatológico que podem ser retrabalhadas pelos professores em suas escolas.

Dentre as atividades, destacamos a preparação dos professores para utilizar o Museu como um espaço não formal de ensino no qual o visitante é convidado a realizar atividades interativas, imersivas e multissensoriais, desenvolvidas pela equipe e seus colaboradores. Tendo em vista que um dos objetivos da formação continuada é provocar, no docente, o desenvolvimento de habilidades para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem que ocorre dentro da instituição de ensino, tornando-o um facilitador e não apenas um transmissor de informações.

As duas primeiras edições tiveram carga horária total de 98 horas cada uma e a partir da terceira com a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) contabilizou 120h distribuídas ao longo de 11 meses de realização. A atual, conta ainda com uma escola localizada no território de Manguinhos e esperamos, com isso, estreitar os elos com as comunidades do entorno do campus da Fiocruz a fim de promover um espaço compartilhado de escuta e partilha do saber. Deste modo, acreditamos que, com essa proposta, possamos incentivar professores e alunos ao estudo da ciência e tecnologia e aproximar de problemáticas atuais como a cidadania científica, o uso da tecnologia e o lugar dos museus como agentes de transformações socioculturais.

REFERÊNCIAS:

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Desafios e Perspectivas para Educação Museal. In: REVISTA MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 6, no12, Jul./ Dez. de 2017.

FRANCO CARVALHO JACOBUCI, D. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. Revista Em Extensão, Uberlândia, MG, v. 7, n. 1, 2008.

GIBBONS, M. et al. The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: SAGE Publications, 1994.

MARANDINO, M. Museus de Ciências como Espaços de Educação. In: Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, p. 165-176.

MOREIRA, M.A. MASINI, E.A.F.S. Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. 2a ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

ROCHA, S. C. B. FACHÍN-TERÁN, A. O uso de espaços não-formais como estratégia para o Ensino de Ciências. Manaus: UEA Edições, 2010. 136p.

MUSEU DE ALCÂNTARA: CONSULTA PÚBLICA SOBRE UMA NOVA EXPOGRAFIA

Yuri Sampaio Capellato Logrado

Resumo Expandido


Este estudo refere-se aos resultados de uma consulta pública sobre a nova expografia do Museu de Alcântara, integrante do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, que deixa de ser um museu casa e assume uma abordagem mais ampla, com enfoque no patrimônio cultural, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico e espacial de Alcântara-MA. Com o objetivo de inserir o público, especialmente local, no processo de reformulação da exposição foi realizada uma pesquisa de opinião, a partir da aplicação de questionários digitais e impressos no período de novembro de 2020 a maio de 2022. Os resultados da pesquisa revelaram uma grande aceitação do público em relação aos novos temas que serão abordados pelo museu, sendo destacado o processo histórico de formação da cidade, o caráter quilombola do município e a introdução de elementos da cultura local no acervo. Nesse sentido, a educação museal é uma área em constante evolução que busca expandir a compreensão dos museus como espaços educativos e sociais, não apenas de preservação e exposição de coleções. A abordagem do museu integral destaca a necessidade de compreender a museologia de forma holística, abrangendo aspectos educativos, sociais, culturais e políticos. Nesse contexto, a obra “Corpos que Importam”, da filósofa Judith Butler, é fundamental para entendermos a importância da representação e inclusão de corpos minorizados na sociedade, incluindo no âmbito museológico. A autora argumenta que a construção de identidades de gênero e sexualidade não é natural, mas sim social e culturalmente construída. Assim, museus devem ser espaços inclusivos que representem a diversidade de corpos, gêneros, sexualidades e identidades. A decolonialidade também é um tema importante na educação museal. Em muitos casos, museus têm sido usados como instrumentos de opressão, perpetuando discursos hegemônicos e ignorando as histórias e culturas dos grupos minorizados. A abordagem decolonial, por sua vez, busca desafiar a narrativa colonialista dominante e promover uma abordagem mais plural e inclusiva. Isso implica em uma revisão das coleções, da curadoria e das práticas museológicas em geral. A promoção da cidadania também é uma questão chave na educação museal. Os museus têm o potencial de serem espaços de encontro e diálogo entre diferentes grupos sociais, promovendo a construção de uma cidadania ativa e crítica. Para isso, é importante que os museus desenvolvam programas educativos que incentivem o pensamento crítico e a reflexão sobre questões sociais relevantes. Por fim, a inclusão de narrativas que dialoguem com grupos sociais minorizados e que representem a diversidade social e cultural brasileiras é fundamental para a construção de uma educação museal mais inclusiva e plural. Isso implica em uma abordagem mais colaborativa e participativa,

que envolva diferentes grupos sociais na construção da narrativa museal. Em resumo, a educação museal deve ser entendida como uma abordagem holística e integrada, que considere aspectos educativos, sociais, culturais e políticos. A inclusão de corpos que importam, a abordagem decolonial, a promoção da cidadania e a inclusão de narrativas diversificadas são temas fundamentais para uma museologia mais inclusiva, plural e engajada com a sociedade brasileira.

Resumo

A educação museal é uma área em constante evolução que busca expandir a compreensão dos museus como espaços educativos e sociais. Nesse sentido, a abordagem do museu integral destaca a necessidade de compreender a museologia de forma holística, abrangendo aspectos educativos, sociais, culturais e políticos. A decolonialidade também é um tema importante na educação museal. Em muitos casos, museus têm sido usados como instrumentos de opressão, perpetuando discursos hegemônicos e ignorando as histórias e culturas dos grupos minorizados. A decolonialidade, por sua vez, desafia a narrativa colonialista dominante e promove uma abordagem mais plural e inclusiva. Isso implica em uma revisão das coleções, da curadoria e das práticas museológicas em geral. Este relato de experiência refere-se aos resultados de uma consulta pública sobre a nova expografia do Museu de Alcântara, Instituto Brasileiro de Museus, que deixa de ser um museu casa e assume uma abordagem mais ampla, com enfoque no patrimônio cultural, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico e espacial de Alcântara-MA. Com o objetivo de inserir o público, especialmente local, no processo de reformulação da exposição foi realizada uma pesquisa de opinião, a partir da aplicação de questionários digitais e impressos no período de novembro de 2020 a maio de 2022. Os resultados da pesquisa revelaram uma grande aceitação do público em relação aos novos temas que serão abordados pelo museu, sendo destacado o processo histórico de formação da cidade, o caráter quilombola do município e a introdução de elementos da cultura local no acervo.

Palavras Chave: Museu. Alcântara. Decolonialidade. Consulta Pública.



MESA 4: Patrimônios, territórios e comunidades

- 122 **Memórias à beira do ribeirão: as vivências de lavadeiras e carregadores de água como material educativo para uma ecologia dos saberes junto a crianças e jovens de Lambari/ MG**
Aline Guerra da Costa e Francislei Lima da Silva
- 124 **Estudo do público visitante da I Exposição de Arte Sacra da Paróquia de São Jorge dos Ilhéus-Bahia-Brasil**
Anarleide Cruz Menezes
- 126 **Ação Educativa Museal “Pelas Ruas de Ará”: O patrimônio arquitetônico do centro de Aracaju e a sua relação com a história da capital.**
Bárbara Silveira Abril
- 128 **Vivências, práticas, sonhos e afetos: a experiência da criação do Museu Municipal de Oriximiná/PA**
Gilma Isabel R. D’Aquino, Lúcia das Graças Santana da Silva e Maria das Graças A. Santana
- 130 **Devolver o Ofá ao Oxossi que sempre foi: colonialidade e contra-narrativa na Oficina Francisco Brennand**
Henrique Falcão Nunes de Lima
- 132 **Toca Tocantins seus Museus na Amazônia: Relatos de Educação Museal**
Jones da Silva Gomes
- 134 **Para uma educação patrimonial plural: Os desafios de um museu de imigração holandesa no interior do Paraná**
Lucas Oliveira Fontoura Kugler e Guilherme Felipe Silva de Castro
- 136 **“Pesquisadores(As)” & “Animadores(As)” Museais Indígenas na Aldeia: a experiência intergeracional do Núcleo Educativo do Museu dos Kanindé no Ceará**
Suzenalson da Silva Santos

MEMÓRIAS À BEIRA DO RIBEIRÃO: AS VIVÊNCIAS DE LAVADEIRAS E CARREGADORES DE ÁGUA COMO MATERIAL EDUCATIVO PARA UMA ECOLOGIA DOS SABERES JUNTO A CRIANÇAS E JOVENS DE LAMبارI/ MG

Aline Guerra da Costa¹
Francislei Lima da Silva²

Palavras-chave: educação museal; memórias das águas; Museu Dr. Américo Werneck

Resumo expandido

Como contar a história de uma estância hidromineral para crianças e jovens dos dias atuais? Dar continuidade à história oficial com suas datas, nomes e feitos de pessoas “importantes” da cidade ou possibilitar a emergência das histórias daquelas e daqueles que a construíram a partir de seu trabalho? Impulsionadas/os por essas questões, as/os membros do Museu Dr. Américo Werneck, localizado em Lambari, no Circuito das Águas no sul do estado de Minas Gerais, realizam o trabalho voluntário de (re)escritura da história da cidade por meio da mediação de ações educativas nas escolas, de rodas de conversa, lives nas redes sociais, exposições, palestras e da produção de documentários. Sempre em diálogo com a população local e o poder público, buscam cumprir um de seus objetivos centrais: o de se constituir como museu comunitário. Tal (re)escritura se conecta às discussões mais recentes dos campos da história e da educação museal que aproximam cada vez mais os museus das comunidades às quais fazem parte, ao preconizar a prática de uma História Pública, ou seja, uma história feita “para, com e pelo público”.

Lambari, cidade-sede do museu, preocupou-se, durante muito tempo, com o registro das lembranças de veranistas e das/os moradoras/es que se divertiram nos períodos de maior fluxo de turistas, os chamados aquáticos que, entre os anos de 1910 e 1960, lotavam a cidade nas férias, especialmente em função das águas minerais e suas propriedades terapêuticas. Contudo, hoje o museu tem se preocupado em dar protagonismo para as pessoas que trabalharam para abastecer os hotéis e viabilizar o funcionamento de uma cidade voltada para aqueles que vinham de fora. Desse modo, essas/es trabalhadoras/es deixam de ser personagens anônimas/os para assumirem o papel de protagonistas no debate sobre o passado e o presente de nossa comunidade.

Por isso, pretendemos trazer ao debate a experiência sobre a produção de uma série de cinco documentários, publicados nas redes sociais no museu, durante a 20ª edição da Semana Nacional de Museus em 2022. Estimuladas/os pela temática da

Semana - O poder dos museus - entrevistamos moradores da cidade que desempenharam atividades laborais que já não existem ou que caminham para o desuso.

Deter-nos-emos, especialmente, nas vivências de Geralda Pinto Silva, conhecida como Tia Ica, lavadeira, de 73 anos. O relato de Tia Ica nos permitiu trazer ao público uma realidade distante, quando o ribeirão Mumbuca era, segundo a entrevistada, mais limpa até que a água encanada fornecida pelo poder público municipal. Tivemos também a oportunidade de conhecer quais os instrumentos de trabalho utilizados pelas lavadeiras - elementos da natureza que não agrediam a saúde do ribeirão, como as folhas do hissopo e do mamoeiro, apresentadas às crianças na beira do curso d'água que corre atrás da escola municipal, hoje poluído. O museu possui uma série de ferros de passar roupa, utilizados na sua maioria por mulheres que suportavam o seu peso e calor. Tais objetos não poderiam permanecer silenciados, dentro de um controle fetichista sobre os artefatos musealizados. Outras problemáticas como a passagem do tempo - mais lenta - e a forma artesanal do trabalho, bem como as questões de gênero da época (anos 1950) estão presentes tanto na narrativa das/os trabalhadoras/es quanto nas perguntas de professoras/es e alunas/os.

Se nosso objetivo principal foi articular a comunicação entre pessoas historicamente silenciadas ou esquecidas e a população de Lambari na valorização de relações para uma ecologia dos saberes, testemunhamos nas redes e nas ruas o quanto o depoimento de Tia Ica mobilizou outras memórias relacionadas às práticas culturais do povo das águas, reverberando outros diálogos possíveis.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAGAS, Mário. Os museus na moldura da crise. In: Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 5. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, p. 102-121.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). In: Anais do Museu Paulista, n. 1, n. 1993, p. 297-222.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos. CEBRAP, 79: 2007.

SPIVAK, Gayatri. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VARINE, Hugue. Museologia social. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

Entrevista citada

Museu Dr. Américo Werneck: <https://www.facebook.com/museudramerico-werneck>

Entrevista com Geralda Pinto da Silva (Tia Ica): <https://fb.watch/jXzqPYT9xP/>

¹ <http://lattes.cnpq.br/6370890642922178>

² <https://lattes.cnpq.br/4033197582201027>

ESTUDO DO PÚBLICO VISITANTE DA I EXPOSIÇÃO DE ARTE SACRA DA PARÓQUIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS-BAHIA-BRASIL

Anarleide Cruz Menezes

A pesquisa aqui apresentada visa à análise do público visitante da I Exposição de Arte Sacra: Imagens da Nossa História, acervo da Paróquia de São Jorge dos Ilhéus, montada no Salão Paroquial da Catedral de São Sebastião, localizada no Centro Histórico de Ilhéus, Bahia, Brasil, no período de 27 de junho a 27 de julho de 2019, a partir dos aspectos registrados no Livro de Assinaturas e de Recados. Para tal missão, adotamos o método qualiquantitativo, de forma a mesclar as duas formas de abordagem, a quantitativa e a qualitativa, a fim de compreender a investigação em sua totalidade, ao identificar e quantificar as variáveis e ao executar os processos de escuta dos agentes envolvidos, aqui denominados, Públicos.

O estudo foi organizado em três vertentes que convergem entre si. A primeira, sobre o contexto da Exposição parte integrante do Projeto Ilhéus 500 anos, que aborda aspectos coloniais na região, observados na contemporaneidade, entre eles, o acervo de Arte Sacra Barroca sob a guarda da Paróquia. A segunda, busca apresentar as metodologias a partir

da pesquisa e revisão de literatura sobre os estudos de público e recepção, bem como a verificação e interpretação dos dados quantitativos da Exposição. A terceira, promove uma análise do Livro de Recados que cria uma relação dialógica entre a Exposição e seus públicos, uma abordagem qualitativa, que estabelece uma comunicação interativa e transformadora.

Com o objetivo maior de implementar um programa permanente de Educação Patrimonial, a Exposição almejou a comunicação do acervo de Arte Sacra da Paróquia de São Jorge, visando a despertar o pertencimento dos munícipes, ao mesmo tempo em que buscou promover os mecanismos para desenvolver a habilidade de interpretar os objetos ou fenômenos culturais. O costume de acumular memórias significativas dos antepassados, colecionar, reverenciar objetos e estruturas revela o interesse da sociedade por aqueles que os precederam, por seus costumes e modos de vida e, deste modo, desperta-se renovada curiosidade pelas relíquias que chegaram ao nosso tempo. Dessa forma, fundamenta-se e contextualiza-se a justificativa para a realização da Exposição de Arte Sacra: Imagens da nossa história.

Para efetivar o conhecimento e a valorização de bens culturais, é preciso desenvolver a sensibilidade e a consciência das crianças, dos jovens e dos adultos por intermédio de um trabalho educacional que objetive integrar a comunidade na gestão de seu Patrimônio Cultural, legado cultural do qual é herdeira. De acordo com o mapeamento dos campos utilizados, é possível empreender análises mais detalhadas do público e, não somente, tabular o quantitativo de público visitante. O livro para

sugestões e reclamações e para a contagem de público é uma responsabilidade institucional prevista na legislação pelo Estatuto de Museus (Lei no 11.904/2009): Art. 36. É através desses dados que se baseia a construção de políticas públicas para a área da Museologia, prevista na Constituição Federal de 1988 – que afirma que o Estado brasileiro é responsável pelos direitos culturais de todos, sendo regido pela universalização do acesso aos bens e serviços culturais. Salientamos que quantificar o público é importante e pode fornecer informações que vão além da somatória das pessoas que passam pela instituição.

A depender do método e da frequência de registro, a contagem de público pode evidenciar quais exposições e eventos são mais procurados; a necessidade de adequação dos serviços oferecidos e de ampliação de atendimento por perfil de visitantes, por exemplo. E, para as instituições que buscam parcerias e/ou patrocínios, contar o público é um dado importante para a captação de recursos, pois comprova o quantitativo de visitantes e revela as estratégias de ampliação de acesso ao museu e, em consequência, amplia a capacidade dos atores envolvidos na sua compreensão do mundo contemporâneo.

AÇÃO EDUCATIVA MUSEAL “PELAS RUAS DE ARÁ”: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DO CENTRO DE ARACAJU E A SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA CAPITAL

Bárbara Silveira Abril¹

Vitor Nunes da Silva²

INTRODUÇÃO

O projeto “Pelas Ruas de Ará” foi uma ação educativa desenvolvida por mediadores do Museu da Gente Sergipana visando ampliar o ensino da história do estado, através de um passeio pelo Centro Histórico de Aracaju. Durante a experiência educativa, foi evidenciada a importância dos simbolismos arquitetônicos, assim como as histórias por trás das construções dos prédios e das pessoas que habitavam o bairro centro.

Concebido a partir da observação do espaço “midiateca” do museu, onde está presente uma “renda do tempo”, uma linha do tempo da história de Sergipe cercada de renda irlandesa.

Analizamos quem é a “Gente Sergipana” e notamos a ausência das histórias de uma parte da população que não foram contadas ou narradas nesse museu que se dedica a explorar o sergipano.

Em paralelo a isso, os patrimônios de Aracaju são ignorados e demolidos, transformados em estacionamentos ou vazios urbanos. A propagação desses atos e a falta de educação patrimonial resulta no apagamento da memória da cidade, como observado na carta de Atenas de 1933: “A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades.”

DESENVOLVIMENTO

Utilizando o método da pesquisa bibliográfica em conjunto com a pesquisa-ação, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico com o intuito de entender o contexto urbanístico, arquitetônico e social de Aracaju. Com visitas a diversos acervos e bibliotecas, além de entrevistas realizadas com profissionais das áreas de História, Urbanismo, moradores do centro e trabalhadores antigos da região. Essas entrevistas permitiram uma compreensão mais aprofundada da realidade local e possibilitaram o compartilhamento de vivências e experiências em relação ao espaço urbano.

Inicialmente, desenvolvemos uma pesquisa para selecionar os lugares a serem visitados e um cronograma com todas as ações necessárias para a realização do projeto. Em seguida, um roteiro pelo centro histórico de Aracaju foi traçado, levando em consideração os marcos da cidade e as memórias associadas a eles. Foi estabelecido um limite máximo de 25 pessoas para cada roteiro, visando garantir o conforto e o controle do grupo durante as visitas.

As inscrições foram realizadas através das plataformas Sigaa da Universidade Federal Sergipe e Magister da Universidade Tiradentes, além das inscrições pelo número do Instituto Banese. Em uma parceria com o Instituto Federal de Sergipe, duas turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo foram levadas para participar do projeto, enriquecendo ainda mais a experiência de aprendizado e conscientização sobre o patrimônio cultural da cidade. A visita foi realizada ao longo de seis dias e foi um sucesso, atingindo seus objetivos de conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural da cidade de Aracaju.

CONCLUSÃO

Destarte, tanto o levantamento bibliográfico quanto a prática da visita guiada pelo centro possibilitaram uma boa compreensão do tema, ratificando que essa determinação metodológica foi bem selecionada e facilitando o processo de educação patrimonial. Apesar disso, o projeto discute somente algumas partes dessa temática e tem como principal foco a contínua ampliação do debate sobre educação patrimonial e seus impactos.

Referências bibliográficas.

LE CORBUSIER. A Carta de Atenas: Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. Trad. Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.

¹ bahsilveira21@gmail.com

² vitornunesvv@gmail.com

VIVÊNCIAS, PRÁTICAS, SONHOS E AFETOS: A EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ/PA

Gilma Isabel R. D'Aquino

Lúcia das Graças S. da Silva

Maria das Graças A. Santana

Nos anos pandêmicos de 2020 -2022, o Fórum de Museus de Base Comunitária da Amazônia formado por diferentes profissionais que atuam principalmente em Museologia, Educação e Cultura realizou inúmeras atividades e participou ativamente das políticas culturais emergenciais que proporcionaram o lançamento de editais que favoreceram os fazedores e fazedoras de cultura em geral. Assim, houve várias demandas de formação de museus no Estado do Pará. Uma dessas demandas foi a criação do Museu de Oriximiná. Recebemos um convite da Prefeitura para ajudar na criação do Museu em 2021. Nesse sentido, foi apresentada uma proposta de oficina. Utilizou-se como referência a metodologia Dragon Dreaming que tem 04 etapas: Sonhar, Planejar, Realizar e Celebrar. A metodologia foi criada a partir de estudos sobre o modo de vida e a socialização de comunidades aborígenes. A oficina contou também com o Moitará que é um ritual de circulação de saberes, afetos e trocas materiais que são realizados pelos índios do Alto Xingu. Neste ritual se concentra aspectos da reciprocidade, dádiva e sustentabilidade das relações interpessoais e das relações humanas com o ambiente. A oficina foi realizada no período de 25 a 29 de outubro de 2021 para lideranças comunitárias, gestores e servidores das secretarias de cultura e turismo e alguns professores. Dragon Dreaming tem 04 etapas: Sonhar, Planejar, Realizar e Celebrar. Em relação ao Sonhar foram utilizados alguns documentos referências como a Política Nacional de Museus-2003, o Inventário Turístico de Oriximiná do ano de 2014, o Inventário Cultural Social, Político e Econômico de Oriximiná 2006, a tese sobre a Face dos Museus e dos Processos Museais da Amazônia 2020, e o Documento do Plano Museológico de Oriximiná 2021 que possibilitaram a contextualização sobre a pauta museológica contemporânea por meio de discussões desses temas. Em relação ao Planejar, houveram dinâmicas que suscitaram narrativas sobre a memória individual e coletivas e discussões sobre o tempo do passado, do presente e do futuro sobre o município. A questão norteadora dessa etapa era como eles viam a criação do Museu (Realizar)no município? E se era possível sonhar e realizar? Todos foram unânimes em dizer que sim. Foi solicitado um objeto representativo para colocar no centro da roda. Foi escolhido o artefato “barquinho” presente no Círio de Santo Antônio de Oriximiná. Houve a aprovação do objeto e uma das justificativas é que além de ser um objeto cultural era um objeto de beleza estética e tinha haver com a natureza local pela presença das plantas como a cueira (*Crescentia cujete*) e a aninga (*Dieffenbachia* seguinte). A partir da decisão do grupo, houve uma discussão sobre a produção e o valor do objeto, bem como que relação teria com as fases de planejamento, realização e celebração do museu? Em seguida, houve a divisão de 05

grupos de trabalho para darem início a fase do planejamento do museu. A pergunta para esta fase foi: que tipo de narrativa o Museu de Oriximiná poderia focar? Foi pedido que os participantes olhassem para o que tinham construído e comentassem sobre as palavras. As palavras identidade, diversidade e tradição foram as mais referendadas. A terceira etapa foi continuar com a divisão dos grupos e que cada um GT ficaria responsável por elaborar o Objetivo, a Missão e os Valores do Museu. Celebrar com Moitará: A celebração é o clímax de cada atividade com as críticas construtivas, encaminhamentos e trocas de afetos. O Moitará foi feito com os grupos se apresentando e destacaram a importância do coletivo como um processo essencial para concepção e funcionalidade do museu.

Bibliografia

Prefeitura municipal de Oriximiná- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: plano museológico – 2021.

Silva, L; D'Aquino, G; Santana, M. Relatório do Curso de Museologia de Oriximiná /Pa. Belém- Pará, 2021 (inédito)

1 Pesquisadoras do Museu Emílio Goeldi- Belém/Pa e membros do Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia.

Silva, Lúcia das Graças Santana da. A face da museologia social nos museus e processos museais amazônicos. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020: <http://hdl.handle.net/10437/11807>

Tavares, João Walter de Farias. Inventário Cultural Social, Político e Econômico de Oriximiná. Ed. Andrade, 2006.

- SITE CONSULTADO: Dragon Dreaming: conheça a metodologia de gestão de projetos colaborativos sustentáveis - CER - Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora acesso em 10/08/2021.

DEVOLVER O OFÁ AO OXOSSÍ QUE SEMPRE FOI: COLONIALIDADE E CONTRA-NARRATIVA NA OFICINA FRANCISCO BRENNAND

Henrique Falcão Nunes de Lima

Tendo como mote a Oficina Francisco Brennand, museu de arte em Recife, é perceptível a constância do símbolo Ofá, referente a Oxossi, divindade yorubá presente nas matrizes de terreiro. Fruto do contato que o artista traçou com o símbolo na década de 50, criou-se uma conexão meramente estética e depois ampliada no âmbito divino. Desde então ele o utilizou como logo de seu ateliê e identidade visual para assinatura, mesmo sem ter proferido tradições afro-diaspóricas e/ou indígenas.

O Ofá se faz presente numa série de minúcias: chão, grade, muro, porta, etc. É corriqueira sua presença, até então comum unicamente nos terreiros, fazendo uma gama de pessoas que conhecem o museu associarem o símbolo ao próprio Francisco Brennand, considerando que, essas não tinham acesso a informações que salientem o Ofá como elemento da cosmopercepção yorubana, trazido num contexto de colonização e salvaguardado em espaços de resistências negras e indígenas que sofrem violências institucionais.

Tenho como objetivo tensionar as narrativas acerca da presença do Ofá utilizado num museu que se dispõe a ter como logomarca esse símbolo oriundo das religiões de matrizes afro-indígenas, pondo à tona o papel fundamental da Diretoria de Educação e Pesquisa (oficializada em 2022) como discurso de contra narrativa, visto que, só a partir da fundação desta, houve uma preocupação didática de tirar o Ofá de um “não lugar” do espaço museal e descentralizar sua presença da autoria do artista, contribuindo para a devolução do Ofá a Oxossi.

Compreender como espaços de arquivo são capazes de reconfigurar a interpretação de símbolos subalternizados pelo projeto colonial e camuflá-los para coadunar com o apagamento das narrativas racializadas é de suma importância para uma museologia crítica. A normalização do símbolo yorubá difundido em suposições como “símbolo de Brennand” ou “brasão da família”, é tão enunciada quanto às interpretações próprias do público que em suma identifica estímulos que remetem a chapéu, porta, sino, dentre outros em detrimento original, pois dificilmente tal elemento ocuparia status de representar a identidade de um museu.

Compor a Diretoria de Educação e Pesquisa na função de educador me proporcionou o exercício de educador cambono, visto que o ato de mediação implica linguagens que atravessam sua realidade, sem compactuar com o modelo positivista que só enxerga legitimidade na distância. Como sujeito de terreiro, o primeiro elemento que senti liberdade para mediar foi o Ofá. O estranhamento do público é constan-

te ao Orixá ser expresso, gerando supetão em visitantes que frequentam há anos, fazendo jus ao “não lugar” que o Ofá foi posto, ao serem apresentados para outra narrativa quando afirmam: “esse é o símbolo de Francisco!”.

Decorrente das ações com foco em território promovidas por essa Diretoria, o Ofá atravessa o tempo e ocupa a Oficina como um corpo vivo que contribui para um espaço menos hostil com corpos não hegemônicos. A partir dessa descentralização pôde-se pensar atividades legitimadas pela presença do Ofá, desde desfile de maracatu entoando cantos para Oxossi, até aula de Caboclinho, ecoando as preacas no museu. Entender a presença estratégica da flecha no espaço historicamente dos engenhos é um trabalho de retomada, sabendo que sua presença antecede e sucede Brennand, pois flecha lançada não é arquivada.

BENISTE, José. As águas de Oxalá (àwon omi Ósàlá). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: Caderno do CEOM, v. 27, n. 41, 2014, pp. 9-22.

Jesus, Alexandro Silva de. Curupira: ensaio sobre tradução e dívida colonial. EN: Crítica Contemporânea. Revista de Teoria Política, n. 6, pp.78-103, 2016.

MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. In: HAMILTON, Carolyn; HARRIS, Verne; TAYLOR, Jane; PICKOVER, Michele; REID, Graeme; SALEH, Razia (Orgs.). Refiguring the archive. London: Kluwer Academic Publishers, pp. 19-26. 2002.

TOCA TOCANTINS TEUS MUSEUS NA AMAZÔNIA: RELATOS DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Jones da Silva Gomes

Estes relatos trazem à tona as ações do Museu do Baixo Tocantins, como forma de compartilhar experiências no campo da educação Museal, a fim de aperfeiçoar atividades formativas, tendo em vista o visitante e comunidades que o museu estabeleceu parcerias. Sabe-se que a educação museal se desenvolve em meio às alternativas de espaços culturais, que possam aproximar referências culturais do público acadêmico. Foi seguindo as orientações do (ICOM), atento para o maior patrimônio do museu- o rio Tocantins e seu curso de saberes, fazeres, lugares, objetos- como base da educação museal. Localizado na UFPA-Campus de Abaetetuba-PA. O Museu foi inaugurado no dia 13 de setembro do ano de 2018, seu processo ocorre em ações educativas voltadas para o patrimônio local, através dos cursos de Lic em Educação do Campo, Agroecologia, Letras, Artes, Pedagogia e comunidades rurais. Em vista da interface local/global, social/virtual, o objetivo do museu é o de contribuir para o reconhecimento da diversidade patrimonial das várzeas e ramais, estradas e cidades. Destaco o horizonte multidisciplinar destas ações, que percorre o vasto território patrimonial do Baixo Tocantins. Conjugado a nova definição de Museus, elaborada pelo ICOM, para o qual os “Museus pesquisam, colecionam, conservam, expõem e interpretam o patrimônio material e imaterial” (ICOM, 2019), procuramos pensar as referências ribeirinhas, indígenas e afro descendentes, sobre a ótica do local, o que permitiu catalogar, relatar, mostrar, imaginar e interpretar criações. Nos últimos 5 anos o espaço ambientou experiências dentro e fora da universidade reconhecendo a arte do Baixo Tocantins- cuja águas se lançam desde os municípios de Abaetetuba, Mojú, Igarapé Miri até Limoeiro do Ajuru, nos limiares de saberes, objetos, celebrações, expressões e lugares, (IPHAM, 2000), que fecundam referências culturais. Em 2022 em parceria com a nova cartografia social da Amazônia, nasce o mapa étnico patrimonial do Museu- resultado de catalogações, inventários, exposições, audiovisuais- por onde navegamos formas de artesanatos (artesãos de miriti, oleiros, tecelões, concheiras e cuieiras, etc) músicas (rezadores, foliões, benzedeiras) danças e artes da cena (Quadra Junina e Autos). As visitas assistidas de discentes de escolas públicas - ilhas e ramais - da cidade de Abaetetuba-PA, tem incluído o museu no processo formativo de jovens e adolescentes, professores, colaboradores e parceiros. O que levou a aperfeiçoar seu percurso, compartilhando abordagens, temas e práticas no campo da educação museal; nesta direção foi que ocorreram mostras (exposições) de trajetórias criativas de mestres (as) da cultura, tais como: (Oleiro do Cariá, Eternamente Nina Abreu, Como a força das águas), e mídias alternativas atreladas às artes devocionais (Ramal de Rezadores). Neste ínterim acumulou-se eventos que envolveram a comunidade no tema do patrimônio: (Semana Nacional dos Museus, Primavera dos Museus e Puxirum das Artes), estas experiências promoveram um leque de

diálogos e parcerias. Posso destacar como resultado desse percurso: a) investigação sobre as condições de nosso patrimônio local, b) divulgação (exposição) dos resultados da interação comunidade-universidade, e, c) O reconhecimento dos mestres(as) da cultura popular. Penso que essa educação museal (IBRAM, 2018) aparece como esforço de “proporcionar experiências diversas para a educação e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2019), estimulando a imaginação social e repercutindo ideias que revisitam a cultura local. Tal como os trapiches dos ribeirinhos da Amazônia- lugar de travessias do caboclo e suas linguagens, paisagens, sensibilidades. Os Museus-Trapiches, são resultados de travessias que buscam sentidos comuns, desencadeadas entre rios e florestas, estradas e ramais, periferias, quintais e universidades.

Palavras-chave: Educação Museal. Universidade. Baixo Tocantins.

Referências

CARVALHO, Ana. Em Torno da Definição de Museu do ICOM: Lições a partir de Quioto <https://www.patrimonio.pt/post/em-torno-da-definição-de-museu-do-icom-lições-a-partir-de-quioto> 2019

COMES, J. Relatório de atividades do Museu do Baixo Tocantins Triênio. 09/2018 09/2021), UFPA, Campus de Abaetetuba, 2021.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília. IPHAN 2000.

IBRAM. Caderno de Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF, 2018.

RBCMU - Plataforma Unificada do Setor Museal Brasileiro Pautas e Necessidades Específicas das Coleções e Museus Universitários Brasileiros/São Paulo, USP 2022.

PARA UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PLURAL: OS DESAFIOS DE UM MUSEU DE IMIGRAÇÃO HOLANDESA NO INTERIOR DO PARANÁ

Lucas Oliveira Fontoura Kugler
Guilherme Felipe Silva de Castro

Trabalhar a educação patrimonial no município de Carambeí é romper com as fronteiras do museu. A educação museal neste espaço é um palco de sentidos, vozes e ressignificações. Como diria Mário Chagas - “[...]A educação, o museu e o patrimônio são campos de tensão e de devoração, mas também são pontes, práticas e dispositivos que provam sonhos.” (CHAGAS, 2013, pg. 6). A questão patrimonial do território se faz evidente entre as tensões de quem fala – e de quem ouve. Os patrimônios culturais preservados pela instituição Parque Histórico de Carambeí são, em sua maioria, vinculados à uma cultura imigrante. A maior parte do acervo do museu traz consigo a memória de imigrantes holandeses e, por esse motivo, nem todos os carambeienses se enxergam nas vitrines do museu. Pode a mediação cultural neste espaço dialogar com esta questão?

Carambeí é um município no interior do Paraná que tem a sua gênese nas sesmarias de portugueses e luso-brasileiros nos sécs. XVIII e XIX, com sua estrutura econômica baseada no tropeirismo, à chegada de imigrantes – italianos, poloneses, alemães, indoholandeses e, principalmente, holandeses no começo do séc. XX, os quais formaram a colônia de Carambeí (SATO, 2008). Este grupo de neerlandeses desenvolveu no local uma cooperativa (Batavo) que impulsionou o crescimento e possibilitou a emancipação de Carambeí do município de Castro no ano de 1995. A comunidade sempre teve o interesse em registrar a sua memória através de publicações memorialistas e em desfiles temáticos que celebravam os 25, 50 e 75 anos da colônia de Carambeí. A criação do museu, no ano de 2001, nasceu desta trajetória memorialista, com o foco na imigração holandesa, mas, aos poucos, a instituição buscou abranger outras culturas que auxiliaram na formação do município, inclusive, buscando expandir a sua missão institucional de acordo com a nova definição de museu pelo ICOM, de fomentar a diversidade (2022).

Respondendo a este desafio, e às reflexões que suscitamos, o Núcleo Educativo do museu, desde 2016, vem buscando através da educação museal e patrimonial, construir novas posturas - respeitando a diversidade cultural à medida que fortalece o sentimento de pertencimento de outros indivíduos que compõem a sociedade. Essa metodologia, segundo Franco (2019), promove uma percepção de mundo crítica, além de desabrochar sensibilidades voltadas para valorização dos bens culturais com os quais convivemos. Nossas ações educativas visam abordar o patrimônio resguardado na instituição junto ao conceito de Patrimônio Integral (IBRAM p.129, 2018), conectando as várias camadas da diversidade presentes no município.

Ações como Etnia e diversidade (Kugler, 2016) e Consciência negra, são propostas decoloniais que partem do princípio de que a cidade possui várias facetas, composta de uma pluralidade étnica. Destacamos também a ação educativa Mapa do Patrimônio, vinculada com as escolas municipais de Carambeí, utilizando a metodologia do Inventário Participativo do IPHAN (FLORÊNCIO, 2019). Nesta ação educativa, contemplada no Plano de Trabalho premiado pelo Edital Darcy Ribeiro de 2019, alunos puderam se tornar protagonistas no processo de inventariar os múltiplos patrimônios de Carambeí que os representam enquanto sujeitos históricos, herdeiros das memórias plurais da formação deste território. Pelos materiais recebidos, percebemos que ainda é precária uma educação patrimonial aplicada nos espaços formais de ensino, mas a dimensão que sentimos é de que alguns bens culturais já eram há muito tempo vistos como pontos de referência sobre a história de Carambeí, como a Capela Imaculada Conceição, cuja construção antecede a formação da colônia de imigrantes holandeses. Os materiais produzidos pelos alunos no Mapa do Patrimônio, tanto a respeito dos patrimônios materiais quanto imateriais, podem ser acessados no link: <https://www.aphc.com.br/mapa-do-patrimonio/>.

Herdeira de concepções freireanas, a educação patrimonial é uma espécie de “alfabetização cultural”, partindo dela a possibilidade de um reforço da autoestima de indivíduos e comunidades a sentirem-se parte da construção da história local nacional (GIL, 2014). Por meio dela, buscamos a democratização do acesso ao museu e interação da sociedade junto às nossas atividades, tornando as ações educativas num palco de dialogicidade, principalmente quando trabalhamos com a mediação cultural. Nesse sentido, a mediação é uma ponte onde se articulam múltiplos sentidos (CHIOVATTO, 2000), onde, em nosso Educativo, possibilitamos diferentes maneiras de estar e dialogar no museu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Revista Eletrônica do Iphan. Dossiê Educação Patrimonial N°, 2013.
- CHIOVATTO, Milene. O professor mediador. Artes na escola, Boletim, n. 24, 2000.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: Iphan, 2016.
- FRANCO, Francisco Carlos. Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.
- GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). Patrimônio cultural e ensino de história. Porto Alegre: Edelbra, 2014.
- IBRAM. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 132p.
- ICOM. ICOM aprova nova definição de Museu. ICOM (online), 2022.
- KUGLER, Lucas. ORIGENS ÉTNICAS E TRAJES TÍPICOS; UM RESGATE IDENTITÁRIO ATRAVÉS DO LÚDICO ENTRE A ESCOLA E O MUSEU. COLÓQUIO EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO: CULTURA E NATUREZA NOS CAMPOS GERAIS. 2016. p. 32.
- SATO, A. J. ; SLONIK, A. C. ; AXT, J. ; LAMB, R. E. . Formação histórica de Carambeí - Etnias, cultura e território. 1. ed. Castro: Kugler Artes Gráficas Ltda, 2008. v. 1. 170p.

“PESQUISADORES(AS)” & “ANIMADORES(AS)” MUSEAIS INDÍGENAS NA ALDEIA: A EXPERIÊNCIA INTERGERACIONAL DO NÚCLEO EDUCATIVO DO MUSEU DOS KANINDÉ NO CEARÁ

Suzenilson da Silva Santos – Kanindé¹

Resumo

Nos últimos anos, o povo indígena Kanindé tem atuado na apropriação de um processo museológico, protagonizado pela construção de um “museu”, um “espaço de memória” e “centro de documentação” no território assumido um importante papel na luta e resistência ao se constituir em um potente espaço de realização de ações educativas museais indígenas. Em março de 2021, deu-se início ao “Programa de Formação Continuada da 3ª- Geração de Monitores/as do Núcleo Educativo do Museu dos Kanindé”, continuidade das ações de pesquisa e formação nos campos da memória, do patrimônio e da museologia indígena desenvolvidas junto à população do Sítio Fernandes desde 1995, quando o museu foi criado pelo Mestre da Cultura Cacique Sotero. Um dos desafios deste processo formativo, executado no segundo ano da pandemia da COVID-19, residiu na promoção de uma associação entre as tecnologias da informação/comunicação e um conjunto integrado de atividades voltadas ao desenvolvimento de processos pedagógicos de ensino-aprendizagem desde o museu, tendo em vista a atuação de um grupo de jovens Kanindé como pesquisadores/as e animadores/as culturais da população da aldeia, a partir da memória social e do patrimônio cultural. O presente trabalho pretende abordar as atividades museais indígenas desenvolvidas durante o período de pandemia da COVID 19 pelo museu dos Kanindé localizado no estado do Ceará.

Palavras – chave: Museu Kanindé – Ações Educativas – Pandemia.

INTRODUÇÃO

Em 2020, o Museu dos Kanindé completou 25 anos e, em 2021, o Núcleo Educativo da instituição completou 10 anos de existência. Premiado nacional e estadualmente, como uma referência entre os museus indígenas do Ceará e uma das principais instituições museológicas comunitárias brasileiras. Seu criador, o Cacique Sotero, recebeu em 2019 o título de Tesouro Vivo da Cultura do Estado do Ceará, prêmio concedido pela SECULT-CE. Foi um título inédito no Brasil, inaugurando nacionalmente uma nova categoria dentre as premiações para mestres das culturas populares e

¹ Mestre em Humanidades – Unilab – CE Doutorando em História – Universidade Federal do Ceará – UFC Coordenador Museu Indígena Kanindé Membro da Rede Indígena de Memória e Museologia Social

detentores de conhecimentos tradicionais: Mestre em “Museologia Indígena” dando ênfase ao seu saber fazer quando reverteu saberes apreendidos e acumulados em suas experiências de vida na criação de uma “expografia caleidoscópica” (Gomes, 2016; Santos, 2021), que reflete as múltiplas temporalidades e formas de vida e cultura presentes em seu fazer museológico.

Destacamos neste trabalho as atividades do “Programa de Formação Continuada da 3ª- Geração de Monitores do Núcleo Educativo do Museu dos Kanindé” que foram desenvolvidas durante o ano de 2021 em plena pandemia da COVID 19 no território indígena Kanindé no estado do Ceará visando dar continuidade às ações de pesquisa e formação nos campos da memória, do patrimônio e da museologia indígena que vem sendo desenvolvida junto à população que vive no território do Sítio Fernandes a partir da realização de atividades e eventos culturais destinados à formação de uma geração de jovens Kanindé para desempenharem a função de monitores do Museu dos Kanindé: o Núcleo MUKA, Museologia Kanindé.

O Museu dos Kanindé foi a primeira organização educacional e cultural, aberto ao povo da Aldeia Fernandes entre os anos de 1995 e 1996. Com o acirramento da luta, principalmente pela terra, surgiu a AIKA (Associação Indígena Kanindé de Aratuba) e iniciou-se o movimento por uma educação escolar diferenciada, em 1999. Ao longo dos anos, organizados nessas instâncias – associação, museu e escola, os Kanindé têm desenvolvido vários projetos voltados para o fortalecimento da cultura, da educação e da história do povo, em prol de uma trajetória histórica de luta pelo direito ao bem-viver.

Um dos aspectos mais importantes do trabalho desenvolvido pelo museu diz respeito à formação de novas gerações em prol do fortalecimento da identidade e da cultura Kanindé. O museu é como uma grande árvore de conhecimentos, na qual há raízes, troncos e folhas, com muitas flores e frutos que dão novas sementes. Constitui um espaço onde jovens e crianças fazem pesquisas e se aprofundam no conhecimento sobre a história e as origens do povo, em estreito e permanente diálogo com troncos velhos “guardiões da memória” e lideranças tradicionais. A parceria entre museu e escola tem sido fundamental na realização das diversas atividades com o patrimônio e a memória, porque estas duas instituições educacionais são espaços onde se expressam de maneira mais dinâmica a relação do povo com as tradições e os modos de ser e estar no mundo do povo Kanindé.

DESENVOLVIMENTO

Com a pandemia da COVID19, se aceleraram os processos de comunicação em ambientes virtuais por meio de ferramentas digitais entre o povo Kanindé. A paralisação das aulas da escola indígena e das atividades da associação, junto ao fechamento do museu, provocaram mudanças drásticas em nossa vida comunitária.

As atividades escolares e museais passaram a acontecer prioritariamente por meio de plataformas de videoconferência e o uso das redes sociais, que já era bastante disseminado, principalmente entre a juventude, passou a ter cada vez mais uma função educativa. Rapidamente, uma realidade que parecia distante passou a fazer

parte do cotidiano da aldeia. Ao longo de 2021, um dinâmico ciclo de atividades educacionais por meios digitais tornou as interações no espaço virtual o formato comunicacional predominante dentre as ações museais realizadas pelo espaço do museu.

O Programa de Formação Continuada do núcleo MUKA Kanindé desenvolveu-se através de Ciclos Formativos de duração variável, executados por meio de projetos interligados coordenados por uma equipe multidisciplinar, composta por formadores indígenas do próprio povo Kanindé e profissionais, professores/as, técnicos e parceiros/as indicados para tratarem de temáticas específicas. As ações formativas foram coordenadas pelo professor Suzenilson da Silva Santos, sob orientação do Cacique Sotero e de outras lideranças tradicionais, com assistência de Antônia Santos e assessoria técnica de Alexandre Gomes.

CONCLUSÃO

Os conhecimentos da museologia indígena Kanindé como assim de outros povos indígenas tem sido fundamental para aprofundarmos sobre a existência de museus indígenas no Ceará, no Nordeste e no Brasil chamando a atenção principalmente por seus processos próprios de formação e aprendizado, suas representações acerca do falar sobre si: “ dos índios para os índios”, e, acima de tudo, seu processo que mostram uma etnografia própria de fazer e de realizar um museu com a contextualização dos seus processos de apropriação diante das realidades indígenas.


O Núcleo Muka – Museologia Kanindé criado através do programa de formação do Museu dos Kanindé foi e continua sendo uma expressão da utopia futurista nascida de um projeto de memória originário das matas do Sítio Fernandes, constituindo uma iniciativa de âmbito étnico-tecnológico voltada ao desenvolvimento de formatos inovadores de apropriação de ferramentas digitais e à implementação de processos comunicacionais virtuais de âmbito comunitário sendo planejado para funcionar como uma incubadora de projetos e ideias para as quais convergem o protagonismo político indígena e as ferramentas e tecnologias da informação e comunicação, tendo em vista o avanço da organização local, o aperfeiçoamento da autogestão do território e a reinvenção de conhecimentos tradicionais, visando a promoção da diversidade étnica e da educação intercultural de modo articulado aos processos educacionais-museológicos associados a realização de investigações participativas entre os Kanindé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Alexandre Oliveira. Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade no Museu dos Kanindé de Aratuba/CE. 2016. Recife: Editora da UFPE (Série Etnicidade).

_____. Museus indígenas, mobilizações étnicas e Cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico. Tese (Doutorado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

Santos, Suzenilson da Silva. Um museu indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará. Dissertação (Mestrado em Humanidades). Redenção: UNILAB, 2021.



MESA 5: Experiências Acessíveis

- 142 **Oficina de Férias do setor Educativo do Museu de Arte Murilo Mendes - relato de experiências**
Ana Luísa Pinheiro Affonso, William Lourenço Simões e Hannah Fagundes Paskin
- 144 **Uma visita guiada para pessoas com deficiência visual no Museu Municipal de Uberlândia**
Caroline Mallmann Cruz
- 146 **Arte para Maiores: Como se apaixonar por arte após os 60 anos**
Cristine Pieske, Jacqueline Prado e Leonardo Felipe Matuchaki
- 150 **“Puxa, ela trouxe o menino” Os museus como espaços educativos para o deficiente intelectual**
Fabiana Ferreira Santos
- 152 **Ação educativa de obras do século 19 com bebês**
Joana Aparecida da Silveira do Amarante

OFICINA DE FÉRIAS DO SETOR EDUCATIVO DO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES - RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Ana Luísa Pinheiro Affonso,
William Lourenço Simões e
Hannah Fagundes Paskin

A Oficina de Férias do Museu de Arte Murilo Mendes é uma ação realizada pelo Setor Educativo do museu, (órgão suplementar da Universidade Federal de Juiz de Fora), prevista pelo Plano Museológico da instituição e teve seu início no ano de 2012, ano em que eu era bolsista do setor. De 2018 a início de 2023, realizei a Oficina como coordenadora do Educativo, trabalhando de 2021-23 com os bolsistas co-autores deste trabalho.

A ideia surgiu a partir de uma demanda da comunidade civil, mas sobretudo da vontade da equipe do Educativo, na época era então formada por 2 funcionários terceirizados com formação em Artes e 4 bolsistas de treinamento profissional, estudantes de graduação em Artes na UFJF, de vivenciar uma ação mais continuada dentro do espaço museal e de observar esse tempo maior das crianças com o museu, diferente das visitas mediadas que duram 1h30, em média.

A Oficina de Férias seguia a seguinte programação: 2 semanas de janeiro e de julho, sendo que cada semana era destinada a 2 turmas de faixas etárias distintas: crianças de 7 a 9 anos e de 10 a 12 anos, durante as tardes de segunda à sexta. Um evento gratuito, aberto, com inscrição prévia. E assim recebemos crianças de todas as partes da cidade, a maioria entrando naquele museu (ou em um museu) pela primeira vez.

Desde o início entendíamos a Oficina de Férias como uma ótima oportunidade de mediar as obras, de apresentar o poeta Murilo Mendes com mais calma, de poder explorar todo o espaço do museu e jardins, de apresentar os demais funcionários que compõem o MAMM através de aventuras, de poder conversar e produzir Arte diferente dos moldes escolares, de mostrar que os jardins também eram espaços de jogar bola, fazer picnic. Mas fomos percebendo que podíamos mais, as crianças também! Com um setor Educativo mais amadurecido, vimos que podíamos transformar a Oficina em um grande ateliê aberto de criação e diversão, para as crianças e para nós. Era urgente dar mais autonomia para as crianças e criarmos uma comunidade mesmo que só durante aquela semana, ouvindo o que ela tinha a nos dizer.

As crianças começaram então a criar suas próprias narrativas de Murilo Mendes, começaram a participar efetivamente da tomada de decisões, a criar estratégias de mediação junto com a gente. Começamos a pensar o nosso corpo, presente naquele museu, naquela Oficina, assim como bell hooks fala em Ensinando a Transgredir (2017). Que corpo é esse? O que o corpo quer dentro da galeria? Trazemos para mais

perto de nós o material educativo da 34a Bienal de São Paulo - Convite à atenção. E no meio de todo aquele burburinho, abrimos espaço também para o relaxamento e contemplação.

Começam a “andar” conosco também o grupo italiano Segni Mossi, que une dança e desenho e a artista e educadora dinamarquesa Anne Marie Holm. Realizamos atividades como o “Circuito do desenho”, “Jardim de esculturas”, “Artista pergunta / artista responde”, “Pintura coletiva” (que virou guerra de tinta em janeiro de 23 e depois banho de mangueira, foi uma delícia!), entre outras tantas. Percebemos nesse caminho, com experiências que nem sempre deram certo, mas que fizeram da Oficina de Férias um dos eventos mais consolidados do Museu de Arte Murilo Mendes, que devemos continuar caminhando com as crianças, com liberdade, atenção e cuidado com o outro, com o museu. Que mais importante do que quem foi Murilo Mendes, o que é Arte Moderna, é pensar o museu como um lugar que possibilite às crianças serem quem elas quiserem ser, imaginar novas possibilidades de ser e estar no mundo, criarem afetos com o museu, se divertirem, correrem, andarem em câmera lenta, gritarem, sussurrarem, tudo isso através da Arte, com amor e respeito.

Referências Bibliográficas

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Grupo italiano Segni Mossi: <https://www.segnimossi.net/en/> acessado em 15/01/2023

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes. 2017.

HOLM, Anne Marie. Fazer e pensar arte. São Paulo: MAM-SP, 2005.

UMA VISITA GUIADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUSEU MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Caroline Mallmann Cruz

O relato de experiência aqui descrito tem por objetivo apresentar uma visita guiada feita a duas pessoas com deficiência visual acompanhadas de seus cães-guias ao Museu Municipal de Uberlândia, essa visita e a experiência que resultou dela integram agora, juntamente com outras ações, um projeto de acessibilidade já em andamento no Museu.

Segundo a Declaração Internacional de Direitos Humanos redigida pela ONU, “toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que desse resultam” (ONU, 1948). Para garantir esse acesso, é crucial que os espaços culturais estejam livres de barreiras físicas, de comunicação e de fruição. De acordo com o Censo de 2010, aproximadamente 23,9% da população possui algum tipo de deficiência. Esse número não engloba ainda pessoas com mobilidade reduzida, o que aumentaria consideravelmente a quantidade de pessoas que são impedidas do pleno exercício da cidadania por não terem acesso a espaços sem recursos de acessibilidade.

Baseando-se na necessidade de inclusão e na possibilidade de fazer com que o espaço do Museu seja não somente aberto e receptivo, mas também de interesse e proveito da população com deficiência, foram desenvolvidas novas propostas de acessibilidade, entre elas uma visita guiada acessível para pessoas com deficiência visual. O espaço do Museu Municipal já conta com adequações legais de acessibilidade como rampas, corrimãos e elevadores, esse novo projeto inclui alterações não incluídas em lei que têm a intenção de trazer interesse e acolhimento para a população com deficiência.

Em janeiro de 2023 o Museu recebeu para visita guiada duas pessoas com deficiência visual. O Museu Municipal de Uberlândia é um Museu Histórico Antropológico que conta suas histórias através da exposição de objetos. O espaço expositivo se divide em dois andares, com quatro espaços de exposições permanentes no primeiro piso e outros três espaços de exposições temporárias, mais um com exposição permanente, no segundo piso. A visita se iniciou através dos espaços que contam a história da cidade e, além de contar a história da cidade, também foi utilizada a descrição dos espaços e dos objetos para situar as visitantes no espaço e contexto apresentado. Após percorrer os espaços, que não são acessíveis ao toque por se tratar de exibição de objetos tombados e preservados, foram utilizados objetos parte de um projeto educativo escolar que conta com miniaturas e objetos não tombados para acrescentar compreensão à história contada. As visitantes tiveram a oportunidade de entender o funcionamento e o contexto dos objetos apresentados com a

experiência tátil oferecida. Com essa visita foi possível compreender a necessidade de inclusão de espaços, ações e treinamentos específicos para que todas as pessoas sejam bem recebidas e tenham uma experiência completa e agradável em espaços culturais; tendo em mente que essas ações não são exclusivas e podem ser vantajosas a pessoas com e sem deficiência.

A inclusão de objetos e maquetes táteis, sinalização acessível, entre outras adições, fazem parte do projeto de acessibilidade mencionado previamente; por isso, essa e outras visitas e ações estão sendo feitas em fase experimental e com mudanças a cada passo de evolução do projeto.

Essa visita mostrou que é possível fazer com que pessoas com deficiência visual e outras deficiências e necessidades tenham uma experiência proveitosa em espaços culturais, conquanto sejam feitas adequações intencionais para gerar uma boa experiência.

REFERÊNCIAS

Acessibilidade em Museus. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/268>> . Acesso em: 19 dez. 2022.

Desenho universal: um conceito para todos. https://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf , 2007. Disponível em: <https://maragabrilli.com.br> . Acesso em: 3 jan. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, [S. l.], 25 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.949%2C%20DE%2025,30%20de%20mar%C3%A7o%20de%202007 . Acesso em: 4 jan. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA-GERAL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, [S. l.], 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 3 jan. 2023.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 2. ed. [S. l.]: WVA, 2014.

UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights. In: Universal Declaration of Human Rights. [S. l.], 8 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/english> . Acesso em: 3 jan. 2023.

ARTE PARA MAIORES: COMO SE APAIXONAR POR ARTE APÓS OS 60 ANOS

*Cristine Pieske
Jacqueline Prado
Leonardo Felipe Matuchaki*

INTRODUÇÃO

Criado em 2014 a partir do prêmio Modernização de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o programa Arte para Maiores (APM) busca despertar o interesse pela arte contemporânea e a ampliação cultural das pessoas idosas. O objetivo é favorecer o contato com as artes visuais e proporcionar uma visão mais ampla das artes, contribuindo na superação de barreiras simbólicas geradas pelo afastamento dessa faixa etária das poéticas artísticas contemporâneas. Em 2019, recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro (IBRAM) que reconhece iniciativas de educação museal com impacto cultural e social.

Para participar não é necessário possuir conhecimentos prévios em arte, e as atividades são relacionadas às exposições em cartaz no Museu Oscar Niemeyer (MON). O projeto incentiva a percepção, experiência, criatividade e o bem-estar social das participantes, promovendo um envelhecimento mais ativo, produtivo e saudável.

O APM parte do diálogo e do exercício artístico para a troca de saberes e da construção de novas experiências, relacionando os conteúdos das exposições ao repertório pessoal das participantes. Favorece a formação continuada, pois incentiva a participação sequencial, a leitura e pesquisas complementares após as atividades no Museu.

DESENVOLVIMENTO

O Arte Para Maiores oferece ao público duas sessões mensais, com três horas de duração. As atividades combinam teoria (mediações) e prática (oficinas), e em alguns encontros há a participação de artistas convidados.

A mediação, realizada por um educador museal ou no formato de rodas de conversa, tem como objetivo ampliar o contato com a exposição-tema do encontro, encorajando novas percepções e a formação para autonomia das participantes. Nas sessões com a participação de artistas, curadoras(es) ou pesquisadoras(es) externas, o APM oportuniza às participantes o contato direto com o(a) convidado(a) para dialogar sobre suas motivações e processos de criação.

As propostas de oficinas são diversificadas quanto às temáticas e linguagens. Essas práticas favorecem a imaginação, criatividade e autoestima das participantes, além de ajudá-las a superar barreiras simbólicas relacionadas à arte.

Todas as etapas do plano de atividades são somadas para que as participantes sintam-se confiantes e possam (re)descobrir seus potenciais por meio da arte.

Desde o ano de 2020, com os desafios gerados pela pandemia de Covid-19, o programa passou a ofertar ações digitais, realizando videoconferências com convidados(as). Atualmente, os encontros on-line operam de forma independente e permitem a participação de pessoas que vivem em outras cidades e Estados, sendo considerados oportunidades para ampliar o conteúdo visto durante as sessões presenciais.

Além dos encontros, o APM oferece atendimentos para grupos. Esse formato é destinado a instituições que atuam na assistência social a idosos, como CRAS, CATI, casas de repouso, asilos, grupos de pessoas com Alzheimer e outros. As atividades consistem em visita mediada nas exposições e pelo espaço arquitetônico do MON, buscando diferentes aproximações com o tema através do diálogo e exercício de apropriação da arte.

CONCLUSÃO

Sensibilizar pessoas que pretendem estreitar sua relação com as artes visuais e que desejam se (re)aproximar do campo da produção artística e cultural é um desafio que não deve ser ignorado pelas instituições culturais. É preciso combater o etarismo e reconhecer que as pessoas idosas possuem potências, intenções e desejos de um envelhecimento ativo e produtivo.

Ao longo de quase uma década, o projeto Arte para Maiores - ao enfatizar a importância da jornada individual e do processo de descoberta artística - tem construído afetividades e afinidades coletivas, permitindo que os(as) participantes se apaixonem pela arte a partir de suas próprias experiências. A longevidade do programa evidencia a acolhida da sua proposta junto ao público-alvo, e encoraja a aposta por novos desdobramentos que reforcem ainda mais o seu alcance social.

REFERÊNCIAS

Educação museal e educação não-formal:

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. 3o edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996. pg 64-71

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rev. Bras. Educ. 2002, n.19, pg. 20-28. ISSN 1413-2478.

GARCIA, Valéria A. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S. (Orgs.). Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Editora Setembro, 2005.

MARANDINO, Martha (Org.). Educação em museus: a mediação em foco. São Paulo: Geenf/ FEUSP, 2008.

MARTINS, Mirian Celeste. Entrevistas: a inquietude de professores-propositores. In: Santa Maria, v.31 – n.02, p. 227-240, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117232003.pdf>>

Arte e Sentidos:

BOURRIAUD, N. Estética relacional. Tradução de: BOTTMANN, Denise. São Paulo: Martins, 2009. (Coleção Todas as Artes).

CAPRA, F. Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix. 1996.

_____. As conexões ocultas. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CAPRA, F.; STONE, M. K.; BARLOW, Z. e outros. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

CLARK, Lygia, GULLAR Ferreira e PEDROSA, Mario. Lygia Clark. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980

DEWEY, John. Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. Experiência e educação. Tradução: TEIXEIRA, Anísio. São Paulo: Editora Nacional.1971

DUARTE JUNIOR, João-francisco. O sentido dos sentidos: a educação do sensível. 2. ed. Curitiba: Criar, 2001.

KREMER, Nair. Deslocamentos Experiências de Arte-Educação na Periferia de São Paulo, Nair Kremer. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo
JUSTINO, M. J. Seja marginal, seja herói: modernidade e pós-modernidade em Hélio Oiticica. Curitiba : Editora da UFPR, 1998.

MARTINS, Luciana Conrado [et.AL]. Que público é esse? Formação de públicos de museus e centros culturais. 1 ed, Percebe: São Paulo, 2013, p. 36.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTAGU, Ashley. Tocar: o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1988. 427 (Novas buscas em psicoterapia; v.34).

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 30 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

READ, Herbert. A educação pela arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTAELLA, Lucia. Corpo e comunicação: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

MATER NATURA. Instituto de Estudos Ambientais. REDEScobertas dos Sentidos. Projeto. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/nossas-acoes/projetos/a-percepcao-do-mundo-pela-arte-redescobertas-dos-sentidos/>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

KELEMAN, S. O corpo diz sua mente. São Paulo: Summus, 1996.

Sobre o Idoso e Inclusão:

BOSI, Ecléa. Formando o olhar de testemunhas do presente. Comunicação & educação, ano XVIII, n. 2, jul/dez 2013.

_____. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Uma experiência humanizadora. GURGEL, Luiz Henrique, OLIVEIRA, Maria Antonieta de. LAGINESTRA, Cida. Na ponta do Lápis, Ano I, n. 2, Agosto/setembro de 2005.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. Revista científica internacional, Edição 20, volume 1, artigo no 7, p. 106-132, Janeiro/Março 2012.

FERRIGNO, José Carlos. O Cidadão idoso: consumidor e produtor cultural.

In: ALC NTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. Política nacional do idoso :velhas e novas questões. Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

SANTAELLA, Lucia. Corpo e comunicação: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

“PUXA, ELA TROUXE O MENINO” OS MUSEUS COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS PARA O DEFICIENTE INTELECTUAL

Fabiana Ferreira Santos

Em meados do mês de novembro de 2017 cheguei ao Museu Municipal de Caxias do Sul com uma turma do 2o ano de uma das tantas escolas da rede municipal de ensino.

Estávamos, eu e as crianças, nos preparando para entrar, enquanto alguns estudantes aguardavam sentados nos diversos degraus da escadaria que dá acesso ao prédio. Ao finalizarmos os preparativos, prontos para iniciar a visita, ouvimos de uma das pessoas vinculadas à instituição: “Puxa! Ela trouxe o menino!”. Ela se referia ao estudante deficiente que necessitava de andador devido a uma paralisia cerebral que tivera quando nasceu. O título do presente artigo se originou deste fato, quando percebi que para incluir é necessário acolhimento, provocação, diálogo e igualdade.

Como professora da rede pública de ensino do referido município, e adepta a utilização dos museus enquanto possibilidade pedagógica, procuro envolver os educandos sem seu contexto social e cultural, demonstrar que sua cultura necessita dialogar com todos os espaços da cidade em que vivem e, logo, com todos os espaços que colaboram para sua constituição enquanto sujeitos. Desse modo, uma maior compreensão em relação aos espaços de educação além da escola proporcionaria aos educandos novas possibilidades que, aparentemente, favoreceriam suas aprendizagens abrindo caminhos para uma educação inclusiva.

O presente artigo problematiza a seguinte questão: De que modo, os museus de Caxias do Sul¹ contribuem para os processos educativos/pedagógicos do deficiente intelectual? Metodologicamente essa investigação nos conduz ao caminho do paradigma indiciário, da pesquisa qualitativa e documental. Para tanto, com o intuito de fortalecer o estudo, procuro dialogar com o pensamento de Freire, sobre a necessidade de valorização da cultura dos estudantes e da leitura de seu mundo; juntamente com a teoria de Feuerstein, por meio da Aprendizagem Mediada, que nos propõe a perceber que as pessoas com deficiência intelectual podem apresentar aptidões cognitivas satisfatórias, se forem adequadamente estimuladas em diversas situações de aprendizagem; e por fim, Chagas, na perspectiva do Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM, para quem o museu seria um “dispositivo estratégico para a defesa da dignidade social, da cidadania e do direito à criatividade e à memória” (CHAGAS, 2014, p. 429).

¹ O estudo aborda o Museu Municipal de Caxias do Sul, Museu de Ambiente Casa de Pedra, Museu da FEB - Ex-Combatentes da FEB na II Guerra Mundial e Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul - MUSCAP -, por serem os mais visitados pelas escolas públicas e particulares do município.

Antecipo que seria necessário um olhar mais atento dos museus em relação ao público escolar, já que a escola possui um público amplamente diversificado. Acredito que os estudantes com deficiência intelectual necessitam de situações de aprendizagens significativas, para tanto, compreender que nem todos aprendem igualmente, e que o museu poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo do deficiente intelectual, por meio de uma educação museal inclusiva, é uma alternativa viável para a superação da indiferença. Diante disso, percebo que os espaços aqui estudados, possuem um aparente descompasso, entre o que querem fazer e aquilo que comumente fazem, ao receber um deficiente como visitante, inclusive pelo desamparo das autoridades públicas, que não oferecem recursos suficientes para que uma possível mudança seja efetivada. Ao longo do estudo, proponho reflexões entre os museus públicos e privados da cidade, considerando a forma como estes se destacam para a comunidade; algumas políticas municipais para acessibilidade e considerações sobre a transitabilidade no interior dos espaços; análise das ações pedagógicas propostas em seus projetos educativos, investigando como elas contribuem para que o estudante com deficiência intelectual possua uma aprendizagem significativa que colabore para seu progresso cognitivo. Com os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas percebi o quanto precisamos avançar para que todas as pessoas possam exercer o direito de frequentar os espaços públicos de educação e cultura.

AÇÃO EDUCATIVA DE OBRAS DO SÉCULO 19 COM BEBÊS

Joana Aparecida da Silveira do Amarante¹

Introdução

Esse breve relato de experiência, tem como mote uma pergunta que perdurou toda a exposição “Mais Humano: Arte no Brasil de 1850-1930”, em cartaz de julho de 2022 a janeiro de 2023 no Instituto Collaço Paulo - Centro de Arte e Educação. Todas as ações educativas das mais de 20 turmas de escolas públicas e particulares até a confecção do material educativo “Em Busca de Sentidos: Mais Humano”, esse questionamento atravessou as atividades do núcleo, porém, talvez a mediação mais sensível, aconteceu para uma turma de bebês de 1-2 anos.

Sobre esse novo espaço

O Instituto Collaço Paulo – Centro de Arte e Educação é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 2022, com o propósito da promoção da arte e da cultura através de programas de cunho educativo. Seu objetivo é salvaguardar a coleção particular Collaço Paulo, constituída ao longo de mais de 40 anos, que abarca artistas brasileiros e catarinenses do século 19 e 20 compreendendo trabalhos de distintos períodos históricos, diferentes escolas, movimentos e estilos. O Núcleo Educativo se constitui nesse mesmo período e recebe o papel principal, dentro da missão institucional, de trabalhar de forma acessível essa coleção.

Uma das práticas do setor, além das visitas mediadas, é a construção de percursos de mediação dos quais os professores possuem a possibilidade de escolha, assim como das atividades imersivas, tornando a visita o mais próximo do que está sendo trabalhado em sala de aula. Na exposição “Mais Humano”, estabeleceu-se três recortes: “Um Trajeto sobre a Arte Brasileira de 1850-1930”, um panorama geral sobre a exposição; “Sobre os Daqui e os De Lá”, uma abordagem sobre os artistas estrangeiros e os de Florianópolis e, por último, já pensado como uma ação educativa dentro do espaço expositivo, o percurso “Narrativas Imaginadas” que convocava o diálogo e a participação do público.

Já as atividades de ateliê, dividiram-se em monotipia para pensar o autorretrato; como se monta uma exposição e, por fim, pensar a cidade e a paisagem do entorno. Os agendamentos são realizados em formulário on-line, no qual o professor ou grupos interessados tem acesso a esses recortes, escolhidos em uma combinação aleatória por eles e, conta ainda, com um campo para explicarem o objetivo dessa vi-

¹ Mestre em Teoria e História das Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2013. Coordenadora do Núcleo Educativo do Instituto Collaço Paulo – Centro de Arte e Educação.

sita. Com essas três informações, a equipe educativa pensa em como essa mediação poderá ser desenvolvida com o melhor aproveitamento para ambos.


“Como você falará sobre obras de 1850 para crianças?”

Essa pergunta, realizada de forma direta por uma convidada, perdurou todo o processo de construção dos materiais educativos envolvidos na exposição “Mais Humano”. Em um primeiro momento, buscou-se entender esse período dentro do cenário brasileiro a partir da curadoria de Francine Goudel. Percebeu-se que as pinturas presentes nas salas expositivas poderiam ser facilmente aproximadas com as linguagens contemporâneas. Mas, como isso aconteceria com bebês?

Entende-se que com crianças tão pequenas, o processo se dá através da sensibilização do olhar e o de possibilitar um outro tipo de relação com o espaço ocupado. A visita em questão, encarada como um desafio, foi o do NEIM Celso Pamplona, localizado no bairro Jardim Atlântico (Florianópolis/SC), composto por oito bebês entre 1-3 anos de idade, com a supervisão de cinco professoras e auxiliares de sala de aula.

Desde o acolhimento e a visita, deu-se em conjunto com essas professoras, o que permitiu uma aproximação mais significativa com as crianças. Inicialmente, foi trabalhado os estímulos táteis, do que pode e o que não pode ser tocado e, logo em seguida, com os estímulos sonoros, para a identificação de animais como cavalo, galinha e vaca, assim como o som de outros componentes que poderiam ser identificados nas pinturas de maior dimensão e dispostas de forma mais acessível ao olhar desse grupo. Após essa sensibilização, foi realizada a visita mediada propriamente dita, ainda com os estímulos sonoros. Os bebês percorreram as cinco salas identificando o que estariam escutando, além do estímulo para reconhecerem cores, rostos e diferentes paisagens.

Essa visita é escolhida, pois abre espaço para mediações para um público bem específico, o de bebês que frequentam núcleos educativos, as antigas creches, possibilitando sua participação dentro da sociedade e sua presença em espaços culturais. Estimulando o olhar através de texturas de objetos ou tecidos; o uso de espelhos para observar as obras expostas e os estímulos sonoros que proporcionam uma experiência imersiva e significativa para esse grupo. Claro, que se entende se tratar de um campo ainda com pesquisas recentes, mas a partir dessa e de outras experiências, abre-se uma possibilidade do contato com arte desde a primeira infância.



MESA 6: Gestão das Práticas Educativas

- 156 **A inserção de adolescentes na equipe de um setor educativo: a experiência da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (UFRJ)**
Andréa Fernandes Costa
- 158 **Práticas educativas de Museologia Social no Museu do Homem do Nordeste, 2015 a 2019**
Daniel Vicente Santiago
- 160 **Cardápio Cultural: Que projeto é esse?**
*Douglas Alves da Silva e
Elisangela Castedo Maria Do Nascimento*
- 163 **Estratégias Educacionais: Panorama das Ações Educativas do Museu Casa Kubitschek**
Hellen Tauana Silva Batista
- 165 **O projeto de educação do novo Museu do Ipiranga**
Isabela Ribeiro de Arruda
- 167 **“Só pra ver como é”: quem (se) vê no museu e o que a mediação tem a ver com isso?**
Jamille Maria Carvalho Barros
- 169 **A contribuição do Setor Educativo do Memorial de Justiça para o Tribunal de Justiça de Pernambuco**
*Mariana Jucá Rodrigues de Brito e
Laura Rebeka Tavares de Souza*
- 171 **Relato do Educativo do Museu Flamengo**
Monalysa da Silva Borel Sarmiento e Guilherme Andrade

A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NA EQUIPE DE UM SETOR EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ENSINO DO MUSEU NACIONAL (UFRJ)

Andréa Costa ¹

Introdução

A consolidação práticas estruturadas de formação são, para o campo da Educação Museal, uns de seus maiores desafios e elementos chave de seu fortalecimento teórico e profissional. Trabalhos abordam a formação de educadores museais com foco em graduandos de diferentes cursos e graduados já em atividade. Existe pouca ou nenhuma informação acerca de experiências brasileiras com estudantes de Ensino Médio (EM). Fora do país ocorrem o programa Explainers, do Exploratorium (KLAGES, LIBRERO, BELL, 1995) e o CosmoExplainers, no CosmoCaixa (SMANDIA, 2020). Sobre os efeitos da atuação desses estudantes, uma pesquisa revelou que públicos de todas as idades se interessam e percebem que aprendem mais quando interagem com os educadores de 14 a 18 anos (MULVEY et al., 2020). Desde 1999, estudantes de EM do Colégio Pedro II realizam pesquisas e implementam projetos de Educação Museal na Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional (UFRJ), por meio do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr). O presente texto visa a contribuir para o debate acerca da formação em Educação Museal, refletindo sobre os limites e potencialidades de uma experiência com jovens estudantes do EM.

Desenvolvimento

Um questionário online do Google Forms foi enviado em 2018 aos egressos do PIC Jr que desenvolveram suas atividades na SAE no período de 2011 a 2016. Em 2020 foi enviado para os ingressantes entre 2017 e 2019. O instrumento de pesquisa pautado em abordagem qualiquantitativa visou a caracterizar a amostra e identificar o alcance dos objetivos do Programa, suas possíveis contribuições para a formação dos participantes e suas lembranças da experiência. Participaram 64 respondentes, ingressantes em todos os anos de 2011 a 2019. A identificação era opcional, mas 60 escolheram registrar seus nomes. Dos 64, 40 foram Bolsistas Jovens Talentos da FAPERJ e, os demais, voluntários. Do total, 46 estavam na graduação e sete já haviam concluído o Ensino Superior (ES), enquanto seis concluíram o EM e não ingressaram no ES e os outros cinco ainda cursavam o EM. Os cursos mais citados foram Direito (n=8 em 53), História e Letras (n=5 em 53 cada um), tendo sido citadas 14

graduações diferentes. Os objetivos do PIC Jr foram transformados em afirmativas com as quais os respondentes podiam, em uma escala de um a cinco, discordar ou concordar totalmente. Oportunizar novas experiências no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação acadêmica foi a que obteve o maior índice de concordância total (n=58 em 64); seguida por despertar do interesse pelo desenvolvimento de atividades educativas e culturais (n=54 em 64); permitir a vivência teórico-prática com a vida profissional (n=53 em 64); possibilitar a vivência de práticas de pesquisa científica no campo da educação museal (n=41 em 64) e, por último, colaborar para uma escolha mais consciente da carreira (n=40 em 64). Entre os respondentes verificou-se que seis estavam atuando ou haviam atuado na área da Educação Museal. Em 2023 localizamos egressos do PIC JR/SAE atuando como: Gerente de Educação e Participação no Museu de Arte Moderna do Rio (MAM Rio), Educadora Museal no Museu do Amanhã, Educadora Museal na SAE, Educador e curador da exposição no Museu Light da Energia, Assistente de Produção no Departamento de Difusão Cultural da Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura do Estado do Rio, estagiária da Coordenação de Educação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e bolsistas de extensão na SAE. Em relação às principais contribuições do PIC Jr para a sua formação, as palavras mais citadas nas respostas foram educação (15), público (11) e pesquisa (10), enquanto mediação/mediações e museu (7 cada uma); amigos e crianças (5 cada uma) foram as mais citadas para as lembranças.

Conclusão

A experiência da SAE com o PIC JR é bem-sucedida por atrair o interesse de muitos estudantes e por alcançar os objetivos delineados de maneira consistente. A formação promovida se revela com maior potencial para a diversificação de experiências de ensino-aprendizagem, fortalecimento da formação acadêmica e contato com o mundo do trabalho, do que propriamente para despertar vocações. No entanto, mesmo entre uma maioria de graduandos respondentes, o interesse pela inserção profissional foi verificado. A literatura internacional indica benefícios decorrentes da atuação de jovens educadores para os públicos, o que merece ser estudado.

Referências bibliográficas:

- KLAGES, E. LIBRERO, D. BELL, J. When the right answer is a question. Students as explainers at the Exploratorium. São Francisco, CA: The Exploratorium, 1995
- SMANDIA, C. 'CosmoExplainers. Explicando la ciencia en CosmoCaixa, el Museo de la Ciencia de la Fundación "la Caixa", Barcelona (España)'. JCOM – América Latina, v. 3, n. 02, p. 1-14, 2020.
- MULVEY, KL, et al. Interest and learning in informal science learning sites: Differences in experiences with different types of educators. PLoS ONE, v. 15, n. 7, p. 1-15, 2020.

¹ Educadora Museal na Seção de Assistência ao Ensino, Museu Nacional (UFRJ); Docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE MUSEOLOGIA SOCIAL NO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE, 2015 A 2019

Daniel Vicente Santiago

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas práticas educativas realizadas entre os anos de 2015 e 2019 pelos educadores do Museu do Homem do Nordeste (MuhNE), agentes fundamentais para uma pluralização das narrativas presentes na exposição de longa duração da instituição.

Segundo Marilena Chauí (1985, p.33): “às ações e representações da Cultura Popular se inserem num contexto de reformulação e de resistência à disciplina e à vigilância. Nela, o silêncio, o implícito e o invisível são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto”.

Nesse sentido, apresentando alguns conceitos operacionais aplicado ao estudo, começamos por: ações efêmeras, que são ações praticadas pelos educadores do MUHNE que contribuíram para tornar as narrativas do museu pluralizadas, através das mediações, que por vezes, subverte a narrativa institucional. Esta característica nos lembra das estratégias utilizadas pelos brincadores das culturas populares quando reverterem opressões, vigia, coerção, jurídica ou burocrática.

Devedor a Michel de Certeau o conceito de trampolinagem (2012, p.79) será utilizado para compreender como os educadores construíram suas práticas na instituição, considerando seus contextos de vida, estudos e práticas educativas, em confluência com a comunidade do entorno e visitantes em geral.

São consideradas também as estratégias de ambiguidade das culturas populares nas mediações educativas, praticadas como modo de escapar e recusar uma única “história possível, seja aquela concebida pelos dominantes, românticos ou ilustrados”, segundo CHAUÍ (p. 179.). Nesse sentido, segundo Michel De Certeau, as classes populares encontram meios para imprimir “uma lógica dos jogos de ação relativos a tipos de circunstâncias [quando] os lances são proporcionais às situações” (p.83). Em outra leitura aplicada nas mediações em museus, é importante considerar James Clifford e sua ideia de zona de contato. Ele a define como: “espaço de encontros coloniais [...] estabelecendo relações concretas, geralmente envolvendo condições de coerção, desigualdades radicais e conflitos irreduzíveis” (1992, p. 6-7).

No diálogo com o conceito de entre-lugares de Homi Bhabha, é percebido que ambos procuram “localizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (1998, p. 20), que são desiguais entre indivíduos e coletivos, mas promovem o “novo” a partir da pluralidade. As principais fontes para realização da pesquisa foram entrevistas realizadas com os próprios educadores e documentos que fazem parte do Arquivo Institucional do MuhNE, localizado em sua sede, no bairro de Casa Forte, Recife.

Nesta perspectiva, segundo Mário Chagas (2015, p.139), que parafraseou Mário de Andrade em sua dissertação de mestrado, falta uma gota de sangue no[s] museu[s], um vestígio, um rastro de humanidade, de conflito, de sinal de historicidade, que sem ela, a representação limitada nos museus continuaria a perpetuar um discurso hegemônico e particular de uma sociedade plural.

O título da exposição do MUHNE é: Nordeste - Territórios Plurais, Culturais e Direitos Coletivos. Como mediar desconsiderando toda a complexidade e conflitualidade social existente no território nordestino? Os educadores enfrentam estas questões, sendo o que desejamos comunicar.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi. Introdução - Locais da Cultura. In: _____. O Local da Cultura. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. 2 ed. rev. e atual. Chapecó, SC: Argos, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza e Valquíria Prates. Periódico Permanente. No6. Fev. 2016.

DE CERTEAU, Michel. Culturas Populares. In: _____. A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARDÁPIO CULTURAL: QUE PROJETO É ESSE?

Douglas Alves da Silva¹
Elisangela Castedo Maria do Nascimento²

INTRODUÇÃO

Idealizado e organizado pelo Arquivo Público Estadual de MS, o Cardápio Cultural é projeto que promove a visita mediada de grupos oriundos de escolas, universidades, institutos e associações às unidades culturais instaladas no prédio Memorial da Cultura. Possui diversos roteiros de visita que se adequam ao tempo de visita dos grupos, buscando contemplar as unidades culturais presentes no prédio, além do Arquivo Público Estadual de MS. O Cardápio Cultural é responsabilidade do setor Educativo do Arquivo Público Estadual de MS, que atende os grupos mediante agendamento prévio. O setor Educativo conta com uma pedagoga responsável por fazer a mediação educativa nos espaços da Fundação de Cultura a partir de conceitos de ação patrimonial, ação educativa e missão educativa (STUDART, 2004).

DESENVOLVIMENTO

Antes da Pandemia de Covid 19³, ainda no ano de 2019, o Projeto Cardápio Cultural teve uma grande demanda, com relevante procura por parte de escolas públicas, particulares, de ensino técnico, profissionalizantes, universidades e projeto social. Os estudantes puderam conhecer os espaços da Fundação de Cultura de MS, como a Biblioteca Estadual, o Centro Referencial de Artesanato, o Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Arquivo Público Estadual de MS e o Museu da Imagem e do Som (MIS/MS), por meio de visita mediada como mostram as figuras 1, 2, 3, 4 e 5.

Os Estudantes eram oriundos de escolas localizadas tanto na área central como da periferia da capital de Mato Grosso do Sul, assim como de cidades do interior. Foi atendido no ano de 2019 um público total de 1574 pessoas, conforme descrito nos gráficos 1 e 2.

¹ Historiador, graduado em História (UFMS, 2007), Especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas (UFMS, 2015), Mestre em Educação (ProfEduc/UEMS, 2021), atualmente é Coordenador do Arquivo Público Estadual de MS e do Sistema Estadual de Museus de MS.

² Doutora em Educação; Mestre em Ensino de Ciências, Especialista em Gestão Escolar, Graduada em Biologia, Responsável pelo Educativo do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

³ COVID-19 (CO – corona, VI – vírus; D – Doença, 19 – 2019, ano de surgimento) é o nome dado pela Organização Mundial da Saúde para a doença causada pela Sars-Cov-2 (Informações obtidas no site da OMS - <https://www.who.int/>, acesso em 10/06/2022).



fig. 1



fig. 2



fig. 3



fig. 4



fig. 5

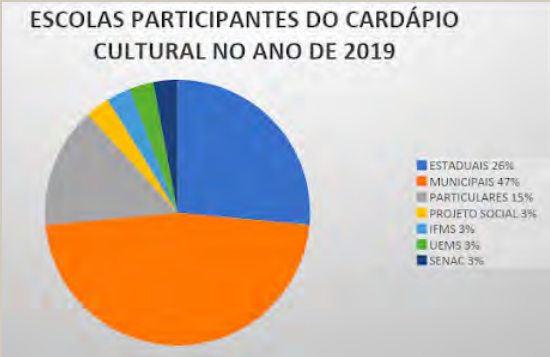
Figura 1: Visitação no Centro Referencial de Artesanato. Fonte: Arquivo Público (2019)

Figura 2: Visitação à Biblioteca Pública Estadual. Fonte: Arquivo Público (2019)

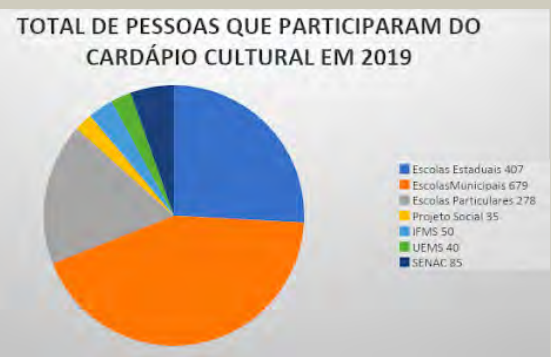
Figura 3: Visitação ao Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Fonte: Arquivo Público (2019)

Figura 4: Visitação ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. Fonte: Arquivo público (2019)

Figura 5: Visitação ao Museu da Imagem e do Som (MIS/MS). Fonte: arquivo (2019)



gráf. 1



gráf. 2

Gráfico 1: Escolas que participaram do Cardápio Cultural em 2019. Fonte: Nascimento e Silva (2022)

Gráfico 2: Quantidade de pessoas que participaram do Cardápio Cultura em 2029. Fonte: Nascimento e Silva (2022)

CONCLUSÃO

Observamos desta forma, que o Cardápio Cultural se apresenta como uma alternativa viável à promoção da mediação cultural e visita a espaços culturais em Campo Grande-MS. A estrutura física do Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho proporciona e favorece o formato proposto, graças à localização espacial das unidades culturais que fazem parte do projeto, dentro de um mesmo edifício. Como ação colaborativa, o Cardápio também estimula os visitantes a retornarem e se aprofundarem em visitas posteriores nas unidades visitadas durante a participação no projeto. Com isso, ampliam-se tanto as ações educativas quanto a divulgação de acervos e relevância de espaços de educação não formal, como é o caso das unidades descritas neste trabalho. Além disso, as atividades constantes do Cardápio Cultural têm retorno social e educativo, em especial, aos estudantes e educadores que tem no projeto a possibilidade de conhecer espaços culturais que, em geral, não tinham conhecimento da facilidade de acesso à população, bem como de conhecer aspectos da memória e da história de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

STUDART, Denise Coelho. Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações. (DOSSIÊ CECA-Brasil). In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia/Iphan, Departamento de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro v. 1, n.1, 2004. p. 148-157.

Estratégias Educacionais: Panorama das Ações Educativas do Museu Casa Kubitschek

Hellen Tauana Silva Batista

Diante da função comunicadora dos museus, o educador em suas atribuições de difusor de conhecimentos, e potencial transformador social, dentro das instituições museológicas, atua como uma ponte entre público, instituição e objetos, e por meio da exposição das significações da cultura e da memória, trabalha a fim de possibilitar o ensino, o diálogo, e a compreensão das narrativas museais de forma linear, entre seus diversos públicos frequentadores.

A educação museal é uma das principais incumbências dos museus, e o setor educativo possui a função de apresentar e explorar possibilidades educacionais, entre propostas inéditas, inovadoras, e inspirações baseadas em experiências já executadas, e que obtiveram sucesso em outras instituições.

Portanto, esta pesquisa pretende difundir o trabalho realizado pelo setor educativo do Museu Casa Kubitschek (MCK). Apresentando um panorama das principais ações educativas realizadas atualmente, destacando a relevância das mesmas frente à interação com o público, por intermédio do meu relato de experiência em meio ao estágio como Educadora na instituição.

O Museu Casa Kubitschek está localizado às margens da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte/ MG, junto ao Conjunto Moderno da Pampulha, declarado Patrimônio Mundial da Humanidade em 2016. A casa construída na década de 40, foi a residência de veraneio do então prefeito Juscelino Kubitschek, e a escolha pela Pampulha, teve o intuito de estimular a construção de um bairro com referências modernistas na cidade. A casa possui projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, paisagismo de Roberto Burle Marx, e painéis em azulejaria de Volpi e Zanini, e Paulo Werneck. É considerada hoje como referência em arquitetura modernista; tendo destaque para o telhado borboleta, treliças, cobogós, e a divisão em setores bem marcados. A casa abriga desde 2013 o Museu Casa Kubitschek, que busca oferecer ao público experiências reflexivas e sensíveis, nas áreas da arquitetura residencial e paisagismo; explorando os modos de morar, juntamente à história da Pampulha.

Neste cenário, promovem-se ações educativas como a “Caminhada Arquitetônica”: um percurso de imersão histórico-cultural e contemplação, ao ar livre. E é esta a ação educativa abordada de forma profunda e exploratória por esta pesquisa, que apresenta uma análise da atividade educacional como possível ponte para relações profundas entre Público e Patrimônio.

Os principais objetivos são apontar e expor como as ações educativas que ultrapassam o ambiente museal, se refletem na interação e experiência, e buscou-se deta-

lhar, entre outros, como esta vivência é sentida e experienciada por seus espectadores, pelo olhar dos mesmos.

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa quali-quantitativa, realizada via questionário respondido pelos participantes ao final da atividade. Os resultados obtidos geraram conclusões acerca das possibilidades imersivas da ação educativa “Caminhada Arquitetônica”; níveis de conexão entre público, monumentos históricos e a atividade; e também apontaram os efeitos do uso de objetos em meio à mediação durante a atividade.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir dos métodos de revisão de literatura, sendo, Mário Chagas, com “Museu de Ciências: assim é, se lhe parece. O Formal e não-formal na dimensão educativa do museu. 2001-2”, e Marília Xavier Cury, com “Os usos que o público faz dos Museus - A (re)significação da cultura material e do Museu. 2004”, algumas das principais bibliografias referência para a temática Educação Museal utilizadas como base para a realização deste estudo.

Palavras-chaves: Educação Museal. Museu Casa Kubitschek. Ação Educativa.

O PROJETO DE EDUCAÇÃO DO NOVO MUSEU DO IPIRANGA

Isabela Ribeiro de Arruda

Em agosto de 2013, o edifício do Museu do Ipiranga foi interditado ao público devido ao deslocamento do forro de algumas de suas salas, dentre elas o Salão Nobre - onde se encontra sua obra mais conhecida, a pintura “Independência ou Morte!”, de Pedro Américo. Neste momento iniciava-se um longo processo de reformulação que se estendeu por nove anos, até a reabertura do edifício nas comemorações do bicentário da independência, em 7 de setembro de 2022.

Ao longo deste período, não foram raras as ocasiões em que a equipe de educação se viu questionada por curiosos sobre quais seriam as possibilidades de atuação para um trabalho comumente associado tão somente ao contato direto com o público. Para além das ações de mediação realizadas durante este tempo, assunto já discutido em outras oportunidades, este trabalho pretende apresentar a atuação desta equipe nas ações diretamente ligadas à reabertura do Museu em relação ao projeto arquitetônico e ao projeto expográfico.

Inicialmente, faz-se necessário destacar a vinculação institucional do Museu. Ao longo do período em que esteve fechado, o Museu passou a reconhecer-se como Museu do Ipiranga, nome pelo qual é amplamente conhecido. Formalmente, no entanto, seu nome é Museu Paulista da USP, universidade a qual está vinculado desde 1963. Seu quadro funcional, portanto, é composto por servidores ligados à Universidade de São Paulo. A equipe de educação, por sua vez, é formada por apenas duas educadoras, Denise Peixoto (desde 2001) e Isabela Ribeiro de Arruda (desde 2012). Ao longo do período de fechamento, inclusive, houve uma mudança institucional significativa que extinguiu o antigo Serviço de Atividades Educativas (2001-2021), agrupando-o a outras áreas técnicas que resultaram na Seção de Educação, Museografia e Ação Cultural - sem que, no entanto, houvesse nenhum incremento no número de profissionais da equipe.

Retomando o processo de reabertura, podemos iniciar pelas discussões relativas ao projeto de restauração, reforma e ampliação do edifício. Uma das questões centrais colocadas de início pela equipe - e em especial pela educadora Denise Peixoto, liderança e referência na temática dentro da instituição - foi a premissa de acessibilidade. Para além do cumprimento mínimo das normas técnicas vigentes quanto à circulação, sinalização e qualificação dos espaços, buscou-se sempre que possível ampliar esse entendimento de maneira a promover uma experiência livre de barreiras e o mais integrada possível aos serviços e espaços do Museu em igualdade de direitos para todos os públicos. Além disso, o projeto incorporou áreas de atendimento qualificadas para recepção de grupos - com a criação de dois ateliês sub divisíveis com capacidade para atendimentos simultâneos de até 80 pessoas -; com a criação dos Educalabs - espaços de convivência com propostas educativas que podem ser

realizadas com ou sem a presença de um mediador - e áreas de conforto para o público.

Já em relação ao projeto expositivo, destacamos o envolvimento da equipe de educação desde o momento da elaboração do projeto, o que possibilitou a contratação de profissionais que se somaram à equipe da instituição durante o projeto de formulação, acompanhamento e execução das exposições. A atuação da equipe, coordenada por Vanessa Costa Ribeiro e composta ao longo do projeto por diferentes profissionais (Sofia Gonzalez, Thamara Nunes, Barbara Yadoya, Caroline Silveira, Laiza Santana, Fábio Silva, Letícia Suárez Victor, Isabel Franke, Luiza Barcelli, Juliana Barros e Ana Beatriz Oliveira), foi fundamental para que o trabalho educativo pudesse se articular às demais frentes do projeto expositivo.

O projeto contemplou 11 exposições de longa duração e 1 exposição temporária distribuídos em aproximadamente 5.500m². Destaca-se, no âmbito do trabalho de educação, o desenvolvimento de mais de 300 recursos multissensoriais; uma série de publicações educativas composta por 8 cadernos para professores e 2 materiais infanto-juvenis e materiais educativos virtuais; desenvolvimento de 4 roteiros de audioguias com recursos de libras, audiodescrição e inglês; realização de escutas sobre conceitos expositivos, demandas de serviços e expectativas com 20 grupos sociais distintos, envolvendo mais de 200 pessoas; colaboração para desenvolvimento do projeto de mobiliário expográfico considerando acessibilidade plena a todos os conteúdos; avaliação e colaboração no desenvolvimento de mais 50 recursos multimídias com recursos de audiodescrição e libras; realização de pesquisas diagnósticas sobre curadoria compartilhada e proposição de metodologias de pesquisa de público.

Evidentemente, trata-se de um trabalho integrado que contou com a articulação da equipe a dezenas de profissionais de empresas contratadas durante o projeto; ainda assim, gostaríamos de destacar a participação fundamental que a equipe de educação pôde desenvolver graças a um esforço anterior substantivo de discussão institucional sobre a importância da incorporação e aproximação do olhar sensível a respeito dos públicos, característico justamente desta mesma equipe.

Com a finalização do projeto permanecem, no entanto, muitos desafios. A instituição atravessa momentos sensíveis de transição do projeto para a implantação de sua operação e até o momento ainda não foi possível contar com a contratação de uma equipe que permita a continuidade das ações iniciadas ao longo do projeto de reabertura. Desta maneira, e principalmente após os difíceis tempos que todas as equipes de educação enfrentamos ao longo da pandemia, entendemos que a equipe deverá seguir com uma postura de posicionamento sobre as demandas dos públicos, amplos e diversos, de uma instituição mais que centenária como o Museu do Ipiranga.

“SÓ PRA VER COMO É”: QUEM (SE) VÊ NO MUSEU E O QUE A MEDIAÇÃO TEM A VER COM ISSO?¹

Jamille Barros²

Introdução

Durante os últimos 6 anos estive vinculada ao Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), localizado em Recife - PE; lá atuei como educadora, é também meu campo de pesquisa do TCC da graduação e, atualmente, de mestrado. Em 2018 experienciei algo significativo dessa trajetória. O relato aqui apresentado é destacado por ser banal e, ainda assim, capaz de engendrar possibilidades da educação em museus, direcionando caminhos para pensar nos impactos diretos da mediação cultural com relação aos seus interlocutores, por um lado, ao passo que evidencia percursos tortuosos e ainda pouco abordados, por outro.

Assim, inferir a partir dessa experiência visa colaborar no fortalecimento de um olhar interseccional em torno das práticas educativas museais e seus desdobramentos.

Visitantes e mediadoras se misturam

Um dia, chegando ao MUHNE, uma colega de função contou que mais cedo ela e a coordenadora do espaço viram dois garotos na calçada, olhando para o museu e permanecendo ali por um tempo. Elas se aproximaram e os convidaram a entrar, ao que eles recusaram. Apresentaram-se como moradores de uma comunidade próxima ao MUHNE e disseram que pretendiam visitar naquele dia, mas no momento foram ali “só pra ver como é” e iriam em casa vestir roupas apropriadas para entrar no museu.

Os garotos, de em média 12 anos, eram negros e vestiam bermudas e chinelos. De acordo com a colega que os abordou, apesar de retrucar que não existe roupa específica para ir ao museu, os garotos insistiram que só entrariam após se trocarem. Retornaram vestindo calças, camisas de botão e tênis; eu e a colega compartilhamos a mediação pela exposição.

Orientamos os visitantes a observar, elencar temas e peças que lhes atraíssem e, a partir disso, dialogamos. Neste processo, dedicamos um bom tempo diante da obra “Da Lama ao Caos”, da artista plástica Elizângela das palafitas, a obra consiste em uma maquete que reproduz palafitas em material reciclado, está exposta na sala conhecida como “Casa Grande”.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ex educadora no Museu do Homem do Nordeste, vinculado à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife - PE. credojams@gmail.com

Discutimos as condições de moradia das populações periféricas e pretas, e relacionamos as discussões aos relatos dos envolvidos na mediação - nós, mediadoras e público; todos negros e periféricos.

A mediação, que começou com distanciamento e timidez por parte dos visitantes, terminou em aproximação e descontração pela exposição, ainda que esta seja constituída a partir do pensamento de Gilberto Freyre, apresentando sua teoria social e também as limitações desse pensamento pautado numa perspectiva da Casa Grande, que abarca temas dolorosos e violentos para pessoas pretas e pobres.

Em conversa com a colega, refletimos sobre o impacto de nos reconhecermos naquelas crianças enquanto pessoas atravessadas por marcadores sociais e de classe próximos. Essa aproximação entre público e mediadoras elucida um campo de engajamento entre os sujeitos envolvidos no processo educativo e situa aqueles que medeiam a experiência enquanto agentes ativos no processo de possível transformação, em contraponto à “de-formação” de seus agentes, objetivada pelas instituições.

Considerações finais

Na antropologia, muito se fala sobre “ser afetado” pelo campo na prática da pesquisa, como nos apresenta Jeanne Favret-Saada, em 1990; a experiência aqui relatada estimula a inferir sobre o “ser afetado” na mediação, e o papel das interseções nesse processo, que permite aos sujeitos envolvidos migrar momentaneamente e desmantelar a ordem entre narrativa expositiva, arte, mediador e público; posicionando mediadores como público e narrativa em si, e vice-versa.

A experiência de ser afetado, neste contexto, também colabora na construção metodológica da prática educativa, ensejando refletir: quais as potências de uma equipe de educadores atravessada por uma diversidade de marcadores sociais que elaboram narrativas a partir da exposição e relação com o público? Ainda sem respostas para tais questões, apenas uma análise crítica e pautada numa perspectiva interseccional é capaz de elucidar veredas possíveis.

Referências Bibliográficas

FAVRET-SAADA, J. (1990). Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. São Paulo: Cadernos de Campo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. Museu a seu modo: o museu como dispositivo de validação da teoria social de Gilberto Freyre. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, 2013.

HONORATO, Cayo. A formação de mediadores e um currículo da mediação. XXII encontro nacional da ANPAP, Belém, 2013. pp. 1050 - 1061.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR EDUCATIVO DO MEMORIAL DE JUSTIÇA PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

*Mariana Jucá Rodrigues de Brito*¹

*Laura Rebeka Tavares de Souza*²

RESUMO EXPANDIDO

Como estagiárias do Memorial de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) executando atividades no setor educativo, após um ano desempenhando nossas funções, recebemos um incentivo do nosso supervisor para produzir um documento que registrasse os avanços em nossas práticas e atividades profissionais, e também as limitações.

Nossa prática se envolve com o conceito de Educação Museal presente no caderno da PNEM (COSTA, 2018, p.73), mas em outra medida, deparamo-nos com dilemas enfrentados em razão da instituição ser rígida. A partir disso, chegaremos ao nosso ponto principal: constatar em que medida as ações da educação museal são colocadas em prática no Memorial de Justiça, bem como as conquistas desse processo que resultaram em ações inovadoras para esse espaço.

Iniciamos nossas funções durante a flexibilização das medidas restritivas da pandemia de covid-19. Por conta disso, as atividades nesse setor ficaram totalmente paradas e notamos a necessidade da reestruturação delas. Dentre as atividades designadas à nossa equipe, estávamos responsáveis somente pela realização de visitas mediadas nos espaços museais do TJPE. Com o passar do tempo, foi nos dada certa autonomia para planejar atividades inovadoras, tais como: produções de material de divulgação, novas propostas de ações de mediação que incluíssem pessoas com deficiência, servidores e colaboradores, participações em reuniões e em especial, tivemos a oportunidade de criar e desenvolver o projeto para uma exposição de um espaço museal da instituição.

Só conseguimos chegar a esta reflexão e análise, a partir do método da observação participante (MINAYO, 2001, p.60), além da análise do material produzido por nós que serve como documento e das visitas técnicas.

Compreendemos que não é fácil democratizar os espaços museais em instituições

¹ Graduanda no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Departamento de Antropologia e Museologia. Email: mariana.juca@ufpe.br

² Graduanda no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Departamento de Antropologia e Museologia. Email: laura.tavares@ufpe.br

com estrutura hierarquizada, e também que a organização judicial conduz a uma visão tradicional e patrimonialista de seus espaços culturais. No entanto, a nossa presença nesse campo e a contribuição das nossas visões a partir da educação museal traz, sem dúvidas, um confronto. Entretanto, conseguimos conquistas significativas que resultaram em atividades que antes não eram realizadas.

Constatamos algumas mudanças comportamentais dos profissionais do Memorial, nos aspectos de uma democratização maior no trabalho, sensibilização para a educação museal e patrimonial, além de abertura para questões referentes à preservação do patrimônio, e uma maior integração entre as equipes.

Acreditamos que o produto do nosso trabalho trará frutos e servirá de base para os futuros profissionais que ocuparem essas funções no futuro.

Referência Bibliográfica

COSTA, Andréa. Educação Museal. In: Caderno da PNEM. Brasília: Ibram, 2018. p. 73. Disponível em <https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2656/caderno_da_politica_nacional_de_educacao_museal.pdf> Acesso em 11 de abril de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf> Acesso em 11 de abril de 2023.

CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa. Educação Museal: conceitos, história e política. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. Disponível em <<https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2022/03/2020-educacao-museal-volume-3-paginas-1-87-1.pdf>> Acesso em 11 de abril de 2023.

RELATO DO EDUCATIVO DO MUSEU FLAMENGO

Guilherme Andrade

Monalysa Sarmento

O Educativo do Museu Flamengo começou a ser desenvolvido em 2019 no Clube de Regatas do Flamengo, e teve como ponto de partida a necessidade da elaboração de um roteiro de visitas pedagógicas e novas dinâmicas de aproveitamento no antigo Museu e na sede social. Com isso, foi iniciada uma pesquisa sobre as potencialidades históricas e culturais que cercam a história da sociedade com a do Mais Querido. Após a finalização do dossiê dessa pesquisa, parte da equipe de história se debruçou no campo da educação, e cada vez se desenhava mais a ideia que o novo museu precisaria de um Educativo, e assim assumimos essa missão.

A equipe na época composta por duas pessoas, participou de diversas reuniões e encontros de debates sobre educação museal, visitou diversas instituições de naturezas diferentes e próximas da nossa realidade. E a partir dessas referências, construímos o nosso educativo de acordo com a nossa necessidade e realidade, que era existir dentro de um contexto esportivo.

Desde 2019 recebemos instituições de diversas origens, como DEGASE, Escolas, Projetos Sociais, Patrocinadores, atletas, entre outros. Além da visita à sede, realizávamos uma visita ao antigo Museu que até então não tinha mediação, tudo dentro dos limites em que uma equipe de duas pessoas poderia atender.

Iniciamos 2020 com um planejamento e orçamento aprovado para continuar recebendo os grupos, agora com brindes, transporte e alimentação para pessoas em vulnerabilidade social. Porém com a pandemia, tivemos que frear as visitas e investimos nosso tempo em desenvolver materiais, dinâmicas e deixamos nossos programas pedagógicos mais robustos.

Com a retomada gradual ao trabalho presencial e com a suavização das medidas protetivas, as visitas retornaram somente na modalidade Convidado de forma reduzida, que são as visitas que recebem o transporte e alimentação custeado pelo Flamengo. Nesse período, recebemos apenas projetos sociais que já tínhamos relação, e pudemos testar tipos de visitas e novos trajetos, incluímos em nossa visita os objetos mediadores que possuem alguma relação histórica com o Clube e facilitam o diálogo com o público.

Já em 2022 a equipe do Educativo aumentou, agora contávamos com 5 pessoas, com o início da construção do novo museu, os guias do antigo museu entraram para a equipe do Educativo e começaram a realizar as visitas mediadas pela Sede da Gávea.

Tínhamos interesse em utilizar do nosso patrimônio como potencial cultural de visita, por isso, além das visitas internas, começamos a realizar atividades externas,

como visita ao Maracanã, roteiro no Centro do RJ, visita a Museus, entre outros, sendo esses últimos focado para os atletas de base.

O Educativo aos poucos começa a dialogar com outros assuntos correlacionados ao Clube de Regatas do Flamengo, o que faz surgir os programas para cada perfil de grupo:

Trilha do Urubu – São as visitas mediadas na Gávea, divididas em modalidade Convidada (com ônibus sorteado) e Espontânea, e o responsável pelo grupo no momento do agendamento escolhe os temas de interesse no qual ele quer que o mediador conduza a visita, sendo eles; Mídia, Contexto Histórico, Esportes Olímpicos, Ídolos e Linguagens. Essa personalização temática possibilita que a visita atenda a determinados interesses de conhecimento.

Corre o Tempo no Olhar - É um programa que tem como proposta a realização de visitas para colaboradores e atletas internos, com o objetivo de potencializar o engajamento e pertencimento junto ao Clube de Regatas do Flamengo.

Voo do Urubu – Programa que atende um público interno com atividades culturais fora das sedes, e o público externo que de certa forma está impossibilitado de ir até a Gávea, seja por limitações econômicas ou geográficas. Nesse programa elaboramos atividades educativas externas e, ocasionalmente, levamos uma parte do acervo do Museu, que pode variar de peça, dependendo do contexto do local.

Muita Libra Já Pesou – É uma visita de caráter técnico que recebe instituições de natureza análogas à preservação de memória, além de empresas parceiras, turmas de curso superior e pós-graduação, com interesse de conhecer o trabalho que é realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico.

Todos esses programas estão em atividade no Educativo do Museu Flamengo, já atendemos mais de 10 mil pessoas ao longo desses anos graças ao planejamento e orçamento destinado. Atualmente estamos trabalhando em um novo roteiro e plano de ação para o novo Museu Flamengo e Museu Digital, que tem previsão de inauguração no primeiro semestre de 2023. O Educativo estará de frente na formação dos novos guias, e sendo responsável pelos métodos de mediação de ambos os Museus.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

The background image shows a large banner for the 'I Encontro Nacional de Educação Museal' (EMUSE) with decorative elements like a sun, a crescent moon, and a flag. In the foreground, two women are seated at a table; one is holding a microphone and speaking, while the other listens. The entire image has a warm, orange-toned overlay.

EMUSE

I Encontro Nacional
de Educação Museal

REUNIÕES

RELATORIA DO ENCONTRO DAS REDES DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Aos oito dias do mês de julho de 2023, reunidos no Auditório do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Cachoeira - BA, por ocasião do I Encontro Nacional de Educação Museal, pessoas educadoras museais, articuladas em função das demandas do campo, comunicam a partir desta relatoria a síntese das discussões ocorridas no Encontro das Redes de Educadores em Museus, conduzido pelo Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil e sua resolução.

- Considerando a Recomendação da UNESCO de 2015 referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade;
- Considerando a lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 que dispõe sobre o Estatuto de Museus, que em suas subseções II e III, da seção II do capítulo II versa sobre Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa e Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus, respectivamente;
- Considerando que a educação é uma das finalidades básicas dos museus, conforme explicitado no artigo 1º da Lei nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus) e referendada na nova definição de museu aprovada pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM/Unesco, em seu último encontro realizado nos dias 20 a 28 de agosto de 2022, em Praga, na República Tcheca;
- Considerando a Política Nacional de Museus (PNM), de 2003, e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) do Plano Nacional de Cultura (PNC) (2010), marcos fundamentais das políticas públicas para o campo museal brasileiro;
- Considerando a PORTARIA IBRAM Nº 605, DE 10 DE AGOSTO DE 2021 que atualiza a PORTARIA Nº 422, de 30 de NOVEMBRO DE 2017 e dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal, que em seu Art. 7º, incisos I e III: o Instituto Brasileiro de Museus se compromete a realizar, preferencialmente, no âmbito do Fórum Nacional de Museus, Encontros Nacionais de Educação Museal e possibilitar a criação de uma instância representativa e consultiva da PNEM com possibilidade de ampla participação de profissionais do campo;
- Considerando os esforços recentes da Rede de Educadores em Museus do Brasil em compor uma estrutura plural e representativa no que tange à diversidade regional, de raça e de gênero, refletindo o avanço no diálogo nacional acerca da Educação Museal.
- Considerando que foi proposta uma plenária de apresentação no Encontro das Redes durante o I EMUSE, onde se mobilizaram os presentes para a construção de um documento conjunto a partir das contribuições colhidas

em cada região pelos integrantes do Comitê Gestor da REM Brasil em suas regiões de origem, durante seis meses de trabalho da atual gestão, onde alguns membros do coletivo de educadores museais presentes manifestou o desejo e a necessidade de ampliar o tempo de apropriação do texto sistematizado pelo campo; que diante da exiguidade do tempo se esgotou a possibilidade de finalizar a apresentação da metodologia preparada assim como prosseguir no local pela agenda do espaço que estava sendo utilizado; que houve a proposta de estender o momento pela realização de uma roda de conversas e escutas fora do local (auditório); que mediante inscrições da plenária foram procedidas defesas sobre finalizar a metodologia de apresentação ou continuar o debate em outro espaço, com a manifestação de membros da plenária no sentido de que prosseguir em outro local seria precário e esvaziado pois todos ali precisariam estar presentes na plenária final, momento máximo do evento em curso, além de deslegitimador do trabalho democraticamente e transparentemente conduzido pelo Comitê Gestor; que foi apresentada outra proposta de ampliar a discussão virtualmente; que em votação esta proposta final foi a vencedora com apenas sete votos na proposta de prosseguir em outro espaço.

O Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil **resolveu** acatar o decidido pela plenária e se responsabilizou pela apresentação da minuta do documento inicial de compilação de dados das Regiões, por organizar e conduzir a discussão virtual que originará o Documento Nacional de Recomendações a ser enviado ao IBRAM, com datas e canais de participação devidamente anunciados em suas redes.

REUNIÃO - ENCONTRO DE EDUCADORES DOS MUSEUS IBRAM

Troca de experiências e apresentação de materiais, práticas e projetos educativos realizados pelos Museus Ibram durante o Triênio 2021-2023

Dia 08/07/2023, sábado, manhã, de 08:00 às 12:15

Local: Sala de Estudos, 2º andar da Biblioteca do CAHL/UFRB

Relator: João Augusto de Andrade Neto (Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty/Ibram) - joao.andrade@museus.gov.br

Mediação e contribuições na relatoria: Joana Regattieri Adam (COMUSE/DPMUS/IBRAM) - joana.regattieri@museus.gov.br

1. Apresentação dos participantes

36 participantes, entre representantes dos museus Ibram e da COMUSE/DPMUS/IBRAM, presidência do Ibram, participantes do EMUSE interessados e mais 3 monitores do EMUSE.

- Maria Abadia T. Jesus – Ponto de Memória da Estrutural - DF
- Juarez da Silva Gae
- Marielle Costa – Coordenadora da COMUSE/DPMUS/IBRAM
- Cirom Duarte e Alves – Museu Casa da Hera
- Flávio Silveira Almeida – Museu de Arqueologia de Itaipu
- Simone Bibian – Museu Nacional de Belas Artes
- Bianca Freitas – Museu Villa Lobos
- Maria do Carmo Guerra
- Andrea Bárbara da Silva Campos
- Claudeilson Santos de Moraes – Museu da Inconfidência
- Lucinéia Bicalho – Museu Regional de Caeté
- Paulo Nascimento – Museu do Ouro
- Rafael Muniz de Moura – Museu Victor Meirelles
- Josiane Kunzler – Museu de Astronomia e Ciências Afins
- Cláudia M. Souza Costa – Museu Imperial
- Carolina M. da S. Knibel – Museu Imperial
- Livia Murer Nacif Gonçalves - Museu da República
- Maize Daniela C. Rezende – Museu de Alcântara
- Liz Renata Lima Dias – Museu de Alcântara
- Fabiana de Lima Sales – Museu da Abolição
- Isabella Carvalho de Menezes – Museu do Ouro
- Ana Maria Nogueira Oliveira – Museu Regional de São João del Rey
- Marcos Felipe de Brum Lopes – Museu Casa de Benjamin Constant
- Reginaldo Tobias de Oliveira – Museu Nacional de Belas Artes

- Ruth Vaz Costa – Museus do Ibram em Goiás
- Pedro de Almeida Fidelles - Palácio Rio Negro
- Rita Doria – professora UFRB
- Aline Guerra da Costa
- Francislei Lima da Silva
- Joana Regattieri Adam – Técnica da COMUSE/DPMUS/IBRAM
- João Augusto de Andrade Neto – Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty
- Ana Luísa Pinheiro Affonso
- Carla Renata Gomes – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio
- Evaldo Pereira Portela – Museu Solar Monjardim
- Renata Silva Almendra – professora UnB
- Yuri Sampaio Dourado – Museu de Alcântara
- Lucas Lima – Monitor do EMUSE, estudante de museologia da UFRB

Os trabalhos foram abertos às 08h00 da manhã, com apresentação de cada participante se apresentando e relatando informações sobre sua instituição museológica e sobre seus desafios no que tange à educação museal. Ainda, mencionaram suas expectativas em relação a essa reunião do GT de Educação Museal. Fernanda Castro, presidenta do Ibram, lembrou que esse espaço pode e deve ser propício para o encaminhamento de propostas para a gestão do Ibram. É necessário apresentar opiniões divergentes. Marielle Costa, coordenadora da Comuse, reafirmou esse espaço como momento de troca e de fortalecimento dos vínculos face-a-face entre educadores e também gestores. Joana Regattieri, da Comuse, reiterou a importância de que esse momento seja destinado à troca entre educadores e que os gestores tenham essa sensibilidade de atuar como educadores, além deste momento ser um marco histórico, de reencontro presencial de equipes dos educativos dos museus Ibram após o I Encontro de Educadores Ibram, realizado em 2010, no Museu Imperial, que deu as bases para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. Após 13 anos, e com o GT de Educação Museal instituído desde 2021, esse momento restabelece o diálogo presencial e evidencia a necessidade da troca de experiências e a manifestação das práticas educativas que estão sendo realizadas nos museus Ibram.

2. Troca de experiências e apresentação de materiais, práticas e projetos educativos realizados pelos Museus Ibram durante o Triênio 2021-2023 a partir de inscrição prévia ao EMUSE.

- **Exposição “Das galés às galerias”, suas narrativas e repercussões**
Reginaldo Tobias de Oliveira - Museu Nacional de Belas Artes
- **Circuito Sítios Históricos da República**
Marcos Felipe de Brum Lopes - Museu Casa de Benjamin Constant
- **Projeto Conexões Niterói-Santarém e PESA (Programa de Educação Socioambiental)**
Flávio Silveira Almeida - Museu de Arqueologia de Itaipu


- **Caderno da PEMAB - Política Educacional do Museu da Abolição**
Fabiana de Lima Sales - Museu da Abolição
- **III Semana do Patrimônio 2022 do MRSJDR**
Ana Maria Nogueira Oliveira - Museu Regional de São João del-Rei
- **Clube de Leitura Iniciados de Aníbal**
Isabella Carvalho de Menezes - Museu do Ouro/Casa Borba Gato
- **Projeto Cria-Ação**
Lucinéia Maria Bicalho - Museu Regional de Caeté
- **Projeto educativo “Museu, Arte e Leitura”**
Liz Renata Lima Dias - Museu de Alcântara
- **Projeto Outras Conexões**
Lívia Murer - Museu da República fez uma introdução do projeto, que foi apresentado integralmente pela educadora Ana Paula Zaquieu, em modalidade virtual, em ocasião posterior.
- **Dedotive museal**
Ruth Vaz Costa - Museus Ibram em Goiás
- **Projeto Tambores de Candombe Mineiro**
João Augusto de Andrade Neto - Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty
Joana Regattieri também apresentou brevemente a introdução da proposta de programação e objetivos do encontro do GT Educação Museal, no âmbito do EMUSE utilizando-se da apresentação em PPT preparada e compartilhada com os integrantes do GT previamente ao EMUSE: Apresentação Encontro GT Educação Museal EMUSE.pdf

3. Encaminhamentos

- Edital de Intercâmbio em Educação Museal do Ibram - devido ao avançar do tempo, e a priorização das trocas de experiências, foi decidido que será apresentada a proposta de Intercâmbio em reunião do GT posterior.
- Deliberada a realização do III Encontro de Educadores do Ibram, de modo presencial.
- Vamos ter uma próxima sessão online para apresentar os trabalhos submetidos para o Encontro do GT Educação Museal no Emuse e que não foram possíveis de serem apresentados presencialmente, no contexto das ações do GT Educação Museal do Ibram.

Apresentações em PPT enviadas pelos educadores dos museus Ibram para serem apresentados no Encontro do GT Educação Museal Ibram, e alguns registros fotográficos estão disponíveis nos seguintes links:

[FOTOS ENCONTRO GT Educação Museal](#)
[PPTs MUSEUS IBRAM EMUSE](#)



GRUPOS DE TRABALHO

GT: REVISÃO DA PNEM

Os Grupos de Trabalho (GTs) de Revisão da PNEM constituídos no âmbito do I Encontro Nacional de Educação Museal – EMUSE, com o propósito de debater, analisar e revisar a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), [Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021](#), à luz dos dados obtidos na Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros – PEM Brasil, foram estruturados a partir do conjunto de princípios e dos três eixos de diretrizes que constituem o texto da PNEM, a saber:

- GT1. PERSPECTIVAS GERAIS
- GT2. GESTÃO
- GT3. PROFISSIONALIZAÇÃO
- GT4. COMUNIDADES

Os GTs de Revisão da PNEM foram organizados previamente ao EMUSE, sendo realizadas reuniões preparatórias junto aos coordenadores dos GTs elencados dentre educadores dos Museus Ibram, integrantes da Rede de Educadores de Museus do Brasil (REM BR), Redes de Educadores regionais (REMs), acadêmicos, pesquisadores e representantes de instituições do país, além de representantes do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC) e da Comuse/DPMUS/Ibram.

Os participantes do EMUSE tinham a possibilidade de escolher, no momento da inscrição, o GT de Revisão da PNEM de seu interesse, tendo assim uma estimativa de quantos participantes estariam em cada um dos GTs, contando com a participação de cerca de 10 a 40 pessoas em cada GT. Os quatro Grupos de Trabalho foram divididos em diferentes salas de aula do CAHL/UFRB e funcionaram simultaneamente durante o turno da tarde do dia 07 de julho de 2023, sexta-feira.

A dinâmica geral de trabalho em cada GT se sucedeu a partir da apresentação dos participantes, manifestações de suas expectativas em relação ao trabalho do GT, apresentação dos dados resultantes da PEM Brasil relacionados a cada um dos temas tratados nos GTs, análise dos princípios e diretrizes relacionados aos princípios e eixos de diretrizes da PNEM correspondentes a cada um dos GTs, debate em torno das questões levantadas, indicação voluntária de integrantes para a constituição de uma Comissão Nacional de Revisão da PNEM com a perspectiva de construção de um Programa Nacional de Educação Museal e relatoria dos assuntos tratados para apresentação em plenária final do Emuse.

Os coordenadores de cada GT apresentaram o formato de constituição da Comissão Nacional de Revisão da PNEM, a ser integrada por membros voluntários que irão compor a sua Coordenação e por membros que atuarão divididos em três Grupos de Trabalho: o GT de Diagnóstico da PNEM, o GT de Análise da PNEM e o GT de Mobilização Social.

Os GTs de Diagnóstico e de Análise da PNEM deverão trazer insumos para debates localizados que serão realizados pelos membros do GT Mobilização Social, com

representações em todas as unidades federativas do país. Por sua vez, os representantes locais do GT Mobilização Social deverão retroalimentar os GTs de Análise e Diagnóstico com as questões, reflexões e sugestões advindas de sua localidade/representatividade, onde serão responsáveis por mobilizar pessoas relacionadas ao campo da educação museal com o objetivo de avaliar a PNEM e construir um Programa Nacional de Educação Museal.

O espaço dos GTs de Revisão da PNEM no EMUSE, além de ter sido para os representantes do Ibram um momento precioso de escuta e atualização da situação do campo brasileiro da educação museal, foi uma oportunidade do próprio campo pensar e contribuir para o desenho da revisão, avaliação e implementação da PNEM, obter um primeiro contato com os resultados da PEM Brasil, manifestar e fazer apontamentos sobre os maiores anseios, desafios e dificuldades do trabalho com educação museal no país e traçar perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal, possibilitando alinhamentos e aproximações de agentes e instituições para o desenvolvimento da política pública nacional de educação museal brasileira até o próximo Fórum Nacional de Museus, previsto para se realizar no segundo semestre de 2024.

LOCAL: salas de aula do centro de artes, humanidades e letras (CAHL/UFRB)

DATA: 07/07/2023, sexta-feira

HORÁRIO: 14h às 18h

GT 1 – Perspectivas Gerais

Mediadores

Mona Nascimento (Obec), Brune Ribeiro (REM-RJ), Elaini Pacheco (Museu do Piauí), João Andrade (Ibram – Museu do Forte de Paraty)

Relatores

João Andrade (Ibram - Museu do Forte de Paraty)

Pautas

- Análise dos princípios da PNEM
- Atribuições nos âmbitos, federal, estadual e municipal
- PECs, entendidos como políticas educacionais
- Apresentação e análise dos dados resultantes da PEM Brasil relacionados às Perspectivas gerais
- Apresentação de metodologia para constituição da Comissão Nacional de Revisão da PNEM e indicação voluntária de integrantes
- Perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Falta instrumento formal-legal e também uma forma de regulamentar e garantir a obrigatoriedade do que consta na PNEM;
- Sugestão de princípios amplos;
- Entender o conceito de educação museal;

- Necessário que instâncias fiscalizadoras da existência de planos museológicos cobrem existência de formalização e existência da educação museal nos museus e de uma política educacional; participação das secretarias estaduais e municipais e do Ibram;
- Questão: como articular uma rede que coloque em prática a educação museal no contexto do pacto federativo;
- Necessidade de que o tema da diversidade social, cultural, étnica, sexual e de gênero esteja presente entre os princípios da PNEM;
- Na parte referente à equipe multidisciplinar diversificada: incluir o adjetivo “diverso”, em alusão ao tema mencionado no parágrafo anterior;
- No IV item dos princípios da PNEM: inserir o adjetivo “diverso” em relação aos diferentes públicos;
- Necessidade de que pessoas dentro desses critérios de representatividade que atuam como pessoas educadoras não apenas estejam nessa posição, como também tenham condição de se manter nela;
- Questões: seria possível incluir, no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, uma dotação orçamentária específica que garanta que a PNEM se efetive nos âmbitos nacional, estadual e municipal? A PNEM teria que ser transformada em lei para garantir acesso a recursos anuais?
- Determinar como será o uso de recursos de ações de educação museal e o Ibram é o órgão responsável por isso;
- Necessidade de criação de instrumentos de avaliação específicos ao setor educativo nos museus.

GT 2 – Gestão

Mediadores

Ana Paula Zaquieu, (Ibram – Museu da República), Júlia Burguer (REMIC-POA), Moisés Moraes (REM BR - Região Norte - AC), Daniele Canedo (Obec)

Relatores

Júlia Burguer (REMIC-POA), Moisés Moraes (REM BR - Região Norte - AC)

Pautas

- Análise das diretrizes do Eixo I da PNEM - Gestão
- Modelos de fomento
- Abordagem de gestores de museus
- Elaboração e implementação de PECs, entendidos como políticas educacionais
- Apresentação e análise dos dados resultantes da PEM Brasil relacionados à Gestão
- Apresentação de metodologia para constituição da Comissão Nacional de Revisão da PNEM e indicação voluntária de integrantes
- Perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Necessidade de aperfeiçoar o uso dos verbos das diretrizes da PNEM;
- Necessidade de aperfeiçoar os conceitos relativos a documentos básicos do setor educativo; criar ferramentas e modelos de documento que possam nortear a produção desses documentos de trabalho na prática;
- Necessidade de formalizar um conselho deliberativo para elaboração das ações, com participação dos educadores, diretores e comunicação para o alinhamento das atividades junto com a comunidade;
- Contemplar as experiências museológicas diversas e não apenas as instituições formais;
- Inserir palavras como “construir” e “formular” para enfatizar e garantir a PNEM;
- Criação de indicadores para educação museal;
- Atrelar produção de documentos normativos como estratégias de classificação em editais;
- Definir parâmetros de ações educativas diferenciando dos demais eventos que ocorrem no museu;
- Diretriz 4 da PNEM precisa garantir um lugar para que a educação museal exista de forma permanente e formalizada nos museus;
- O GT de Gestão não formulou nenhuma indicação sobre o tema da “diversidade” na composição das equipes e na composição dos setores educativos por entender que “isso não cabe mais no contexto em que vivemos”. Para o GT de Gestão, ou esse assunto passa a ser discutido no âmbito de uma política ou os problemas vivenciados atualmente permanecerão intactos;
- A REM SP enfatizou que educadores e educadoras museais sofrem racismo e assédio dentro das instituições onde trabalham e a PNEM precisa estar atenta a esse problema.

GT 3 – Profissionalização

Mediadores

Fabiana Sales (Ibram – Museu da Abolição), Thiago Consiglio (REM-SP), Saulo Moreno (REM-CE/COREM 1R/UNIRIO), Beth Ponte (Obec)

Relatores

Thiago Consiglio (REM-SP)

Pautas

- Análise das diretrizes do Eixo II da PNEM - Profissionais, formação e pesquisa
- Formação
- Profissionalização
- Apresentação e análise dos dados resultantes da PEM Brasil relacionados à Profissionalização

- Apresentação de metodologia para constituição da Comissão Nacional de Revisão da PNEM e indicação voluntária de integrantes
- Perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Proteção contra o desvio de função e a precariedade da área;
- Entendimento da educação museal não como porta de entrada para outras áreas do museu;
- Discussão institucional, que envolva outros setores do museu;
- Demanda por concursos públicos;
- Organização das demandas, separando-as por vínculo, tipologia e região;
- Fomentar criação de disciplinas nas grades curriculares;
- Pensar especialização, mestrado profissional no âmbito do Ibram, em formato EAD ou não;
- Aperfeiçoar a formação dos coordenadores dos setores educativos e os mecanismos de seleção;
- Levantamento e cadastro de ocupações;
- Muitos estagiários podem não se identificar como educadores museais;
- A identidade travesti não está colocada na pesquisa da PEM Brasil;
- Fornecimento de bolsas financiadas pelo Ibram, MEC ou MCTI;
- Planos de carreira, que considerem diferentes níveis de carreira e de formação;
- Considerar outros agentes que também atuam como educadores museais;
- Aprofundar debate sobre conceito de educação museal, que envolva sua especificidade e que não seja em uma perspectiva colonizada;
- Proposta de se fazer uma moção de repúdio ao assédio e à situação precária dos educadores museais;
- Reativar blog da PNEM e organizar um banco de dados com projetos de boas práticas;
- Problematicar a escrita masculina da PNEM;
- Parcerias entre universidades e museus, para que estes possam receber estágios obrigatórios que acontecem na licenciatura;
- Criação de ouvidoria no Ibram para proteção dos profissionais;
- Considerar a iniciação científica como plataforma possível para as iniciativas de pesquisas com bolsa;
- Formação e capacitação também para os servidores do Ibram;
- Criação de um fórum permanente de educação museal.

GT 4 – Comunidades

Mediadores

Lucyvânia Ribeiro (REM BR Região Norte - AP, Natália Maranhão (Secult/CE), Isabella Menezes (Ibaram – Museu do Ouro) e Caroline Fantinel (Obec)

Relatores

Natália Maranhão (Secult/CE), Isabella Carvalho de Menezes (Ibaram – Museu do Ouro)

Pautas

- Análise das diretrizes do Eixo III - Museus e Sociedade da PNEM
- Constituição de parcerias
- Apresentação e análise dos dados resultantes da PEM Brasil relacionados à Comunidades e Parcerias
- Apresentação de metodologia para constituição da Comissão Nacional de Revisão da PNEM e indicação voluntária de integrantes
- Perspectivas de construção de um Programa Nacional de Educação Museal

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- O tema “museus e comunidades” é muito difuso e abarca diversas dimensões, o que fragiliza o sentido e dificulta a implementação;
- Reformular a nomenclatura do eixo 3 para “Museus, comunidades e territórios”;
- A forma da redação das diretrizes pressupõe uma tutela das ações educativas e deve ser revertida para uma construção coletiva e participativa e conferir protagonismo às comunidades;
- Falta a menção explícita à educação museal como elemento promotor dos direitos humanos e culturais;
- Inclusão da realização do diagnóstico prévio, além da avaliação e monitoramento das ações, em conjunto e com protagonismo das comunidades;
- Estímulo às ações itinerantes e promoção de eventos em consonância com o Emuse;
- Alteração de texto no item “e”: trocar “em colaboração com as comunidades” por “em conjunto com as comunidades”;
- Alteração de texto no item “b” de modo a evidenciar grupos sociais minorizados e a relação dialógica com as comunidades;
- Alteração de texto no item “c”, para que a formação continuada se dê não apenas para os educadores, mas para todos os agentes museais;
- Assegurar aporte financeiro para execução das ações concretas das diretrizes.

GT: MUSEOLOGIA SOCIAL

Os Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do I Encontro Nacional de Educação Museal com o propósito debater temas relacionados à museologia social tiveram como objetivo principal retomar e fortalecer o processo participativo e a gestão compartilhada que é uma característica fundante do Programa Pontos de Memória.

As discussões visaram subsidiar e contribuir com a proposição de diretrizes e estratégias de gestão para a execução coordenada ou conjunta de projetos e ações, considerando os distintos níveis (federal, estadual e municipal) e agentes (Ibaram, Secults estaduais e municipais, museus, universidades, representantes do campo da museologia social) envolvidos na implementação do Programa Pontos de Memória.

O Programa Pontos de Memória teve início em 2009, a partir da parceria entre o Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, com o objetivo de identificar, apoiar e difundir iniciativas de memória e museologia social fundamentadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território.

As ações desenvolvidas são pautadas pelo entendimento da memória como um direito, e visam garantir a sua efetividade, endereçando injustiças históricas contra segmentos da sociedade que, em diversos tempos e por diferentes motivos, tiveram suas memórias reprimidas, perseguidas ou proibidas no passado. O direito à memória é um direito de todos e deve ser exercido de forma democrática, incluindo indígenas, quilombolas, povos de terreiro e demais comunidades tradicionais, mestres e grupos das culturas populares, mestres de linguagens artísticas da capoeira ao jongo, da literatura de cordel às batalhas de rimas da comunidade hip hop, comunidades periféricas urbanas e rurais, pessoas que foram vítimas do aparato repressivo do governo militar, coletivos LGBTQIA+, entre tantas outras. A luta pelo direito à memória não apenas está conectada a outras lutas por direitos, ela lhes dá sustentação, contribui diretamente para a efetividade de direitos humanos, sociais e culturais. Uma política de direito à memória deve fazer justiça à diversidade social, étnica e cultural do Brasil. Nesse sentido, o Programa Pontos de Memória é a principal frente de trabalho do Instituto Brasileiro de Museus para mapear, reconhecer, articular e fomentar processos museológicos protagonizados por comunidades populares.

Em 2017, respondendo a uma grande expectativa do campo da museologia social brasileira, foi publicada a [Portaria nº 315, de 06 de setembro de 2017](#), normativa que oficializou o Programa como política pública perene no âmbito de atuação do Ibaram. A partir de sua revisão, impulsionada pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, foi publicada a da [Portaria Ibaram nº 579, de 29 de julho de 2021](#), com acréscimo de novos dispositivos que buscaram abranger temas fundamentais para consolidar o compromisso institucional e assegurar a continuidade das ações desenvolvidas.

As inovações trazidas pelo texto da [Portaria Ibaram nº 579](#) visaram estruturar as ações que integram os eixos de atuação do Programa Pontos de Memória, e que não cons-

tavam do normativo anterior, quais sejam: o orçamento do programa; as formas de fomento e de parceria; a concessão de certificação e o Cadastro Nacional de Pontos de Memória; as Teias da Memória e as ações de formação.

Os GTs instituídos tiveram assim, como tema central, a análise e revisão das normas que regem o Programa Pontos de Memória, as quais foram atualizadas mobilização suficiente para uma participação significativa da sociedade civil. Outro aspecto relevante das discussões nos Grupos de Trabalho girou em torno da formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social, e do levantamento de propostas para a elaboração do Plano de Ação do Programa Pontos de Memória para 2024.

Ao final dos trabalhos foi constituído um Grupo de Trabalho para contribuir com a organização da Teia Nacional da Memória, a ser realizada no âmbito do Fórum Nacional de Museus, em 2024. Nessa ocasião, serão publicamente aprovadas as propostas de alterações nos normativos vigentes que dispõem sobre o Programa Pontos de Memória.

No quadro abaixo, estão listados os principais pontos que resultaram das discussões dos Grupos de Trabalho.

LOCAL: salas de aula do centro de artes, humanidades e letras (CAHL/UFRB)

DATA: 07/07/2023, sexta-feira

HORÁRIO: 10h30 às 18h

GT – Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021

Mediadores

Inês Cordeiro Gouveia e Alexandre Oliveira Gomes

Relatores

Gleyce Kelly Heitor

Descritivo

Análise e proposições para a revisão Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus Ibram e dá outras providências.

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Novo escopo: assegurar a sustentabilidade das iniciativas de Pontos de Memória;
- Beneficiários: ir além do discurso da vulnerabilidade social e abordar a invisibilidade e injustiça social; enfatizar o quanto os Pontos de Memória podem ser agentes da promoção dos direitos humanos e também promotores de acesso aos direitos sociais, culturais, étnico-raciais bem como do direito à sociabilidade e ao território;

- Princípios: incorporar a democracia como princípio do programa Pontos de Memória e a educação como valor estruturante do programa;
- Objetivos: alterações nos verbos para implicar o poder público em algumas estratégias consideradas estruturantes. Objetivos inseridos: intersectorialidade e transversalidade das ações com memória; ampliação do entendimento sobre a atuação do programa Pontos de Memória; explicitação dos movimentos sociais dentre os agentes propositores do programa Pontos de Memória;
- Formas de apoio e financiamento: amadurecer, até a Teia da Memória, proposta de inclusão de um item que estabeleça a dotação orçamentária do Programa;
- Recomendações para o Ibram: atualizar o glossário do programa;
- Demanda para o Ibram: ampliar para 30 de agosto a certificação dos Pontos de Memória e para 20 de setembro o prazo do edital de premiação do programa Pontos de Memória. Simplificação do formulário usado no processo de certificação.

GT – Portaria Ibram nº 633, de 31 de agosto de 2021

Mediadores

João Paulo Vieira Neto e Wellington Pedro da Silva

Relatores

Aline Cântia Corrêa Miguel e João Paulo Vieira Neto

Descritivo

Análise da Portaria Ibram nº 633, de 31 de agosto de 2021, que aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Inclusão de membros do comitê no processo de certificação do programa Pontos de Memória;
- Inclusão de membros do comitê na seleção do edital Pontos de Memória;
- Participação de membros do comitê na programação das Teias da Memória;
- Alteração do tempo de permanência do comitê para de 2 em 2 anos;
- Ampliação do número de participantes no comitê;
- Duas reuniões ordinárias presenciais ao ano e reuniões extraordinárias híbridas ou virtuais;
- Construção de uma comissão preparatória para a Teia da Memória.

GT – Plano de Ação do Programa Pontos de Memória 2024

Mediadores

Inês Cordeiro Gouveia e Alexandre Oliveira Gomes

Relatores

Gleyce Kelly Heitor

Descritivo

Debate e levantamento de propostas para o Plano de Ação do Programa Pontos de Memória 2024, nos eixos: fomento, capacitação e articulação.

Principais pontos resultantes das discussões dos GTs

- Propostas para fomento: criação de editais contemplando as redes; edital de fomento com três categorias principais (incentivo, premiação e manutenção); editais para intercâmbios nacionais e internacionais;
- Propostas para articulação: integração dos Pontos de Memória ao programa Cultura Viva com cadastro unificado; organização de pré-teias regionais visando à realização da Teia da Memória; Encontro Nacional das Redes de Memória antes da Teia da Memória; Ibram como mediador na articulação interministerial e com empresas, o terceiro setor e museus privados para ações conjuntas e de apoio aos Pontos de Memória;
- Propostas para capacitação: mudar nome de “capacitação” para “formação”, criação de um programa de formação permanente e presencial para Pontos de Memória, retomar oficinas nos estados e intercâmbio entre Pontos de Memória em escala nacional e internacional. Adotar uma perspectiva freireana de educação, evitando a rigidez da configuração do poder público como disseminador de conhecimento e de um público-alvo, receptor das formações oferecidas – ao contrário, buscar e valorizar também o conhecimento acumulado pelos integrantes dos pontos de memória em sua caminhada, e pensar em formações recíprocas, nas quais tantos os pontos de memória quanto o poder público podem ocupar, simultânea ou sucessivamente, as posições de formadores e de formandos.



MESAS ESPECIAIS

MESA INSTITUCIONAL DE ABERTURA

06/07/2023 - 14h às 15h

Marielle Costa - Coordenadora de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Daniele Canedo - Coordenadora do Observatório de Economia Criativa da Bahia e Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Fernanda Castro - presidenta do IBRAM;

Roberta Martins - secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura (MinC);

Fabiano Piúba - secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC;

João Gustavo Andrade - chefe do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Cachoeira;

Luciana Mandelli - diretora geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC);

Fábio Josué dos Santos - reitor da UFRB;

Dyane Reis - diretora do CAHL/UFRB;

Eliana Gonzaga - prefeita de Cachoeira.

A mesa que deu início aos trabalhos do I Encontro Nacional de Educação Museal contou com a presença de importantes representantes das áreas da educação, cultura, memória e museus do Brasil. Cada um dos representantes manifestou a sua alegria em estar presente no evento reverenciando a democracia, o direito à cultura e à educação, a importância da participação social na construção de políticas públicas e a trajetória e desafios da educação museal brasileira.

HOMENAGEM À PROFESSORA MARIA CÉLIA TEIXEIRA

06/07/2023 - 15h às 15h30

Mona Nascimento - Museóloga Educadora

Paulo Nascimento - Diretor do Museu do Ouro (IBRAM)

Profª Drª Maria Célia Teixeira Moura Santos - Museóloga e Educadora

Ainda no contexto da Mesa Institucional de Abertura, Mona Nascimento, subiu ao palco para dar início à homenagem à Professora Dra. Maria Célia Teixeira Moura Santos, museóloga e educadora, referência da educação museal no Brasil, surpreendida pelo discursos de tributo proferido pelo ex-aluno Paulo Nascimento, com a presença da família e aplaudida com louvor pela plateia lotada.

Fala de Abertura da Homenagem por Mona Nascimento

Boa tarde a todas as pessoas presentes. É uma grande honra ser a pessoa que abre esse momento especial.

A nossa homenageada é uma grande inspiração. A pessoa que, como costume dizer, já há muito tempo entendeu tudo. Entendeu que a relação entre museus e educação é intrínseca e deve ser transversal, atravessando todos os processos museológicos.

Nós, educadoras museais e museólogas, temos na memória nossa matéria prima de trabalho. Daí a vital necessidade de cuidar da nossa própria memória e, respeitando quem veio antes, honramos nosso compromisso ético com essa matéria prima.

Assim, honrando esse compromisso, e com a gentil colaboração do Conselho Regional de Museologia 1º Região, Conselho do qual a nossa homenageada tem o registro COREM 1R 001 - I, o I Encontro Nacional de Educação Museal, tem como homenageada a Prof Maria Célia Teixeira Moura Santos.

E, para proferir o discurso de homenagem, convido Paulo Nascimento. Museólogo formado pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é diretor do Museu do Ouro/Ibram. Foi estagiário da Professora do Projeto Bahia com quem aprendeu ensinamentos para a profissão e para a vida.

Discurso de Homenagem proferido por Paulo Nascimento

Boa tarde a todos, todas e todes!

Profa. Maria Célia

Demais presentes

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta Cidade, tão linda e tão representativa para NÓS baianos que é a cidade de Cachoeira. Tão repre-

sentativa para nosso País. E falo isso ainda sob efeito das comemorações do nosso 02 de julho, Dia da Independência da Bahia e do Brasil. Viva o 02 de Julho!! Viva a Bahia!! E Viva o Brasil!!!!

Gostaria também de agradecer a oportunidade de estar neste espaço, na UFRB que nos acolhe, Universidade que é pública, Federal. Em uma Ação promovida pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Museus, no âmbito do MinC - Ministério da Cultura, que está de volta, mais forte e atuante do que nunca! Parece simples, mas não é! Precisamos reverenciar e agradecer. Não nos deram essas instituições de graça, foram batalhas e conquistas que fizeram com que elas existissem e existam até hoje. Esse é o nosso espaço institucionalizado de lutas, de debates, de discussão, de crítica, de diversidade, de inclusão, de respeito, de democracia e de exercício da cidadania. Trabalhamos todos, todas e todes aqui com Museu, instituição de memória, e não podemos esquecer jamais!!! Esse é o nosso Ofício!!

A Homenagem é para a Profa. Maria Célia, ela é uma das que esteve e está no front das inúmeras batalhas que travamos no dia-a-dia para que isso tudo tenha possibilidade de existir. Uma homenagem é um momento para reverenciar e agradecer, então, estamos reverenciando e agradecendo tudo que ela sempre batalhou e ajudou a construir!

E eu não teria aprendido nada com ela se eu não aproveitasse esse espaço de fala e manifestasse isso, ainda mais depois de tudo que vivenciamos nos últimos anos.

Gostaria ainda de agradecer também a oportunidade de estar aqui representando o Ibram e os meus colegas profissionais da área da Museologia e da Educação na condução dessa Cerimônia, que seria um ato para “celebrar formalmente”, mas que vocês vão perceber que estamos retirando a parte do “formalmente” e dos protocolos e ficando apenas com a parte do “celebrar” e do afeto.

É muito importante que, nessa ocasião, o Ibram esteja reverenciando, agradecendo e enfim reconhecendo o trabalho da Profa. Maria Célia Teixeira Moura Santos por todos os serviços prestados à Museologia e aos museus brasileiros, e à Educação. Isso significa deslocar o nosso olhar dos grandes centros e valorizar o trabalho de atores que também constroem a história da Museologia e da Educação Museal em outros lugares no País.

Maria Célia Teixeira Moura Santos é natural da Cidade de Maracás, na Bahia, nascida em 1947. É museóloga e educadora. Graduiu-se em Museologia pela UFBA na primeira turma do Curso fundado pelo Prof. Valentin Calderón (a quem a Profa. Célia sempre manifestou sua admiração e respeito). Posteriormente veio a se tornar uma das professoras deste Curso, responsável por formar gerações de museólogos e museólogas. Educadora por profissão e por vocação, abraçou este ofício com toda dedicação e empenho. Adepta das teorias de Paulo Freire (a quem Profa. Célia também admira e pratica até hoje) sempre buscou desempenhar seu trabalho aliando embasamento teórico com a prática, com a vivência. Entende esse movimento como via de mão dupla onde ação e reflexão se retroalimentam.

Mas nada disso é novidade para quem conviveu, trabalhou com ela, ou mesmo teve o privilégio de ser aluno ou aluna em sala de aula (e fora dela). Mestre e doutora em Educação, Profa. Maria Célia é autora de vários livros e artigos publicados. Da prática docente/museológica podemos destacar o importante trabalho feito em Itapua, associando os alunos do Curso de Museologia, alunos das escolas regulares e pescadores da comunidade local, todos integrados em um trabalho de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural do entorno.

Esteve presente e atuante nos momentos mais marcantes da Museologia no Brasil, desde os Fóruns Nordestinos de Museologia, até as movimentações para a regulamentação da profissão de museólogo. E na história recente (se é que podemos chamar assim depois de 20 anos), o importante trabalho na construção, divulgação e implementação da Política Nacional de Museus, por meio do seu Projeto-Piloto, também conhecido como Projeto Bahia. Esse movimento da PNM, é o responsável, como todos os presentes aqui devem saber, por desembocar mais adiante na criação do próprio Ibram e na promulgação da Lei 11.904/09 (Estatuto dos Museus). Nada mais, nada menos que os dois grandes instrumentos/ferramentas que o país dispõe em sua estrutura de política pública para o Setor Museal. Maria Célia Teixeira Moura Santos (e tantos outros e outras), tem suas digitais nesse movimento.

Atualmente é Professora Aposentada pela UFBA e também Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Museologia Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa/Portugal. Ainda dinâmica e atuante, mesmo depois de tantas décadas dedicadas à Museologia e à Educação, também presta consultorias na área de Museologia, na implantação e reestruturação de museus e na elaboração de projetos de ação cultural e educativa.

No seu livro “Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu” (publicado pela Coleção Museu, Memória e Cidadania – Ibram), já nas primeiras palavras diz:

“Considero que o processo de construção do conhecimento é resultado de um amadurecimento constante, incentivado pelos caminhos da vida – profissional, afetivo e social -, que nos impulsionam a pensar e a refletir sobre nossas ações nos diversos contextos em que estamos atuando, nos conduzindo a novas produções e, consequentemente, à busca de novos rumos e novos encontros.”

Muito bem, esse trecho resume um pouco da sua postura profissional, seus princípios e de como tem atuado desde sempre. E para além dos seus feitos e títulos, eu vou me dar a licença de trazer para vocês um pouco da experiência do que é conviver com Maria Célia. [Relato de Experiência]

Finalizo assim esse ato de homenagem à Maria Célia:

“Reverenciar” e “agradecer” foram duas palavras insistentemente repetidas ao longo de toda essa celebração. Não foi aleatório. É para ficar registrado na memória a intenção que tivemos com tudo isso. E, Profa. Célia, eu espero que tenha chegado aí no seu coração toda a reverência e agradecimento por tudo que você representa para NÓS!!

Discurso proferido pela Profª Maria Célia

Autoridades presentes ou representadas

Senhoras e Senhores.

Caras/os Colegas,

Vencer a emoção, ou deixá-la aflorar? Optei, para neste momento especial de minha vida, por deixar aflorá-la, sem constrangimento. Por isso, aqui estou de corpo e alma, com muita alegria, para dizer-lhes, muito obrigada pela generosidade, pelo companheirismo, pelo carinho e atenção de cada um que se dedicou à organização deste I Encontro de Educação Museal, em nosso País. A manifestação de gratidão de vocês me comove, me motiva para repensar nossas batalhas, nossas conquistas, e me inspira para continuar na caminhada.

Neste auditório repleto de pessoas que acreditam que é possível ver, expressar e transformar diferentes realidades, com olhar crítico, é impossível não relembrar que os ensinamentos de nosso mestre Paulo Freire foi um dos pilares fundamentais no meu caminhar como Educadora e Museóloga. Com ele aprendi a ser educadora, por inteiro, expondo e experimentando, na troca com o outro, nossas inseguranças, nossas certezas, que também podem ser consideradas como incertezas, buscando ser criativas e criativos, tendo coragem de ousar. Portanto, agradecer a todas e todos que estiveram comigo, neste longo percurso, é o que mais desejo, neste momento.

Este belo movimento provocado pela homenagem a mim conferida, me motiva, também, para a possibilidade de conversar, de nos emocionar, de criar um ambiente de partilha, de amorosidade e de cooperação. Compreendo este I Encontro de Educação Museal como um estímulo, uma provocação à reflexão em torno da relação entre museu e educação, uma oportunidade importante de desconstruir e reconstruir conceitos, rever procedimentos, de reavaliar nossa Política Nacional de Museus e mobilizar pessoas.

Assim, de forma rápida e sucinta, trago alguns aspectos relacionados com as ações sociocultural e educativa dos museus considerando-os como produto de nossa inquietação, de nossa determinação e de muitos sonhos acalentados na formulação de programas e na execução de projetos desenvolvidos de forma colaborativa, ao longo de nossa atuação profissional, em diferentes contextos. Penso que eles refletem nossos avanços, recuos e também nossos sonhos:

Reconhecemos que as Políticas Públicas para a Área da Cultura têm uma grande responsabilidade no sentido de promover a participação ativa no aprofundamento da democracia, na luta contra o preconceito, contra a exclusão social, a degradação ambiental, e na defesa da diversidade e da preservação do nosso patrimônio cultural;

Criamos museus mais flexíveis e informais, capazes de revelar os problemas e as demandas de diferentes grupos sociais, que até então eram alijados dos processos de criação, de implantação dos museus e da preservação da memória;

Socializamos as funções de preservação, buscando a compreensão de sua importância no fazer cotidiano das pessoas, ressaltando que o mais importante é a mudança de atitude de mulheres e homens, em relação a si mesmos e ao mundo, contribuindo, por meio da ação museal, para gerar um processo de preservação do patrimônio global, visando ao desenvolvimento humano sustentável;

Criamos redes de interação entre museus, desenvolvendo projetos, realizando ações transversais, que vão além das organizações internas de cada disciplina, trabalhando com categorias diferentes de acervos, abrindo possibilidades para a renovação e criação de museus orgânicos, híbridos e complexos;

Compreendemos a Importância da aplicação dos processos museais desenvolvidos fora dos museus, com a participação das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, das redes de ensino, dos pontos de memória, irmandades, quilombos, pequenas associações, memoriais de Casas-de-Santo, centros culturais, campos férteis para o compartilhamento de informações e de conhecimento;

Criamos redes de integração com cursos, instituições e organizações sociais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, destaco a Recomendação da Unesco Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, que afirma serem os museus cada vez mais vistos, em todos os países, como tendo um papel chave na sociedade e como fator de promoção à integração e coesão social, documento fundamental para repensar os museus, na contemporaneidade, resultado da liderança do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM junto aos Países da Ibero América e de suas gestões junto à UNESCO.

Estes avanços nos indicam, também, que é necessária uma análise sobre as ações socioculturais e educativas dos museus a partir do seu interior, de sua gestão. Sempre deslocamos o eixo dessa discussão, para as escolas, para a comunidade, para as relações com o público, para a relação do museu com a sociedade, esquecendo-nos de que educadoras(res)-educandas(os), público e comunidade, também, somos nós, e que, somente a partir de um processo de crítica e autocrítica, interna e externa, é que podemos assumir o nosso compromisso social.

Sim, são conquistas e desafios imensos! Entretanto, consideramos que não podemos deixar de reconhecer que temos problemas e admitimos a possibilidade de lançar um olhar crítico, reflexivo, não conclusivo, sobre a relação museu e educação, buscando novas possibilidades de ação e reflexão. Neste sentido, aproveito, também, para deixar os questionamentos/sugestões que apresento a seguir:

Como atuar com diferentes atores sociais, em vários contextos, compartilhando experiências, em distintos processos de musealização da dinâmica da vida, com militância e crença em nossa capacidade de contribuir para a construção de um mundo mais amoroso e igualitário?

Sabemos que o sistema educacional está cada vez mais sendo questionado, pela falta de diálogo e de pertencimento solidário e planetário, é possível sugerir uma alternativa pedagógica, a partir da elaboração de programas e projetos que conside-

rem que história e ambiente, cultura e natureza fazem parte de um mesmo complexo bio-psíquico?

Qual a responsabilidade dos gestores e dos técnicos responsáveis pelas ações socioculturais e educativas dos museus, no sentido de quebrar paradigmas e provocar o movimento necessário em torno da construção conjunta do planejamento museológico, compreendendo-o, também, como processo educativo?

Se consideramos que as escolas e os museus devem estar integradas ao meio, se ampliamos o conceito de sala de aula, se envolvemos novos atores sociais nas práticas pedagógicas e museais, não devemos reconhecer, também, que há uma relação intrínseca entre a ação educativa e a ação sociocultural e que ambas devem ser exercidas, em relação, possibilitando, inclusive, ampliar as dimensões de valor e sentido das demais ações museológicas?

O que fazer para que o conhecimento construído na academia e os avanços do campo museal, bem como as propostas e as diretrizes das Políticas Públicas para o setor cheguem às diversas Regiões de nosso País, atingindo o cotidiano dos nossos museus e os contextos nos quais estejam sendo aplicados processos museais? Os resultados alcançados com o Projeto Piloto do Eixo 3 da PNM, desenvolvido em nosso Estado, não seria um marco referencial importante para atingirmos estes objetivos?

Assim, considero como da maior relevância a necessidade de olharmos as ações socioculturais e educativas dos museus de forma mais abrangente, alinhadas com os Eixos das Políticas Nacional e Setoriais de Museus buscando vencer nossas dificuldades em operar as partes e as totalidades, na complexidade da ação museológica contemporânea, que deixa explicitada suas dimensões transversais e humanas e busca operar com temas tais como: ampliação da justiça social, o direito à memória para mulheres e homens, o respeito à dignidade humana, aos povos originários, a luta contra o racismo, a xenofobia, o sexismo, o machismo e a compreensão de que os museus são espaços de convivência e de compromisso com o presente. Estes desafios me acompanham, me inquietam e, ao mesmo tempo, acredito que potencializam nossa capacidade de agir, de transformar e de nos sentirmos sujeitos da História.

Continuemos sonhando, acreditando que nosso campo de atuação é essencial para a melhoria da qualidade de vida. Todos nós sentimos, na pele, os efeitos nefastos dos retrocessos ocorridos nos últimos quatro anos. Retomar e avançar com nossas conquistas não é somente necessário, como urgente.

Reitero meus agradecimentos a todas e todos que compartilharam comigo desse longo caminhar e divido com cada um, a homenagem recebida neste momento, com destaque especial para William Moura Santos, o amor de minha vida, desde a adolescência, que tem sido meu maior incentivador e companheiro em todos os momentos, a meus filhos Vinicius e Isadora e à minha neta Maria Moura, que me enchem de amor, de contentamento e alegria de viver.

Com a alma elevada, convido a todas e todos para cantarem comigo, a canção Sonho Impossível, na versão de Chico Buarque e Rui Guerra trazendo para este momento

de agradecimento um pequeno ritual apresentado no evento de encerramento das atividades desenvolvidas no Projeto-Bahia-Eixo 3 da PNM que denominamos de Saudação ao Sonho, à Memória e à Gratidão.

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beije
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

Cachoeira, 06 de julho de 2023

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

06/07/2023 - 15h30 às 17h

Fabiano Piúba - Secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC.
Lia Calabre - Chefe do setor de Pesquisa de Políticas Culturais da FCRB (2003-2019; 2023-atual).
Luciana M. Gottschall - responsável pela Gestão Orçamentária e Financeira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Nide Nobre - Coordenadora de políticas culturais com a juventude estudantil, por meio do desenvolvimento de uma pedagogia de projetos nas distintas linguagens artísticas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Mediação:
Marielle Costa - Coordenadora de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Com vistas a pensar as bases para um Programa Nacional de Educação Museal e o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, esta mesa reuniu diferentes experiências que apontam caminhos possíveis para estas construções, no intuito de conhecer mais de iniciativas públicas que possam servir de referência.

A fim de colaborar para um entendimento comum sobre a estruturação de um programa estruturante de política pública, **Luciana Gottschall** apresentou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo qual se faz o repasse financeiro para a aquisição de gêneros alimentícios a todos estados e municípios. O programa é regulamentado por lei e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é o órgão responsável por sua operacionalização.

O objetivo do PNAE é garantir aos estudantes, por meio da oferta de alimentação escolar e do desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, o crescimento, a aprendizagem e o desenvolvimento biopsicossocial, o bom rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

O programa se vale da burocracia local e dos normativos federais para determinar os modos pelos quais isso deve ser feito, levando em conta uma série de variáveis, tais como o respeito à cultura alimentar, à faixa etária, às especificidades e seletividades alimentares, de modo a atender os estudantes de forma adequada e saudável. A lei determina, por exemplo, que todas as localidades tenham nutricionista responsável técnico, a priorização da produção agrícola local. Os marcos legais integram o primeiro pilar da implementação de políticas federais.

O financiamento do PNAE é uma despesa obrigatória, o que significa que nenhum

governo pode gerenciar esse orçamento: a alimentação é um direito social constitucional. Então o orçamento, que é outra variável que determina a possibilidade de implementação de uma política, é garantido. De qualquer forma, é importante que haja dotação orçamentária específica e engajamento na formulação do Plano Plurianual para garantir que a política esteja claramente expressa entre as demandas.

O tema é outra dimensão importante: o engajamento social para a manutenção da política depende de ela ser resposta a uma necessidade legitimada pela sociedade civil. Aqui nesse caso, a alimentação é uma necessidade incontestável. A culminância desse reconhecimento vem com a gestão participativa; além das discussões que determinam os direcionamentos do programa, o PNAE tem um Comitê Participativo e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE): a lei obriga que para receber o recurso o ente tenha o CAE constituído para fazer o controle social dos gastos, aprovar ou reprovar a prestação de contas do ente em relação ao recurso recebido. A gestão está obrigada a fornecer a infraestrutura necessária ao seu trabalho de fiscalização, embora os integrantes não sejam remunerados.

Quanto mais intersetorial é uma política, mais chances ela tem de ser bem-sucedida em sua implementação. O PNAE integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar junto com vários outros programas, que reúnem outras entidades, e ministérios. Foi fundamental para que o Brasil saísse do mapa da fome em coordenação com outras ações. São muitas as parcerias estabelecidas, e quando envolvem organismos internacionais o programa fica mais protegido dos lobbys que ameaçam sistematicamente a sua integridade. Universidades e Institutos Federais Também atuam para fundamentar com pesquisas o aprimoramento do programa, como no caso do desenvolvimento do Guia Alimentar da População Brasileira.

Nos processos de implementação é importante também saber “ler” o contexto político e discernir os momentos em que podemos e devemos buscar inovações e melhoramentos dos momentos em que devemos ser discretos e cuidar da manutenção do que se construiu. Sublinha-se o momento propício para a educação museal e para o campo do patrimônio cultural, sobretudo depois da evidência da sua importância, demonstrada pelos episódios de 8 de janeiro.

Em relação à manutenção, os órgãos precisam de estrutura organizacional para sustentar políticas públicas, e isso se traduz principalmente no número de servidores de carreira. Falou-se repetidamente de resistência, e só é possível se há servidores zelando pela continuidade das ações. O PNAE tem a sua própria coordenação, por exemplo.

Fabiano Piúba trouxe em sua fala imagens e citações que revelam suas perspectivas sobre cultura e sobre as atribuições institucionais que reconhece em relação à cultura. Começa com a canção de Gilberto Gil, ‘De onde vem o Baião’: entre a composição musical até chegar no coração das pessoas, o que há nesse entremeio é cultura, pensando cultura como um saber fazer comum, como solidariedade e poder de transformação de vidas. Em ‘O Canto do Povo de um lugar’, de Caetano Veloso, Fabiano enxerga a cultura relacionando a questão da etnia com a ideia de território, e em seguida ele cita Orlando Villas Boas, que quando questionado sobre o que aprendeu

de mais importante com os povos indígenas, disse: “O velho é o dono da história, o adulto dono da aldeia e a criança é dona do mundo”. Traduzindo essa inspiração ao se pensar políticas de patrimônio cultural onde o velho, dono da história se associa com a responsabilidade que temos em relação à memória, o adulto, dono da aldeia, se relaciona com o cuidado a esse lugar de memória, ao território e a criança que se liga com o cuidado com o futuro. Então, pensar uma política de memória seria pensar em ancestralidade, mas com uma perspectiva de futuro.

Podemos pensar uma política de memória ao mesmo tempo como uma política de conservação, de ‘acervo’, mas também deve ser uma política de invenção e/ou reinvenção. É importante pensar que tantos os museus vinculados ao poder público, e os museus comunitários e indígenas também são lugares de fomento, criação e de reinvenção. Esse caráter criativo é perceptível em toda casa, oficina, atelier, terreiro de um mestre de tradição popular, pois esse espaço é uma escola e um museu ao mesmo tempo, um museu porque é um lugar de memória e uma escola porque é um lugar de transmissão.

A própria Política Nacional de Educação Museal é um instrumento importante nas políticas da Educação e Cultura como algo desse enlace através dos museus e dos ambientes como pontos de memória e museus comunitários, lembrando que os museus são feitos por pessoas.

Fabiano encerra sua fala citando o poema ‘O Som da Pessoa’, de Gilberto Gil, convidando o público a declamar com ele:

*A primeira pessoa soa como eu sou
A segunda pessoa soa como tu és
A terceira pessoa soa como ele
E ela também
Qualquer pessoa soa
Toda pessoa
Boa
Soa
Bem*

Nide Nobre inicia sua fala parabenizando a organização do evento, pois estes encontros são um dos caminhos para que a política seja construída e dê certo. Ela inicia contando sua trajetória no projeto, o programa estadual que aciona as escolas do estado da Bahia para o desenvolvimento de ações de educação museal e patrimonial. Em um encontro com a professora Maria Célia Teixeira ao desenvolver projetos artísticos na Secretaria da Educação, Nide dizia que não iria fazer nenhum projeto modelo pois tinha a intenção de ocupar seu tempo com toda essa rede, ela tinha consigo a ideia de destruir e reconstruir os processos e as relações, abrindo possibilidades de novos caminhos para a construção dessa política. Ao observar formas de educação que estão desassociadas da vida cultural, do cotidiano e da história, optou então por construir uma educação viva, por pensar novos caminhos e inserir a reflexão sobre a história da vida cotidiana, atualmente ausente dos currículos escolares.

Essa forma de educação viva se reflete nos estudantes: percebe-se uma vontade protagonista nos estudantes, que não querem mais ser objetos e observadores, têm vontade de ser sujeitos participativos na produção de suas histórias. Com isso é preciso pensar a educação em outros parâmetros.

A partir disso veio essa ideia da Secretaria da Cultura, por via de Luciana Mandelli e Pola Ribeiro, de realizar esse propósito em 900 a 1.200 escolas. Para isso, usaram da base legal dada pela Constituição Federal e a resolução do Conselho Estadual de Cultura, exprimindo as ideias de educação patrimonial, de memória e cultura. É possível construir esta política, mas é preciso conhecer as escolas e promover um processo de sensibilização e de distribuição de recursos financeiros e humanos. Essa área que requer qualificação, mas também amorosidade no processo de fazer um diagnóstico ou um parecer sobre determinadas regiões.

Nide encerra sua fala convidando a todos a pensar novos processos e formas de construção, novas leituras e releituras para a criação e recriação das políticas de educação museal e patrimonial.

Lia Calabre contou a todos que nos anos 60, a ditadura militar acabou com o Conselho Nacional de Cultura e criou o Conselho Nacional e o Conselho Federal de Cultura nos moldes do Conselho Federal de Educação. Um dos pontos que os intelectuais conservadores que estavam nos dois conselhos pleiteavam era ter um fundo de educação, pois mesmo durante a ditadura militar, a discussão era sobre a importância de ter um fundo não contingenciável para garantir recursos e planejar com segurança. Os instrumentos legais são fundamentais para garantir a manutenção de políticas culturais, como o Conselho Nacional de Políticas Culturais, que não funcionou como deveria, mas não foi extinto devido à lei constitucional. No entanto, é importante lembrar que nada está garantido e tudo pode mudar, como verificamos no governo passado. A questão da cultura seria como “administrar o administrável”, porque exatamente da vitalidade, da revolta de promover e provocar nas pessoas uma certa inquietude, um certo é incômodo, é que a cultura se move.

Em uma tentativa de fazer um panorama sobre a memória, cita-se primeiramente as políticas setoriais como a de museus, que é constituída por uma somatória de políticas setoriais. É uma política que tem o papel fundamental de dar concretude a questão da memória, memória essa que contém elementos que atravessam o conjunto das culturas, mas a cidadania também. Cidadania é uma questão que tem que estar sendo pensada no conjunto das políticas setoriais porque ela atravessa o conjunto dos fazeres sociais. Qualquer área de cultura, em especial, deve ter como lugar de partida a participação social, contendo um peso enorme. É possível afirmar que a construção efetiva de políticas públicas se inicia nos anos 2000 (apesar de dezenas experiências de várias instituições anteriores a esta época), e o que valida essas iniciativas é a massiva participação social, que alicerçou a construção contínua de políticas culturais.

No governo anterior essas experiências participativas de construção só foram reativadas a partir da Lei Aldir e mostraram-se muito potentes e fundamentais, sendo o ponto de virada dos processos de desmonte promovidos, tivemos a rearticulação

das redes dos anos 2000, e se não fosse por estas redes e as articulações, nem o projeto da Lei Aldir nem o da Lei Paulo Gustavo teriam sido aprovados; a mobilização foi fundamental mais do que nunca para a obtenção efetiva do direito cultural e da Cidadania. Agora os trabalhadores militantes no campo da cultura devem tomar o grande desafio de territorializar as noções de participação, de cidadania e de ação. Os sujeitos precisam se apropriar do direito à cultura e as pessoas precisam se apropriar da noção de Cidadania.

Cada vez mais é possível observar que os museus cumprem um papel destacado nesse todo, inclusive no âmbito da museologia social e de como as comunidades os grupos as localidades se apropriaram da noção de museu para criar e estruturar a suas identidades, para se fazer representar e para se enxergar em um processo de busca de ampliação da Cidadania e dos direitos culturais.

É urgente que a gente pense um lugar estratégico para educação museal no enfrentamento dos desafios que foram postos pelo governo anterior, engajado em desfigurar identidades e em forjar uma identidade nacional conservadora, uma identidade de exclusões, atrelada a uma nacionalidade que não existe.

O lugar dos museus na construção dessa identidade dessa representatividade múltipla é cada vez mais relevante; é muito importante que a diversidade seja enxergada nos lugares de representação nacional.

LANÇAMENTO PEMBRASIL

07/07/2023 - 09h às 10h30

Com Equipe OBEC:

Amanda Haubert Ferreira Coelho
Caroline Fantinel
Clarissa Narai Costa e Silva
Daniele Canedo
Elizabeth Ponte de Freitas
Mona Ribeiro Nascimento.

O EMUSE foi local do lançamento da PEMBrasil – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros. Iniciativa do Ibram desenvolvida entre 2022 e 2023 pelo Observatório de Economia Criativa da Bahia - Obec-BA, seu objetivo geral é a produção de informações que possam subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação da PNEM e, em consequência, das políticas públicas do Ibram, a partir da perspectiva dos museus e dos/as educadores/as. No total, foram 1.153 respostas recolhidas em diferentes modalidades, de todos os estados brasileiros. As próprias pesquisadoras envolvidas, coordenadas por **Daniele Canedo**, subiram ao palco para mostrar os dados levantados: Amanda Haubert Ferreira Coelho, Caroline Fantinel, Clarissa Narai Costa e Silva, Elizabeth Ponte de Freitas e Mona Ribeiro Nascimento.

Inicialmente Daniele Canedo discorreu sobre a trajetória e campos de atuação do Obec-BA e apresentou o contexto da realização da pesquisa, desde o estabelecimento da parceria estabelecida entre o Ibram e o Obec – BA até o escopo geral e os objetivos da pesquisa.

Beth Ponte abordou a abrangência e a interiorização da PEMBrasil, enfatizando a sua validade enquanto representação da realidade do desenvolvimento de práticas educativas nos museus brasileiros na atualidade. Entre muitas outras variáveis, a correspondência entre o percentual de museus por região e o percentual dos museus respondentes por região, é uma evidência disso.

Os dados sobre a caracterização das práticas educativas foram apresentados por **Caroline Fantinel**, que destacou o alto percentual de museus que desenvolvem práticas educativas – em especial visitas mediadas, oficinas de temas diversos e atividades de capacitação. Destaca-se a confirmação do público estudantil como público majoritário dos museus brasileiros e a baixa incidência de atividades voltadas aos públicos quilombolas, indígenas, público LGBTQIA+.

Amanda Halbert destacou os aspectos relativos aos desafios e limitações mais frequentes enfrentados nos museus para o bom desenvolvimento de práticas educativas. Entre eles, destaca-se a baixa ocorrência de previsão orçamentária para essa finalidade.

Mona Nascimento aludiu à circunstância da elaboração da PNEM, quando havia poucos dados para fundamentar o processo, e a realização da PEMBrasil como res-

posta a essa falta. Então apresentou dados referentes à natureza das práticas educativas, ao perfil dos educadores, à documentação que fundamenta e possibilita as ações de educação museal nos museus do Brasil.

Os produtos da PEMBrasil foram apresentados por **Clarissa Narai**: os 1º Boletim – 2022 e 2º Boletim – 2023, já acessíveis e o Relatório Final e Painel de Dados da PEM-Brasil, a ser disponibilizados proximamente.

Debate: Como os resultados da PEM Brasil refletem contextos e desafios da educação museal no Brasil

07/07/2023 - 10h30 às 12h

Frederico Barbosa - Pesquisador do Instituto de Planejamento e Pesquisa (Ipea) desde 1997.

Gabriela Aidar - Coordenadora dos Programas Educativos Inclusivos do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo.

Kamylla Passos - Doutora em Museologia com a tese “Educação Museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial”. Integra o projeto de acessibilidade nos museus do Instituto Butantan, financiado pelo CNPq.

Luciana Conrado - Coordenadora de Educação e Ação Cultural do SESI Lab, museu de arte, ciência e tecnologia sediado em Brasília-DF.

Renata Almendra - Professora Adjunta da Faculdade de Educação, Departamento de Métodos e Técnicas, da Universidade de Brasília.

Mediação:

Daniele Canedo - Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Coordenadora do grupo de pesquisa Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).

O debate reuniu especialistas do campo e suas análises preliminares dos dados. Logo no início, **Gabriela Aidar** apontou para a necessidade de abarcar um entendimento de acessibilidade mais ampliado que acessibilidade cultural e destacou que a PEM Brasil avaliou melhor as formas acessibilidade atitudinal e a natural e pior a acessibilidade instrumental, e metodológica e pedagógica. Faz-se necessário ampliar a percepção da acessibilidade para além pessoas com deficiência e contemplar outros públicos: idosos, crianças, iletrados, entre outros. A pesquisa também demonstra que o trabalho educativo com pessoas que estão fora do atendimento escolar necessita de atualização.

Ressaltou que os resultados revelam a importância de elevar o nível de conscientização das equipes dos educativos e capacitá-las para a qualificação da acessibilidade das ações educativas desenvolvidas nos museus, enfatizando a importância do Ibram na área de capacitação do campo.

Kamylla Passos compartilhou a percepção de que boa parte dos museus ainda não tem equipes educativas bem estruturadas. E deu destaque em sua fala para dados que caracterizam o perfil majoritário dos educadores museais no Brasil: mulheres brancas, cis, de até 40 anos, altamente qualificadas (mais de 40% tem pós graduação) e sub-remuneradas. A PEMBrasil aponta que 60% dos educadores produzem conhecimento. A academia, que produz muitas pesquisas sobre os museus, mas não tem contato com as dinâmicas internas dos museus.

Por fim, Kamylla convidou o público a refletir sobre o desequilíbrio na distribuição regional dos museus, sobretudo a concentração de museus em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O sudeste precisa escutar que no centro-oeste não tem um MAST, um MASP.

Luciana Martins enfatizou a trajetória e o esforço da luta coletiva para a formalização

da PNEM, a importância da existência do Ibram e a existência de servidores públicos dedicados à área de museus. Propôs que a partir do levantamento apresentado pela PEMBrasil seja mantida a atualização dos dados sobre educação museal, em diálogo com o cadastro nacional de museus. Além de disponibilizar uma base que possa referendar as ações de educação museal.

A alta escolarização e a predominância etária - 27 a 60 anos - contraria a ideia de que a maior parte dos profissionais é de jovens estagiários. A diversidade de formação, que se relaciona com a ausência de cursos de educação museal, traz consequências positivas e também negativas dos educadores museais. É preciso nos perguntar que formação queremos e reconhecemos ser necessária para o desenvolvimento deste trabalho. Esse é um aspecto que tem relação direta com a remuneração e repercute, por exemplo, sobre a inclusão da Educação Museal no Cadastro Brasileiro de Ocupações e sobre a realização de recursos públicos, fundamentais para brecar a precarização da profissão.

Para a construção das políticas de educação museal é preciso refletir sobre aquilo que a gente faz, e mostrar para os gestores é um ponto pé inicial: todos nós precisamos nos ocupar da sistematização das nossas práticas. Por isso é tão importante a oportunidade que temos estando aqui.

Renata Almendra sublinhou a falta de fundamentação voltada para educação museal, com poucos dados tendo sido levantados antes da realização da PEMBrasil, a exemplo da publicação Museus em Números, que tinha 3 perguntas voltadas para o desenvolvimento da educação museal. Destacou que a importância da participação social e da articulação das redes de educadores de museus para a construção da Pnem se manifestou novamente na realização da própria pesquisa: sem as redes nada acontece.

Os dados sobre a formação dos educadores revelam que os educadores museais provocam muito mais a academia do que a academia provoca os educadores. O fato de esse caminho de formação não receber aportes das universidades, evidenciado pela ausência de disciplinas que abordem educação museal, prejudica o desenvolvimento da área.

Por último, Renata propõe a inserção na agenda do Ibram e nas Secults de uma Semana Nacional de Educação Museal - revisão da PNEM.

Frederico Barbosa declarou que diante da sua atuação na área de políticas públicas, lhe cabe chamar atenção para pontos em que identifica certa ambiguidade. A análise de políticas públicas é sempre feita a partir de evidências, e no Relatório final da PEMBrasil a evidência está sempre contextualizada – é referido aos princípios e diretrizes da PNEM.

Para a análise se parte da ideia de que toda a instituição tem uma estrutura – recursos operacionais, e também estão relacionados com capacidades políticas. Mas associação da educação museal com a profissionalização e com recursos de institucionalização gera dúvidas, já que os gestores desconhecem o que é educação museal.

O conceito de educação museal não é claro; diante disso é importante dar ênfase a precisar o conceito, diminuir as ambiguidades. Por exemplo: A educação museal ainda privilegia o formato de visitas guiadas para o público infantil – vale dar ênfase

à questão da comunicação, e valorizar o formato de visitas guiadas, de acordo com o que os dados revelam. O relatório é muito bom como um conjunto de evidências do campo que abarca. É importante que tenhamos uma certa documentação para que tenhamos um processo aberto para a evidência; as memórias dos debates realizados.

Daniele Canedo afirmou que o processo de pesquisa é um mergulho imenso e pra gente um grande desafio, desenvolvido com as contribuições de especialistas do âmbito da pesquisa e da educação museal. O conceito de educação museal sugere o processo participativo que o engendrou. E o Caderno da Pnem apresenta vários dos conceitos que fundamentam a política e a PEMBrasil. O relatório está em finalização e as sugestões de todas as análises serão acolhidas. As pesquisas do Obec não são isentas, elas têm lado e propósito como qualquer ação política. Não estamos comprometidos com a neutralidade, mas com a evolução das políticas públicas para que sejam mais democráticas e representativas. De qualquer maneira, o importante é que têm sido criadas situações para a garantia de uma escuta participativa.

Marielle Costa apresentou o ponto de vista institucional, afirmando que os delineamentos da política estão em processo, e por isso se está propondo, na atual gestão, uma revisão, uma vez que a PNEM ainda não é uma política tão consistente como pode ser. Sob a gestão de Renata Bittencourt no Departamento de Processos Museais do Ibram, a política, resultante da mobilização de tantos, foi institucionalizada. Com Carolina Villas-Boas à frente do departamento foi definida a realização da PEMBrasil, cuja semente nasceu do Encontro Baiano de Educação Museal – em que estava presente Fernanda Castro, a atual presidenta do Ibram. A instituição precisa ser provocada e alimentada pela sociedade civil para que suas ações tenham sentido e respondam a necessidades concretas.

Das **intervenções do público** destaca-se a seguintes Inscrições de participantes do público:

- Uma percepção de que a política está engavetada e chama atenção para as possibilidades de um contexto político favorável;
- A urgência de que se reflita e se estabeleçam mecanismos para a projeção de diversidade identitária e de representação, tendo sido destacada a invisibilização das mulheres trans na PEMBrasil, apesar de sua evidente atuação na educação museal e presença no próprio Emuse;
- A necessidade de trabalhar sobre a diretriz proposta pela organização da IV Conferência Nacional de Cultura para o Emuse: “Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos oprimidos.”;
- A necessidade de efetivamente promover a acessibilidade como aspecto constituinte da educação museal brasileira.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO CAMPO DA MUSEOLOGIA SOCIAL

07/07/2023 - 9h às 10h30

Paula Nunes - Museóloga da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo desde 2011.

Raimundo Melo - Integra a coordenação da Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do RN e a Comissão Nacional de Gestão Compartilhada do Programa Pontos de Memória do Ibram, representando o Nordeste e a sociedade civil.

Raquel Fuscaldi - Chefe da Divisão de Museologia Social da Coordenação de Museologia Social e Educação do Instituto Brasileiro de Museus.

Mediação:

João Paulo Vieira Neto - Coordenador de Acervo e Pesquisa do MIS-CE e assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social e coordenador do Projeto Historiando.

O objetivo da mesa era promover discussões relacionadas às estratégias e alternativas de fomento ao campo da museologia social, trazendo experiências e elementos para a elaboração coletiva de uma política de fomento continuada, considerando os distintos níveis da esfera governamental e agentes envolvidos na implementação do Programa Pontos de Memória.

A abertura dos trabalhos consistiu em uma sessão conduzida por Suzenilson Kanindé, em um canto entoado com batida ritmada de chocalhos, participantes de mãos dadas, uma confraternização de abertura acorde com as expectativas de reencontro numa reunião presencial após os anos da pandemia de Covid-19.

Raimundo Melo apresentou um histórico das primeiras iniciativas de museologia social do RN. Descreveu o surgimento da rede, enfatizando a importância do Museu Nisia Floresta, inaugurado em 2012, como uma instituição que foi um polo importante na articulação local, como uma base que organizou ações integradas e o encontro estadual da rede.

Entre as principais estratégias usadas pela rede de museologia social do RN, estão: a produção de conteúdos audiovisuais e a realização de exposições, mostras e debates com o envolvimento de escolas e comunidades; e a articulação para apoio às iniciativas de museologia, por meio de reuniões com associações comunitárias, grupos culturais, artistas, grupos de mulheres, quilombolas e escolas públicas e interlocuções institucionais com as secretarias municipais e estadual de Educação, Cultura, Agricultura, além de parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e com as DIRECs (Diretorias Regionais de Educação e Cultura) do RN.

A articulação para que as iniciativas de museologia social acessem políticas públicas de financiamento gerou uma série de premiações e participações exitosas em editais diversos e foi essencial à difusão dos mecanismos da Lei Aldir Blanc, da Lei Estadual Cultura Viva do RN e da Lei Rouanet.

Raimundo apresentou quatro propostas para o Programa Pontos de Memória:

- A elaboração de um plano de desenvolvimento institucional para pontos de memória e museus comunitários, conjugando atividades de formação em práticas educativas, comunicação institucional, e captação de recursos;
- O fortalecimento das redes estaduais e temáticas, com o lançamento de editais específicos para as redes, em um trabalho integrado, conjunto e coordenado do Ibram com as redes, e também com articulação do Ibram com governos estaduais e municipais;
- O estabelecimento de um pacto federativo pela memória e museologia social, com a criação de convênios e protocolos com governos estaduais e municipais, definição de planos/metapas para ampliação dos Pontos de Memória e Museus Comunitários, e desenvolvimento de ações e de editais interministeriais entre Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Turismo (Mtur);
- A diversificação de fontes de financiamento: ampliação dos editais públicos do Ibram, articulação do Ibram com Estados e Municípios para a execução das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2, a busca por emendas parlamentares, por parcerias com empresas estatais/mistas (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica), com empresas privadas, com universidades e institutos federais, com realização de pesquisas e programas de extensão, produção e difusão de conhecimentos a partir de experiências comunitárias, e sistematização das experiências com participação dos Pontos de Memória e Museus Comunitários em publicações impressas e virtuais.

Paula Nunes trouxe a experiência dos Pontos de Memória no Espírito Santo de 2015 a 2022, período no qual a Secretaria de Cultura lançou editais anuais. Ao todo, foram contemplados 21 municípios, com 46 Pontos de Memória criados. Foram também organizadas pela Secult três Teias da Memória estaduais presenciais no Espírito Santo, além de uma Teia da Memória estadual online organizada pelo Ponto de Memória Raízes, com recurso do edital, e uma Teia da Memória Região Sudeste realizada em parceria com a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, com recursos de emenda parlamentar. Como próximas ações da Secult-ES, está prevista uma nova Teia da Memória estadual, em 2024, a elaboração e aprovação de projeto de Lei instituindo o Programa Pontos de Memória como Política de Estado, garantindo sua continuidade e ampliação das ações, além da inclusão dos Pontos de Memória na MEDIATECA Capixaba.

Raquel Fuscaldi apresentou um histórico do Programa Pontos de Memória, desde a parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI) em 2009, passando pelo projeto de cooperação internacional assinado com a Organização dos Estados Iberoamericanos (Prodoc OEI/BRA/08/007), que durante alguns anos foi fundamental para a estruturação das ações do Programa.

A estruturação do programa passou pela construção de uma metodologia e dos

eixos de atuação, a saber, capacitação, fomento, mapeamento, intercâmbio, articulação em redes e participação social.

Instituído como programa pela Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021, tem como objetivo a promoção de ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais comunitários protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Garantir que o direito à memória seja exercido de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Uma nova fase do Programa foi inaugurada com o processo de Certificação de Pontos de Memória, regulamentado pela Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021. Respondendo a uma demanda antiga do campo, a certificação como Ponto de Memória habilita entidades culturais e coletivos culturais para a participação nas políticas públicas destinadas ao Programa Pontos de Memória, além de garantir uma chancela institucional que pode ser importante para a obtenção de outros apoios e parcerias.

Em seguida, foram trazidas informações a respeito da IV edição do Prêmio Pontos de Memória 2023, edição que homenageia Helena Quadros, educadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. O edital tem como objeto selecionar e premiar ações de museologia social, realizadas nos últimos 5 (cinco) anos, por entidades e coletivos culturais certificados como pontos de memória. Serão distribuídos, ao todo, 40 (quarenta) prêmios de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) cada, totalizando R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

SESSÃO ESPECIAL: REFLEXÕES SOBRE O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: VISIBILIZAR OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA E A IDENTIDADE BRASILEIRA

07/07/23 - 19h

Any Manuela Freitas - Sambadeira, especialista em Políticas e Gestão Cultural e coordenadora da Casa do Samba de Roda de Dona Dalva.

Daiara Hori Figueroa Sampaio – Duhigô, do povo indígena Tukano – Yé'pá **Mahsã** - Artista, ativista, educadora e comunicadora, pesquisa o direito à memória e à verdade dos povos indígenas.

Dona Dalva Damiana - Sambadeira, cantora, compositora, integrante da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, é Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e fundadora do Samba de Roda Suerdieck.

Renata Bittencourt - Gestora cultural, responsável pela área de Educação do Instituto Moreira Salles (IMS).

Wlamyra Albuquerque - Professora do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora Produtividade I-D (CNPq).

Mediação:

Georgina Gonçalves dos Santos - Reitora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O marco do bicentenário do 2 de Julho de 1823, data da independência do Brasil na Bahia, resultante das lutas pela emancipação do país iniciadas em 25 de junho de 1822 na cidade de Cachoeira, foi o pano de fundo para a discussão da formação das identidades brasileiras e da importância de conhecer e visibilizar as diversas narrativas que compõem essa história da independência nacional.

Iniciando a sessão, **Renata Bittencourt** se declara honrada em partilhar da companhia de Dona Dalva e da impressão de que algo que atravessa tempos e lugares se manifesta nessa reunião, em Cachoeira, nas vozes das mulheres que integram essa sessão especial.

Agradecendo à organização do Emuse e ao Ibram, instituição que integrou, destacou a admiração pela atuação de seus servidores, representados na menção nominal de Luciana Palmeira e Taís Valente, filhas da escola de museologia da Bahia, e Newton Fabiano.

Diante da imagem de uma pintura chamada 'A Baiana', que localizou em sua pesquisa de mestrado, há 20 anos, declarou a sua busca, pelas ruas de Cachoeira mostrando a impressão para as pessoas. Imaginava que alguém iria dizer algo sobre essa mulher negra coberta de voltas de ouro, mas restam as poucas informações iniciais. Isso ajuda a contar um pouco de como a história da arte da cultura que nós precisamos hoje é aquela que conseguimos inventar, subverter, romper os limites e transformar. Essa é uma obra de arte que é impossível ser compreendida se a gente não

vê nela o brilho dourado de Oxum, se a gente não olha para os referenciais que estão nas tradições religiosas espirituais afro-brasileiras e que, portanto, são referenciais que não estão na bibliografia da história da arte.

Renata aponta que não aprecia determinismos de rótulos e clubes, mas entende que o termo decolonialidade ajuda a pesquisadores negros e aqueles não negros que de fato acham que os sentidos precisam ser mudados e reconstruídos. Em relação ao seu trabalho no Instituto Moreira Sales (IMS-SP), destaca duas iniciativas que buscam olhar para o acervo a partir de outras iniciativas e de outras perspectivas.

A primeira iniciativa, denominada Negras Imagens, reuniu 10 pesquisadores de diferentes partes do Brasil, quase todos negros. A partir da escolha de imagens do acervo do IMS que trouxessem a representação de pessoas negras ou artistas negros, e então foram realizadas lives para que eles pudessem falar sobre essas obras. A outra iniciativa é uma segunda série chamada Música e Modernismos Negros, em consonância com o centenário da Semana de Arte Moderna. O foco foi posto em contar o modernismo de uma outra maneira, superar a redução apresentada pela ideia de modernismo branco, paulista, de elite de fazendeiros. O olhar se voltou para a maior revolução cultural que aconteceu no Brasil no século XX: o surgimento do samba. Para pensar em quão moderna é essa expressão, no que lhe deu origem e qual seria o papel das mulheres - não tão observado -, para contar essa história. Foi um ciclo também muito rico, com oito lives. Os autores também produziram textos que darão origem a dois vídeo books. A ideia é compartilhar ideias para que se consiga aplicar e multiplicar iniciativas em outros lugares que podem transformar o modo dos acervos serem vistos, lidos e interpretados.

O IMS tem também uma área de diversidade de inclusão, coordenada por Viviana Santiago, que realizou uma pesquisa que aferiu que o Instituto tem 20% apenas de pessoas negras - obviamente nas funções de menor remuneração. A resultante desse dado é que hoje todas as contratações precisam trazer mais pessoas negras para dentro da instituição. Também foi organizado um GT que reúne diferentes instituições de São Paulo para discutir a problemática do racismo nas instituições, uma vez que nossos museus são brancos, sobretudo no contexto paulistano, para então pensar nos desafios e também em boas práticas que gerem a incorporação de pessoas trans, lgbtqi+, negros indígenas etc.

Muitas vezes as pessoas que trabalham em museus se percebem como liberais, como não racistas porque são de esquerda, ou porque são da área da cultura etc. É importante que os profissionais da área se percebam e tenham consciência de que os museus são instituições racistas. E não apenas pelo processo de constituição das suas coleções, pelo que consta nos seus acervos ou pelo que pauta sua programação, mas também pelas relações humanas que se estabelecem a partir das equipes.

Nós estamos no país que é o segundo mais violento da América Latina: nesta década 408 mil vidas negras foram perdidas para a violência; 72% dos homicídios no país vítima pessoas negras - índice de homicídios de negros sobe, enquanto o índice de homicídios de não negros desce; a população prisional tem mais de 67% de negros; a

taxa de homicídio de homens negros é quatro vezes maior do que de não negros e a de jovens é três vezes maior. Mesmo que se pense que não é nos museus que essas pessoas estão morrendo, é interessante pensar no museu como responsável pela formação da subjetividade da sociedade em que nós vivemos e da mentalidade do Brasil.

Uma pesquisa publicada pelo Museu Histórico Nacional, feita pelo João Batista, por Tony Boita e outros pesquisadores, se volta para os Museus Ibram e vai dizer o seguinte: 63% dos museus apresentam uma explícita ênfase em pessoas brancas nos nomes dos museus, nos textos que descrevem a missão institucional, nas exposições de longa duração ou na musealização dos espaços; só dois dos 30 museus do Ibram trazem referências à questão indígena e negra: o Museu das Missões, no sul do país, e o Museu da Abolição, em Pernambuco. Identifica-se também uma matriz de classe vigente nos museus e as palavras que aparecem nas exposições, na missão e nos nomes dos museus que fazem referência a essa elite, que ancora a narrativa dos museus. A pesquisa aponta também que não há nenhuma nomeação da relação entre a riqueza acumulada pelos sujeitos destacados à exploração humana que forçosamente a produzia. Essa pesquisa talvez indique uma amostra do conjunto dos museus brasileiros.

Renata lembra a sua contribuição para a formalização da PNEM, quando já se reconhecia as fragilidades do texto, mas se optou por reconhecer e assumir como um valor maior o sentido de construção participativa e coletiva. Considera que foi uma facilitadora dessa decisão, resultante do julgamento de uma equipe que tinha propósitos muito claros e comprometida com o processo que levou àquele momento. É bonito ver os esforços para que a política possa ser fortalecida, aprimorada nessa gestão. Assim como a formalização, no contexto da estrutura do Ibram, do Programa Pontos de Memória, que era a maior demanda das iniciativas da museologia social. Além disso, foi possível transformar o Programa Saber Museu numa plataforma ativa.

Bittencourt finaliza sua fala ressaltando a importância de se vivenciar o dia 2 de julho a fim de que isso possa imprimir o “entendimento real do sentido dessa data”.

Dando continuidade à sessão, **Any Manuela Freitas** destaca a importância do samba de roda como patrimônio imaterial. Nascida em uma família de músicos, filha e neta de sambadeiras, Freitas ressalta o papel da música na vivência do seu dia a dia, principalmente em situações cotidianas, como lavar roupa no rio cantarolando cantigas do samba das antigas irmãs da Boa Morte.

Any Manuela enfatiza que seu aprendizado em relação a essa manifestação cultural é constante. Nesse sentido, um dos seus principais aprendizados surge a partir de uma demanda de sambadores e de sambadeiras, os quais manifestavam preocupação em relação à continuidade do samba de roda tradicional. Manuela afirma que essa preocupação estava presente, por exemplo, no samba de roda mirim, no qual cresceu e onde pôde presenciar a preocupação sobre como transmitir o samba de roda para as novas gerações.

Diante disso, ela explica que traçou seu caminho tentando atender a essa demanda “para manter esse patrimônio e, principalmente, resgatar as memórias que estavam

perdidas”. Assim, ela buscou meios para preservar o samba de roda, especialmente aspectos como a forma de dançar e a religiosidade presente nesse tipo de expressão cultural. Any Manuela informou que há um histórico de muitos trabalhos realizados sobre o samba de roda, como fotografias, vídeos e trabalhos de conclusão de curso. Entretanto, existe uma “dificuldade de retorno desses trabalhos”, o que fortalece a necessidade de iniciativas voltadas para a preservação desse patrimônio imaterial e da memória relacionada a ele.

Nesse cenário, Any Manuela chama a atenção para o importante papel desempenhado pela Casa do Samba de Roda de Dona Dalva e o seu propósito de transmitir para as novas gerações esse patrimônio cultural. Destaca, ainda, que a demanda por um espaço para abrigar o acervo relacionado ao samba de roda e para realizar apresentações é antiga e movida principalmente por sambadores e sambadeiras dotados de uma “consciência política cultural que vem a partir da mobilização no coletivo”.

Em seguida, a professora **Wlamyra Albuquerque** iniciou sua apresentação informando que o 2 de julho de 1823 foi seu objeto de estudo no mestrado, mas pela primeira vez ela aborda esse tema dividindo a mesa com representações indígenas e tem, no seu público, representações indígenas levantando questões. A professora argumenta que a historiografia brasileira irá sofrer um forte impacto quando houver, no país, um grande número de estudantes indígenas nas universidades, do mesmo modo como já se alimenta da produção acadêmica de historiadores e historiadoras negras, que desenvolvem uma discussão que vai além do tema da reparação histórica.

Em relação ao bicentenário da independência, Wlamyra ressalta que se trata de um momento adequado para se debater o que é o país e qual a importância das tradições e da presença negra e indígena nesse projeto nacional. Para a historiadora, essas efemérides ajudam a pensar também qual o projeto de país nós queremos para os próximos duzentos anos, considerando-se que “a violência contra as populações negras e indígenas é escancarada, avassaladora e marca o cotidiano de todos nós”. Assim, o momento de celebração também é visto pela professora como um momento propício para o protesto e para a construção de uma outra forma de inserção na sociedade.

Wlamyra comenta uma imagem, da década de 1950, que pertence ao acervo da Fundação Gregório de Matos e que, na sua visão, é uma das mais bonitas representações sobre o 2 de julho. A imagem é composta por um arco – uma antiga forma de ornamentação urbana – com folhas verdes e amarelas, que representam os caboclos, e uma família negra no centro da foto, cujos membros passam embaixo do arco. Essa foto é útil para pensar os sentidos conferidos ao bicentenário da independência, pois ela informa sobre “a maneira como essas populações negras na Bahia atualizam, a cada ano, os sentidos e as demandas por liberdade”. Albuquerque enfatiza que eventos como o Emuse, instituições como o Ibram e todos os que trabalham em instituições museológicas têm uma relevância muito grande nesse processo, uma vez que é necessário não perder de vista o sentido políticos dessas manifestações culturais.

De acordo com Wlamyra, as imagens do caboclo e da cabocla remetem “a algo muito sofisticado em termos de cultura”, pois trata-se de como as populações ne-

gras construíram uma ancestralidade baseada nas populações indígenas. Isso revela como essas populações são capazes de reivindicar o pertencimento. Nesse sentido, essa sofisticação da produção da cultura “precisa ser preservada o tempo inteiro, não só a expressão em si mesma, mas os sentidos políticos que tem”. A professora esclarece que as comemorações do 2 de julho estão, portanto, falando também sobre a luta antirracista, por exemplo. Nessa perspectiva, Wlamyra afirma que o principal desafio hoje é “trabalhar para que essas expressões não só continuem a existir, mas para que continuem preenchidas com sentidos políticos”, de modo a seguirem integrando um repertório que diga respeito à luta antirracista, à luta contra a violência policial, à luta contra a desigualdade, à luta a favor da demarcação das terras indígenas e à luta contra a violência direcionada aos terreiros de Candomblé.

A professora finaliza sua fala apresentando uma segunda imagem. Dessa vez, ela mostra a imagem de um jornal do século XIX, chamado Malagueta, um periódico de sátira que trazia a representação de um indígena no centro, com dois pilares, um deles que remete à monarquia e o outro, à escravidão. Essa imagem é de 1889, portanto dos primeiros anos após a abolição, e traz o indígena como protagonista na queda do controle colonial e na queda da monarquia. Wlamyra argumenta que esses sentidos políticos não são novidades. Ao contrário, eles são dados no momento em que se fundam essas manifestações da cultura. Na sua visão, “a cultura é preenchida com política”.

Dando prosseguimento, **Daiara Tukano** começa a sua fala definindo-se como um espírito feminino, cujo corpo é pintado de jenipapo e urucum e cujos pés são fortes como raízes. Ela continua e, ao se descrever, declara: “estou vestindo o manto de penas vermelhas e, na minha mão direita, seguro o maracá, que toca no som do coração dessa mãe que nos pariu: floresta, rio, mar...”. Na sequência, entoia um canto para “saudar as águas das coqueiras e da confluência dos rios e dos mares”. Inicialmente, Daiara informa que, em 2022, começou a década das línguas indígenas no mundo pela UNESCO. A inauguração desse momento se deu com a exposição Nhe’e Porã: Memória e Transformação, de sua curadoria, no Museu da Língua Portuguesa. Para ela, essa foi uma experiência muito desafiadora, pois os museus, de um modo geral, são lugares muito racistas.

Sampaio entende que, quando falamos de cultura, estamos falando de “relações de mundo”. Desse modo, ela apresenta uma imagem que mostra que a exposição no Museu da Língua Portuguesa começava com uma floresta onde caíra uma “chuva de palavras em várias línguas indígenas”, formando um rio que percorria toda a exposição, “levando uma história de percursos de resistência das línguas originárias”. Daiara explica que a exposição foi realizada de uma maneira circular, de modo a permitir passar por um grande corredor, onde foi inserido “um histórico do apagamento das línguas originárias”, bem como da sua transformação e resistência em diálogo com os objetos do acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

De acordo com Daiara Tukano, mais de 80% do patrimônio dos povos originários estão fora do país. A maior parte desse acervo está nos Estados Unidos e na Europa. Sampaio destaca que, no Brasil, há poucos museus com acervos indígenas. Ela res-

salta o casarão do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que está fechado há dez anos e reivindica uma direção indígena para esse museu quando for reaberto. Cita também o Museu Emílio Goeldi, no Pará, o Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, e o Museu da Amazônia (MUSA), que tem alguns poucos objetos. Entretanto, Daiara enfatiza que nenhum desses museus “está, de fato, em algum território acessível à população indígena”.

Sobre a independência, Daiara afirma que “a prática da independência se tece no ponto de cultura, na rua, na luta, no canto que vibra em todos os terreiros. Independência é manter a nossa relação de mundo viva na nossa prática e não ficar repetindo e se dobrando aos discursos da colonialidade”.

Daiara menciona, ainda, nomes de importantes figuras associadas à resistência indígena, como Cunhambebe, Arariboia, Sepé Tiaraju, Mário Juruna, Raoni, Ailton Krenak e a primeira mulher indígena ministra, Sônia Guajajara. Além disso, reconhece a importância de se ter acesso aos espaços de construção das políticas públicas, de participar de experiências como os pontos de cultura e os pontos de memória.

Daiara finaliza afirmando que é possível “cultivar o pensamento como se cultivava a floresta, cultivar cultura como se cultivava vida”.

Dona Dalva Damiana finalizou as falas dessa sessão especial. Muito emocionada, ela agradeceu as palavras de carinho e de reconhecimento que lhe foram dirigidas pelas demais componentes da mesa e pelo público do Emuse. Com a energia dos seus 95 anos de idade, ela encerrou a sessão cantarolando os seguintes versos:

*“Eu hei de morrer cantando, porque chorando eu nasci,
eu hei de morrer cantando, porque chorando eu nasci,
Seu olhar, seu olhar, seu olhar é bonito, seu olhar é decente
Seu olhar é carinhoso, mata a gente, seu olhar...”*

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO MUSEAL E PARA A MUSEOLOGIA SOCIAL

Local: Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB)
Data: 08/07/2023
Horário: 11h às 12h30

Lindivaldo Oliveira Leite Júnior (Júnior Afro) - Diretor do Sistema Nacional de Cultura (SNC), gestor da IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) e coordenador das atividades e funcionamento do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

Marjorie de Almeida Botelho - Gestora do Instituto de Imagem e Cidadania, organização rural de cultura, que desenvolve ações em áreas rurais, voltadas principalmente para a produção de pesquisas que valorizem os saberes e fazeres presentes no campo.

Mona Nascimento - Doutoranda em Cultura e Sociedade, é docente Substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia na Pesquisa Educação Museal Brasil – PEMBrasil.

Mediação:

Fernanda Castro - Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus

A Roda de Conversa foi integrada por diferentes atores sociais presentes nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas para os campos da cultura, da educação museal e da museologia social com vistas a pensar caminhos possíveis para ampliar e qualificar a participação social nestes processos. A presidenta do Ibram, **Fernanda Castro**, disse da sua satisfação em realizar o primeiro Encontro Nacional de Educação Museal com a participação de agentes da museologia social, uma vez que os dois campos que se integram e complementam muitas vezes; são setores que estão à frente do cumprimento da missão social de museus, pontos de memória e iniciativas populares de memória. A atividade propôs uma reflexão sobre a Conferência Nacional de Cultura, a participação social a partir da educação museal com a sociedade e da museologia social com a sociedade.

Lindivaldo Junior começou sua fala afirmando sua origem recifense, de tradição cultural carnavalesca, sua experiência como gestor da área da cultura e sua gratidão em trabalhar na retomada das políticas culturais no Brasil, através do Ministério da Cultura, assim como pela parceria com o Ibram.

Júnior declarou que tão grande como o desafio da construção de um Sistema Nacional de Cultura - SNC articulado é a determinação do Ministério da Cultura ao assumir essa tarefa. Ele comenta que este é um ano de muitos desafios e oportunidades, e destaca que se de um lado é um assombro realizar uma Conferência Nacional de Cultura - CNC no primeiro ano do governo vigente, por outro há lastro para isso em função da articulação que foi sendo produzida desde 2003 a partir de uma perspectiva estruturadora de políticas culturais e leva à alteração da Constituição Brasileira para a criação do Sistema Nacional de Cultura. A partir dele foi criado o Plano Nacional de Cultura - PNC, fortemente afetado a partir do Golpe de 2016.

Foi necessária a intervenção da sociedade e de servidores do Ministério da Cultura para que o Congresso Nacional prorrogasse o prazo de validade do Plano Nacional de Cultura para então termos a oportunidade presente de realizar a CNC e realizá-lo com a calma e a ponderação necessárias. A realização de um PNC depende necessariamente de um Sistema Nacional de Cultura ativo, do qual participem os entes federados e a sociedade civil.

Segundo o diretor, o arranjo institucional do MinC em sua recriação admite novos instrumentos para a estruturação do SNC: a Secretaria dos Comitês de Cultura abriga a Diretoria do Sistema

Nacional de Cultura; a Diretoria Articulação e Governança, que estabelece relações mais diretas com a sociedade e vai coordenar os escritórios do Ministério da Cultura nas capitais e uma Diretoria de Atenção aos Estados e Municípios, que é uma diretoria de assistência técnica. Esse arranjo comunica a intenção de mobilização e relação constante com a sociedade. Viabiliza a continuidade de um processo que começou há tempos, que temos a responsabilidade de retomar e também de fazer avançar.

Lindivaldo reforçou a importância dos conselhos de política cultural que supere a lógica dos 'conselhos de notáveis' e que efetivamente promova participação social com diversidade, paridade e diálogo entre o governo e a sociedade.

Avançado na política cultural, discutindo a importância da cultura e memória. A conferência traz a ousadia do movimento negro em revisar a história e descolonizar o pensamento. Serão selecionadas três prioridades das contribuições feitas nas mesas de discussão para a construção de um artigo sobre o tema, que fará parte de um caderno de texto distribuído no processo até a conferência.

A perspectiva da educação museal para o nosso debate sobre participação social é discutida por **Mona Nascimento**, que destacou que, apesar de ser uma pesquisadora de participação social e ocupar posições de poder público, ela escolhe falar como alguém da sociedade civil organizada, que busca levar demandas e participar desses espaços de discussão. Ela enfatiza que diferentes atores e lugares no processo de participação têm expectativas e possibilidades de ação distintas, o que pode gerar dificuldades de comunicação e compreensão. É fundamental que se compreenda essas expectativas e espaços de atuação para que haja um diálogo efetivo.

Mona destaca a importância do debate entre os diferentes atores da sociedade civil para que possam ser construídos consensos tendo em vista a formulação e apresentação de propostas de políticas públicas ao Estado. Nesse sentido, a museóloga ressalta a relevância das redes de educadores de museus (REMs) como espaços privilegiados para a participação política.

Mona explica que as redes de educadores em museus, no Brasil, surgiram a partir de 2003, durante a construção da Política Nacional de Museus (PNM). Essas redes foram criadas para organizar os pleitos dos educadores e garantir que suas vozes fossem ouvidas. A primeira rede foi formada nesse contexto e se fortaleceu com os desdobramentos da PNM, como a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Em 2010, os educadores dos museus do IBRAM decidiram movimentar esse campo e promoveram o primeiro encontro de educadores dos museus do Instituto, em Petrópolis, dando início à construção da PNEM (Política Nacional de Educação Museal). Esse foi o momento em que Mona passou a atuar junto às REMs.

Em 2004, foram criadas novas redes de educadores e museus, processo que se acentuou a partir de 2007. Atualmente existem 17 redes no Brasil. Essas redes são diferentes umas das outras e apresentam distintas formas de atuação. De acordo com Mona, desde 2014, além das REMs regionais, há uma Rede de Educadores em Museus do Brasil, que se organiza para participar das decisões sobre educação museal em âmbito nacional. Essa participação aconteceu em ocasiões importantes, como nas discussões para criação da PNEM, na elaboração do Caderno da PNEM e na mobilização contra a extinção do Ibram. Durante a pandemia, a atuação também foi intensa, por meio da organização e estabelecimento de grupos de trabalho para atender às demandas do campo.

Mona chama a atenção para a necessidade de refletir a respeito das forças e das oportunidades que as REMs apresentam para o contexto de participação social. Ela identifica como forças das REMs o auto engajamento social a partir de demandas específicas, a capacidade de estabelecer consensos e a capacidade de articulação e capilarização. Em relação às fraquezas, a museóloga destaca o engajamento sazonal, as eventuais desarticulações no movimento, a insegurança em se afirmar como educadores e educadoras museais e a existência de algumas atividades autocentradas. Mona afirma que o momento atual do país é de muitas oportunidades, caracterizado pela disseminação e naturalização do uso de ambientes virtuais – o que foi fundamental para a participação durante a pandemia -, muitas provocações externas (como a revisão da PNEM) e o contexto político favorável à participação social.

Mona finaliza afirmando seu entendimento de que políticas públicas, para atenderem demandas sociais, precisam partir de dados concretos, da escuta sensível e qualificada da sociedade civil. Ao mesmo tempo, a museóloga destaca que a sociedade civil precisa acolher a sua parte na democracia participativa e não se acomodar apenas com a democracia representativa. Assim, a participação social é imprescindível para que haja mudanças, inclusive nos próprios modelos de participação oferecidos à sociedade.

Marjorie de Almeida Botelho se diz feliz por ter sido convidada para colaborar em um debate sobre políticas públicas culturais e educação musical e museologia social. Acredita que a participação social é importante para a construção do país e que a pressão popular e o controle social são necessários. Ela vive em uma comunidade rural no município de Bom Jardim, que tem cerca de 27 mil habitantes.

Ela atua no Ecomuseu Rural localizado em Bom Jardim. Marjorie afirma que, para ela e para toda a equipe do Ecomuseu, essa foi uma realidade que chocou muito porque sua formação acadêmica e política é muito voltada para a cidade, e “a participação para pessoas e representantes de equipamentos do interior está muito distante da realidade”, pois “boa parte das decisões da incidência política dos macro temas

acabam sendo engendrados por lideranças, ativistas e pessoas comprometidas que estão na capital”. Nesse sentido, Botelho ressalta a importância de um evento como o Emuse acontecer em uma cidade do interior da Bahia.

Marjorie fez uma breve apresentação do Ecomuseu Rural de Bom Jardim. Destacou que o Ecomuseu se localiza em uma região onde predomina a agricultura familiar e ressaltou a necessidade de o poder público olhar para essas áreas “à luz da garantia do direito”, principalmente no que tange ao direito à cultura. Dentre os espaços do Ecomuseu, ela destaca a cozinha comunitária e a biblioteca de artes visuais, fruto de um edital lançado pela Funarte, o galpão de arte. O Ecomuseu Rural homenageou sua comunidade e buscou valorizar as pessoas que contribuíram para a construção daquela localidade. Além de atender as escolas locais, o Ecomuseu também dialoga com as universidades e se insere como “uma possibilidade de ampliação da formação acadêmica”.

A cultura popular é muito abundante nos territórios rurais, e por isso tem sido feito um esforço para produzir conteúdo paradidático. Isso é importante para valorizar a população rural e seu orgulho de serem da roça. Foram produzidos documentários sobre agricultura familiar na pandemia, rezas, ervas e manifestações populares. Além disso, são realizadas oficinas e circuitos de visita aos moradores para que eles possam contar suas histórias. O objetivo é valorizar a cultura presente nos territórios rurais. O projeto foi reconhecido como um ponto de cultura e ponto de memória, e busca encontrar pares que vivam a mesma realidade para fortalecer a participação social. Nesse contexto, em 2014, dentro do Fórum Nacional de Pontos de Cultura, foi criada a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memórias Rurais, que articula mais de trinta organizações situadas nas cinco regiões do país.

Para Marjorie, o principal desafio relacionado à participação social é fazer com que os gestores e o Estado possam entender a realidade dos cidadãos, pois assim haverá mais condições para que sejam elaboradas políticas públicas condizentes com as demandas da sociedade.



OLHANDO PRA FRENTE:

INDICAÇÕES PARA A IV CONFERÊNCIA
NACIONAL DE CULTURA E PLENÁRIA FINAL

ETAPA TEMÁTICA “MEMÓRIA E MUSEUS” - PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

6 a 8 de julho de 2023 - Cachoeira (BA)

A Conferência Nacional de Cultura é uma instância de mobilização de gestores, trabalhadores e fazedores da cultura e da sociedade civil para o debate e a proposição de diretrizes para a formulação das políticas públicas de cultura. O tema definido para a sua IV edição, programada para 04 a 08 de março de 2024, é ‘Democracia e Direito à Cultura’.

Dentre as etapas preparatórias da IV Conferência Nacional de Cultura estão as conferências temáticas, que consistem em encontros e debates – de diversos formatos – realizados pelo Ministério da Cultura em parceria com instituições, demais ministérios, organizações da sociedade civil, universidades e governos locais. As etapas temáticas são ambientes de debate e participação social baseados nas especificidades do setor artístico e cultural e orientados para a formulação da política cultural.

As conferências temáticas reconhecem a transversalidade da cultura com diferentes campos da vida social e áreas das políticas públicas; são uma oportunidade de reflexão, debate e proposição para a formulação de políticas culturais democráticas e participativas. Há questões transversais contemporâneas que atravessam o setor artístico e cultural e que demandam espaços específicos de participação social na IV CNC. Orientadas pelos eixos e integradas às demandas de revisão do Plano Nacional de Cultura, as conferências temáticas aprofundam o debate, trazendo atores e instituições estratégicas para o fortalecimento da democracia e do direito à cultura:

1. Garantir a transversalidade das temáticas que são alinhamento conceitual e político proposto na IV CNC;
2. Subsidiar o debate das temáticas propostas nos territórios para garantir sua expressividade na etapa nacional – com até 3 propostas;
3. Gerar cadernos temáticos – em múltiplos formatos: relatórios, falas inspiracionais e/ou artigos – a serem compartilhados na IV CNC.

O Encontro Nacional de Educação Museal se configurou como conferência temática preparatória da IV CNC para gerar aportes relativos ao Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória - do seu Documento Base. O objetivo do Eixo é:

Debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus, valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica, as narrativas silenciadas e

sensíveis da história nacional, para a preservação de seus valores democráticos.

O Emuse, ao longo de sua programação, gerou subsídios para que os participantes elaborassem propostas a serem priorizadas para integrar o conteúdo da CNC 2024 a partir da pergunta:

De que forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?

Desse modo, foram apresentadas as seguintes propostas:

Valorização da diversidade cultural

Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos oprimidos.

- **Andressa Batista:** Criando instrumentos de fomento à cultura destinada para grupos minoritários da sociedade, sem um subsídio específico e destinado para girar a economia dessas pessoas não há garantia de direito.
- **Christiano Boaventura Britto Alves:** Gerar políticas públicas, fazendo com que essas categorias sociais tenham aptidão a gerarem suas memórias e cultura e que promova o acesso a todos aos equipamentos culturais.
- **Fernanda Cristina de Moraes:** Prever instrumentos legais para garantir a diversidade de corpos na composição de equipes de instituições museais. Como mecanismo para dar voz e espaço de atuação permitindo que as instituições possam seguir polifônicas. Criar marcos legais para celebrações que possam refletir outras histórias e memórias das populações minorizadas. Reforçar cumprimento de legislação de acessibilidade junto aos espaços museais.
- **Gabriela Aidar:** Por meio do compartilhamento da elaboração das políticas, programas e projetos da cultura com essas populações e seus representantes. Compreendendo o papel da cultura na garantia dos direitos humanos e culturais e direcionando as ações culturais para sua implementação. Nesse sentido, nenhuma ação cultural deve ser socialmente descomprometida.
- **Janete Magno (Ndembu Tandala):** Construindo diálogos reais e efetivos; Estabelecendo conexões e escutas ativas em todas as comunidades, setoriais e segmentos culturais; Trazendo a visibilidade das vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país e Criando políticas públi-

cas para uma cultura diversa, acessível e equitativa; Promovendo a democracia cultural.

- **Leandro Maciel Silva:** Fortalecendo espaços democráticos de participação que discutam história, memória e patrimônio; ampliando e normalizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos; reconhecendo as iniciativa e lutas das populações apagadas da história oficial; pesquisa e publicidade das mais variadas formas para facilitar o acesso às experiências de vida e memória dos povos oprimidos.
- **Marcelo Continelli:** Incentivando o registro da história oral dessas populações e fomentar, desde já, mecanismos de preservação da memória das populações silenciadas. Divulgar e comunicar nas escolas, museus e universidades a relevância das populações silenciadas e a importância da preservação de suas memórias.
- **Marina Gouveia:** Àqueles que desejam preservar suas memórias é necessário que dêem condições de preservar e resgatar os saberes silenciados, considerando a particularidade desse tipo de memória. Necessário que os remanescentes dos silenciados tenham espaço para refletir sobre os antigos e produzir novos saberes.
- **Sandra Regina de Andrade Batista:** De uma forma que essas políticas públicas tenham notoriedade na sua memória e cultura dando os devidos valores sociais como pessoas.
- **Teresa Giauhare Tannuri Marcon:** Precisamos reforçar o acesso e a divulgação de museus e esses espaços de memória. Relembrar incessantemente do passado e das culturas que estão se perdendo para a valorização da mesma e com isso o interesse dos mais jovens para que essas culturas não se percam
- **Vander Antônio Costa:** Com luta, diálogo e principalmente permitindo que as vozes apagadas, silenciadas, desprezadas... se manifestem na sua plenitude.

Museus, pontos de memória e patrimônio

Criar, preservar, divulgar e promover o acesso a museus, pontos de memória e patrimônios materiais e imateriais, ampliando e normalizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos e revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, de modo a valorizar novas memórias e narrativas.

- **Christiano Boaventura Britto Alves:** Gerar políticas públicas, fazendo com que essas categorias sociais tenham aptidão a gerarem suas memórias e cultura e que promova o acesso a todos aos equipamentos culturais.
- **Jennifer Coelho da Silva:** Criando e preservando museus e patrimônios material e imaterial

- **Leandro Maciel Silva:** Fortalecendo espaços democráticos de participação que discutam história, memória e patrimônio; ampliando e normalizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos; reconhecendo as iniciativa e lutas das populações apagadas da história oficial; pesquisa e publicidade das mais variadas formas para facilitar o acesso às experiências de vida e memória dos povos oprimidos.
- **Margarete Knoch:** Criação de centro de memória.
- **Nadir Olga Cruz:** Verificando e conhecendo as atividades executadas, muitas vezes sem recursos patrocinados, mas com o desejo de mudanças de uma sociedade melhor. O Reconhecimento desse trabalho, sim, trabalho não Remunerado como os pontos de Memória que continuaram fazendo sua parte na Construção desse Bem. Mesmo no momento de desmonte cultural, resistiram, no Maranhão e em vários estados temos exemplos de sucessos. Como parte desse cenário, tenho como exemplo o @boidafloresta : muita coisa para ser contada e merecem um olhar diferenciado pelo tempo de existência, formato de trabalho, público alvo, e criatividade.
- **Paulo César Fernandes dos Santos:** Preservando os bens materiais.
- **Teresa Giauhare Tannuri Marcon:** Precisamos reforçar o acesso e a divulgação de museus e esses espaços de memória. Relembrar incessantemente do passado e das culturas que estão se perdendo para a valorização da mesma e com isso o interesse dos mais jovens para que essas culturas não se percam
- **Vinicius Sena Mendes:** Possibilitando a preservação da memória não só dos patrimônio materiais, mas também dos imateriais - e sobretudo, procurando revitalizar os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais com os objetos culturais procurando reorganizar e revitalizar a construção de novas memórias e narrativas acerca da história social e da função social do patrimônio em questão.

Participação social

Prever instrumentos legais para garantir a diversidade na composição de equipes das instituições museais e fortalecer mecanismos culturais e espaços democráticos de participação que discutam história, memória e patrimônio, construindo diálogos, conexões e escutas ativas em todas as comunidades, setoriais e segmentos culturais.

- **Fernanda Cristina de Moraes:** Prever instrumentos legais para garantir a diversidade de corpos na composição de equipes de instituições museais. Como mecanismo para dar voz e espaço de atuação permitindo que as instituições possam seguir polifônicas. Criar marcos legais para celebrações que possam refletir outras histórias e memórias das populações minoriza-

das. Reforçar cumprimento de legislação de acessibilidade junto aos espaços museais.

- **Janete Magno (Ndembu Tandala):** Construindo diálogos reais e efetivos; Estabelecendo conexões e escutas ativas em todas as comunidades, setoriais e segmentos culturais; Trazendo a visibilidade das vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país e Criando políticas públicas para uma cultura diversa, acessível e equitativa; Promovendo a democracia cultural.
- **Leandro Maciel Silva:** Fortalecendo espaços democráticos de participação que discutam história, memória e patrimônio; ampliando e normalizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos; reconhecendo as iniciativa e lutas das populações apagadas da história oficial; pesquisa e publicidade das mais variadas formas para facilitar o acesso às experiências de vida e memória dos povos oprimidos.
- **Moisés Bezerra de Moraes:** Deverá promover ações de fortalecimento participativo, oitivas enfatizando o resgate e fortalecimento dos mecanismos culturais que foram apagados e que são peças fundamentais para o empoderamento e reconhecimento dessas vozes silenciadas pelo poder público.

Cultura na escola

Propor o diálogo das escolas com instituições museológicas ou pontos de cultura e incluir no currículo escolar uma disciplina que trate da cultura imaterial, trazendo à população a educação museal como pertencimento.

- **José Mauri Pereira Leite:** Pra mim, é também uma questão política. Pois tivemos um governo que minimizou o quase desaparecimento de uma etnia, mesmo com o clamor de muitos. A educação é um dos principais pontos a se pontuar nesse quesito, e é através dela que vamos dar valor e garantir o que a história oficial realmente tem a mostrar. Além é claro, das vozes da massa que foram desprezadas nas culturas de bens populares. Resumindo, é através da educação que se tem acesso à realidade que está à volta.
- **Maize Daniela Carvalho Resende:** Propor a inclusão no currículo escolar disciplina que trate da cultura imaterial e o diálogo com as instituições museológicas ou pontos de cultura.
- **Sheila Croesy Pita:** Trazer à população a educação museal como pertencimento e absorver as histórias contadas por estas sociedades.

Acessibilidade

Que o Ministério da Cultura reveja posturas capacitistas e reforce o cumprimento da legislação de acessibilidade junto aos espaços museais, valorizando as pessoas com deficiência.

- **Fernanda Cristina de Moraes:** Prever instrumentos legais para garantir a diversidade de corpos na composição de equipes de instituições museais. Como mecanismo para dar voz e espaço de atuação permitindo que as instituições possam seguir polifônicas. Criar marcos legais para celebrações que possam refletir outras histórias e memórias das populações minorizadas. Reforçar cumprimento de legislação de acessibilidade junto aos espaços museais.
- **Sandra Regina Rosa Farias:** Pessoas com deficiência - os passos destas pessoas também são ancestrais, não são de hoje. Precisam ser consideradas com/em suas essências. Com tiranos não combinam, brasileiros corações. Que o Brasil e neste caso o MINC, em todas as suas vertentes, reveja o papel tirano/capacitista (que se dá até hoje), que acredito, não combina com esta gestão do Brasil.

Direitos Humanos

Defender o papel da cultura na garantia dos direitos humanos e culturais, direcionando as ações culturais para a sua implementação, de modo que nenhuma ação cultural seja socialmente descomprometida.

- **Gabriela Aidar:** Por meio do compartilhamento da elaboração das políticas, programas e projetos da cultura com essas populações e seus representantes. Compreendendo o papel da cultura na garantia dos direitos humanos e culturais e direcionando as ações culturais para sua implementação. Nesse sentido, nenhuma ação cultural deve ser socialmente descomprometida.

Educador museal

Formalizar o trabalho do educador museal, garantindo sua formação e permitindo que esse profissional seja agente institucional para promoção e garantia do direito à memória e bens culturais, de modo a construir espaços de diálogo e articulação entre as instituições museológicas e as comunidades.

- **Cauê Donato:** Construindo espaços de diálogo, através da formação de profissionais da educação museal que possam articular nas instituições museológicas esses espaços com a comunidade. E ainda, ao desenvolver a formalização do trabalho do educador museal permitir que esse profissional

seja agente institucional para promoção e garantia do direito à memória e bens culturais.

Mestres da cultura popular

Valorizar, através de políticas públicas, as práticas e saberes dos mestres da cultura popular.

- **João Marcos Oliveira Mendonça:** Propostas de valorização e práticas de (Re) conhecimento e políticas públicas para os mestres da cultura popular

Ao final do Emuse, a priorização feita encaminhou para a CNC as seguintes propostas:

Museus, pontos de memória e patrimônio - 92 priorizações

Criar, preservar, divulgar e promover o acesso a museus, pontos de memória e patrimônios materiais e imateriais, ampliando e normatizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos e revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, de modo a valorizar novas memórias e narrativas.

Valorização da diversidade cultural - 78 priorizações

Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos oprimidos.

Acessibilidade - 66 priorizações

Que o Ministério da Cultura reveja posturas capacitistas e reforce o cumprimento da legislação de acessibilidade junto aos espaços museais, valorizando as pessoas com deficiência.

PLENÁRIA FINAL

08/07/2023 - 14h às 15h30

No momento de finalização do EMUSE, foram apresentados os resultados dos Grupos de Trabalho e feitos os encaminhamentos gerais do evento. Nesse momento, os relatores dos Grupos de Trabalho dos Pontos de Memória e da Educação Museal abordaram os principais assuntos que foram discutidos coletivamente no âmbito de cada GT.

Os Grupos de Trabalho dos Pontos de Memória enfatizaram a necessidade de incorporar a democracia como um dos princípios do programa. Ressaltaram que os Pontos de Memória devem ser encarados como agentes da promoção dos direitos humanos e promotores de acesso aos direitos sociais, culturais, étnico-raciais, assim como promotores do direito à sociabilidade e ao território. O relator João Paulo destacou a necessidade de inclusão dos membros do Comitê Consultivo em atividades como certificação do programa Pontos de Memória, seleção do edital Pontos de Memória e programação das Teias da Memória. Em relação aos temas “fomento, capacitação e articulação”, os participantes do GT elencaram como pontos principais a criação de editais, a criação de um programa de formação permanente e presencial para os Pontos de Memória e a integração dos Pontos de Memória ao programa Cultura Viva.

Os Grupos de Trabalho que debateram o tema da Educação Museal destacaram a importância de se articular uma rede capaz de inserir a educação museal no contexto do pacto federativo, bem como de se tentar uma dotação orçamentária específica, junto ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), que permita efetivar a PNEM nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Os GTs também salientaram a necessidade de criação de indicadores para a educação museal. Os Grupos também pleitearam a inserção da profissão de educador museal no rol do cadastro de ocupações, atentaram para a importância de ações contra o desvio de função desses profissionais e reivindicaram a criação de parcerias entre universidades e museus, para que estes possam receber estágios que acontecem na esfera da licenciatura. Ressaltaram, ainda, que falta à PNEM mencionar explicitamente a educação museal como um elemento capaz de promover os direitos humanos e culturais.

Por sua vez, o Grupo de Trabalho de Educação Museal do Ibram apresentou como encaminhamentos a realização do 3º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras do Ibram em 2023 e a criação de um edital de intercâmbio dos servidores dos setores educativos dos museus do Instituto.

A REM Brasil apresentou seu novo comitê gestor e enfatizou o fato de ser composto por integrantes de todas as regiões do país.

Foi apresentada a estrutura geral proposta pela Coordenação de Museologia Social e Educação do Ibram para o início do processo de revisão da PNEM:



Os novos grupos de trabalhos serão integrados inicialmente pelas pessoas indicadas pelos grupos de Grupos de Trabalho de Revisão da PNEM do Emuse e pela Coordenação de Museologia Social e Educação - Comuse /DPMUS / Ibram:

Coordenação da Comissão Nacional de Revisão da Pnem

- Ana Paula Zaquieu (GT Emuse 2: Gestão)
- Fabiana Sales (GT Emuse 2: Profissionalização)
- Flávio Silveira Almeida
- Kamylla Passos (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Ruth Vaz (GT Emuse 2: Profissionalização)
- Saulo Moreno (GT Emuse 2: Profissionalização)
- Thiago Consiglio (GT Emuse 2: Profissionalização)
- Coordenação de Museologia Social e Educação - Comuse /DPMUS / Ibram

Grupo de Trabalho de Análise PNEM

- Alana Alves (GT Emuse2: Gestão)
- Andreia Becker (GT Emuse 2: Gestão)
- Cayo Honorato (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Cristal (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Iana Soares (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Gabriela Aidar (GT Emuse 4: Comunidades)
- Luciana Conrado (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Paola Maués (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Patricia (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Moisés Moraes (GT Emuse 2: Gestão)
- Nájlila (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Rafael Almeida (GT Emuse2: Gestão)
- Rita (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Sandra R. Rosa Farias (GT Emuse 4: Comunidades)

Grupo de Trabalho de Diagnóstico

- Aline Miranda e Souza (GT Emuse 4: Comunidades)
- Amanda Cuesta (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Andrea Costa (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Barbara (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Brune Ribeiro
- Camila (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Carol Mallmann (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Emilly Cristine Barbosa dos Santos (GT Emuse 2: Gestão)
- Fernanda Moraes (GT Emuse 2: Gestão)
- Joana Regattieri (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Josiane Kunzler (GT Emuse 2: Gestão)
- Renata Almendra (GT Emuse 3: Profissionalização)

- Regina Aparecida Almeida (GT Emuse 4: Comunidades)

Grupo de Trabalho de Mobilização Social –

- Ádrea Bárbara da Silva Campos (GT Emuse 4: Comunidades)
- Adu Félix dos Santos (GT Emuse 4: Comunidades)
- Beatriz Barcelos (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Cauê Donato (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Dirceu Van Lonkhuijzen (GT Emuse2: Gestão)
- Fabiana Ferreira Santos (GT Emuse 4: Comunidades)
- Fabinho (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Guilherme (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Joana Amarant (GT Emuse 4: Comunidades)
- Johnatan (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Julia Burguer (GT Emuse 2: Gestão)
- Juliana Gueiros (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Larissa Salles Demétrio (GT Emuse 4: Comunidades)
- Livia Murer Nacif Gonçalves (GT Emuse 2: Gestão)
- Lucyvânia Darc Duarte Ribeiro (GT Emuse 4: Comunidades)
- Maria do Carmo (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Natália Ferreira de Albuquerque Maranhão (GT Emuse 4: Comunidades)
- Rebeca (GT Emuse 3: Profissionalização)
- Sarah Valente (GT Emuse 4: Comunidades)
- Suzana Pohia (GT Emuse 1: Perspectivas Gerais)
- Thathiana Vieira (GT Emuse 2: Gestão)

A Comissão constituída estabelecida irá estabelecer o cronograma, a metodologia de trabalho e os produtos a serem apresentados na segunda etapa do Emuse, no âmbito do 8º Fórum Nacional de Museus, a se realizar em 2024.



EQUIPE EMUSE

Coordenação Geral: Marielle Costa Gonçalves (Ibram) e Daniele Pereira Canedo (OBEC – UFRB/UFBA)

Coordenação de Programação: Mona Ribeiro Nascimento

Coordenação de Produção: Ellen Mello

Produção: Vertente Cultural

Equipe de Produção: Branda Zami, Laís da Conceição, Ramona Gayão, Marília Pereira

Suporte local: Priscila Mendes

Comissão Organizadora: Amanda Haubert Ferreira Coelho, Caroline Fantinel, Clarissa Narai Costa e Silva, Colegiado do Curso de Museologia – Rita Dória, Gaveta do Pensamento – Thaiane Machado

Comissão Científica: Amanda Haubert Ferreira Coelho, Ana Paula Vianna Zaquieu, Anna Paola Pacheco Baptista, Caroline Fantinel, Clarissa Narai Costa e Silva, Dalva de Paula, Elizabeth Ponte de Freitas, Fabiana Sales, Isabella Carvalho de Menezes, Joana Regattieri Adam, Joao Augusto de Andrade Neto, José Roberto Severino, Lucinéia Maria Bicalho, Márcia Regina Lopes, Mona Ribeiro Nascimento, Rita de Cassia Silva Doria, Rossano Antenuzzi de Almeida, Simone Bibian, Ticiane Bombassaro Marassi, Vivian Horta

Comunicação: Marcatexto Comunicação (Coordenação e redes sociais: Paula Berbert; Assessoria de Imprensa: Atila Barros)

Identidade visual e desenho de cenografia: TANTOcria (Patrícia Almeida, Fábio Steque e Daniel Sabóia)

Registro fotográfico e audiovisual: Bárbara Lima, Gleisy Canedo, Outonno Selva

Transmissão ao vivo – TV UFRB: Ivan Americano, Wellison Silva

Iluminação: Milena Pitombo

Sonorização: Cají Andrade

Monitoria de Produção: Adu Felix dos Santos, Antonia da Cruz Barbosa, Caitanya Andjale, Cristal Saldanha Custódio, Jamile Ribeiro, Jéssica Barbosa, João Vitor Santos, Lucas Ribeiro, Maiza Sampaio dos Santos, Rebeca dos Santos, Rodrigo Mota, Ronnie Mota, Thaís dos Santos, Tiana Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram)

Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus: Fernanda Santana Rabello de Castro

Diretora do Departamento de Processos Museais: Mirela Leite de Araújo

Diretor do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus: Joel Santana da Gama

Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna: Maria Angélica Gonsalves Correa

Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal: Dalton Lopes Martins



OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA (OBEC) – Equipe PEMBrasil

Coordenação da Pesquisa: Daniele Pereira Canedo e José Roberto Severino

Pesquisadoras: Amanda Haubert Ferreira Coelho, Caroline Fantinel, Elizabeth Ponte de Freitas, Mona Ribeiro Nascimento

Pesquisadoras/es em formação: Clarissa Narai Costa e Silva, Nadine Matos de Oliveira Santana (fevereiro a agosto de 2022), Elialdo Batista dos Santos Júnior (fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023)

Gestão dos dados e desenvolvimento do painel: Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), N Consultoria (Nivison Nery Jr. e Crislaine Gomes da Silva)

Assessoria de Comunicação e social media: Gaveta do Pensamento

Projeto gráfico e diagramação: TANTOcria (Patrícia Almeida, Fábio Steque e Daniel Sabóia)



Coordenadora de Museologia Social e Educação: Marielle Costa Gonçalves

Divisão de Educação: Dalva Oliveira de Paula, Joana Regattieri Adam, Vivian de Oliveira Cobucci (Chefe substituta)

Divisão de Museologia Social: Felipe Evangelista Andrade Silva, Juliana Vilar Ramalho Ramos, Raquel Fuscaldi Teixeira (Chefe)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Reitor: Fábio Josué Souza dos Santos

Vice-Reitor: José Carlos Mascarenhas

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult): Danillo Barata

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

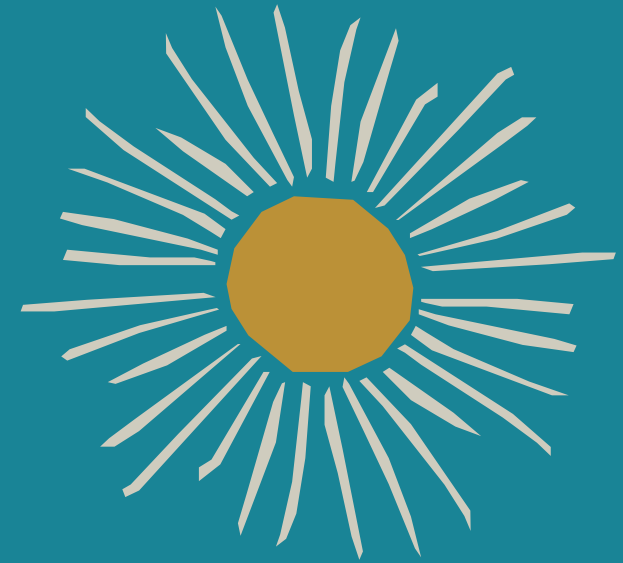
Reitor: Paulo Cesar Miguez

Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Faculdade de Comunicação: Leonardo Figueiredo Costa

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E À EXTENSÃO (FAPEX)


Antonio Fernando de Souza Queiroz, Nira da Silva, Wellington Dantas

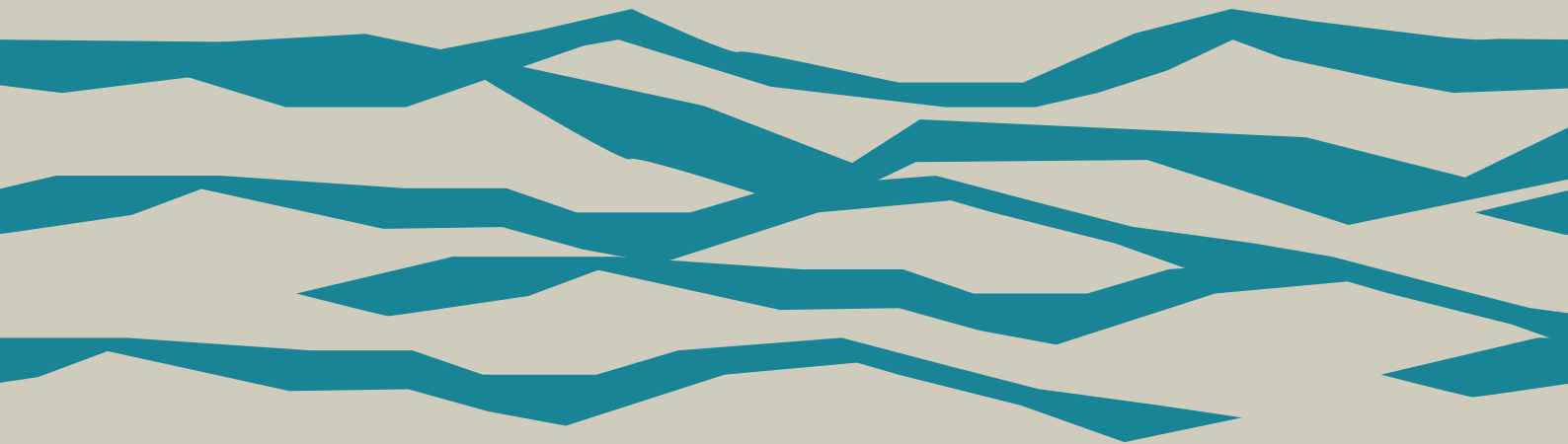




ISBN: 978-65-87743-86-8



www.emusemuseus.org •   [emusemuseus](https://www.facebook.com/emusemuseus)



parceria



realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA

